



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA  
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE COLETIVA

EVA CARNEIRO SILVA PASSOS

**VIOLÊNCIA DENUNCIADA E SUAS FACETAS SOCIOECONÔMICAS: estudo  
ecológico do tráfico de drogas e homicídios na Região Metropolitana de Feira de  
Santana, 2006-2011**

FEIRA DE SANTANA

2013

EVA CARNEIRO SILVA PASSOS

**VIOLÊNCIA DENUNCIADA E SUAS FACETAS SOCIOECONÔMICAS: estudo ecológico do tráfico de drogas e homicídios na Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006-2011**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

**Área de Concentração:** Epidemiologia;  
**Linha de Pesquisa:** Saúde de Grupos Populacionais Específicos

**Orientador:** Dr. Nelson F. de Oliveira;

**Co-orientadora:** Dra. Edna Maria de Araújo.

FEIRA DE SANTANA

2013

## Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

P32v      Passos, Eva Carneiro Silva  
            Violência denunciada e suas facetas socioeconômicas : estudo ecológico do tráfico de drogas e homicídios na Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006-2011 / Eva Carneiro Silva Passos. – Feira de Santana, 2013.  
            124 f. : il.

Orientador: Nelson F. de Oliveira.

Co-orientadora: Edna Maria de Araújo.

Mestrado (dissertação) – Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2013.

**EVA CARNEIRO SILVA PASSOS**

**VIOLÊNCIA DENUNCIADA E SUAS FACETAS SOCIOECONÔMICAS: estudo ecológico do tráfico de drogas e homicídios na Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006-2011**

**Data de defesa:** 08/03/2013

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. Nelson Fernandes de Oliveira**  
**Orientador**

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Edna Maria de Araújo**  
**Coorientadora**

---

**Prof. Dr. Djanilson Barbosa dos Santos**

---

**Prof. Dra. Joselisa Maria Chaves**

FEIRA DE SANTANA

2013

## **DEDICATÓRIA**

Às vítimas das drogas e de todas as formas de violência e preconceito:  
que esse trabalho verdadeiramente contribua para reduzir números;  
que Deus conforte as famílias e reduza sofrimentos.

## AGRADECIMENTOS

O mestrado é um momento de muita dedicação, e, definitivamente, não conseguiria chegar até o fim sem a misericórdia e os refrigérios de Deus, Senhor da minha vida. Orei muito a Ele pela aprovação no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da UEFS desde o fim da minha graduação, de modo que repito que dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas que tenho enfrentado e conquistado até então.

Agradeço à minha família que sempre procurou me proporcionar tudo do melhor, e me deu um suporte ético e moral que com certeza me acompanhou e me seguirá na vida acadêmica e profissional. Meus pais e meu irmão são um tesouro precioso, e nossa relação exala que somente o amor verdadeiro centrado na busca e presença do Senhor é capaz de perdoar e permitir que Deus escreva todos os dias uma nova história, linda e de paz.

A muita gente que acreditou em mim, eu agradeço imensamente. É sempre um risco citar nomes, mas sinto-me a vontade para fazê-lo: Kionna, Roberto Lacerda, Cris, serão inesquecíveis os momentos de orientação de vocês antes mesmo de ingressar no meu tão sonhado mestrado!

Tia Lului, Pedrinho, Dolfo, Lari, João, Dinda, meus avós, Vania, Tia Celita... vocês sempre tão perto, nos momentos de agonia e alegria... muito obrigada pela vibração de sempre e pelos sorrisos que facilmente arrancam de mim.

Ao meu noivo, Thiago, muito obrigada pela compreensão, pela força que sempre estava disposto a me dar, pela sabedoria, carinho e tranquilidade. Obrigada por seguir comigo uma linda caminhada de amor, sonhos e realidades, e por estar me dando uma outra família linda com quem passo momentos tão bons, e que já me tem como filha / irmã / sobrinha, etc. Obrigada a todos!

Aos meus inesquecíveis colegas da graduação: JAMAIS esquecerei de vocês, mesmo longe. Como aprendi nos 5 anos que convivemos, e como me orgulho de cada um!

Aos colegas do mestrado... que turma incrível!!! Nossas discussões amadurecidas, nossos pequenos embates, nossos momentos de graça e festa. Que Deus abençoe a todos, os novos Mestres em Saúde Coletiva.

Ao NUDES, por todo suporte técnico e científico, pelas oportunidades e pelos aprendizados.

O mesmo agradecimento teço ao NEPI e toda a sua equipe, que desde 2007 participou da minha caminhada na pesquisa. Profª Tânia e Paloma, a vocês em especial, muito obrigada por tudo!

À Profª Dra. Edna, por quem desde 2008 tenho grande admiração pela dedicação ao trabalho, mas, principalmente pelo significado humano e, verdadeiramente coletivo que dá à pesquisa que faz. Esse foi o principal motivo pelo qual quis tanto trabalhar com ela, e definitivamente, valeu a pena.

Ao Prof. Dr. Nelson, obrigada pelo RESPEITO; essa é a palavra que melhor define sua conduta na orientação! Por isso, pela tranquilidade e por todo o aprendizado em estatística e análises de dados, sinto-me feliz por ter sido orientada pelo senhor. Muito obrigada!

Ao PPGSC, especialmente a Jorge e Goreth: não esquecerei que sempre tive vossa torcida desde a época da Iniciação Científica, e que, sempre que precisei estavam prontos a me ajudar!

À Secretaria de Segurança Pública, em especial a Dayse, Evaldo, Daiane, Flávia. Vocês contribuíram sobremaneira para realização dessa dissertação! Muito obrigada!

Aos amigos que as voltas da vida foram trazendo e levando, mas agradeço especialmente aos que estiveram comigo nessa jornada: Ró, Dayse, Dan, Jacque, Gabriel e Felipe.

À equipe de saúde do Hospital Especializado Lopes Rodrigues pela compreensão e colaboração nas etapas finais do mestrado.

Agradeço a todos, amigos, conhecidos, colegas, familiares e professores, que apontaram caminhos, orientaram e desorientaram. Tudo foi muito válido, porque pude crescer quando me ajudaram a subir mais um degrau; cresci quando por ventura tiravam algum degrau (aí crescia quando tinha que dar um jeito de continuar subindo); cresci quando orientaram para que eu respirasse um pouco, ganhasse fôlego e subisse mais um; cresci quando me deram a mão para subir; e como cresci quando tive que subir sozinha. Na verdade eu crescia todos os dias quando aprendia que a escada é infinita, mas que jamais posso abrir mão da humildade necessária para subir em paz.

Enfim, aos senhores e senhoras que lerão esse trabalho, que a todo tempo suscitou reflexões e preocupações em contribuir para uma sociedade menos violenta, mais saudável, mais respeitosa... mais COLETIVA...

... muito obrigada!

## APRESENTAÇÃO

O reflexo das drogas numa sociedade tem sido uma preocupação internacional por todas as circunstâncias e consequências que envolve. Dentre elas, destacam-se graves manifestações de violência, como o homicídio, que, diante de sua magnitude social, é considerado um problema de saúde pública, sendo definido na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), como agressão intencional de terceiros, os quais utilizam qualquer meio para provocar lesões fatais à vítima (WAISELFISZ, 2011). Este trabalho teve como principal objetivo analisar as denúncias notificadas pelo Disque Denúncia, o tráfico de drogas, e a relação entre homicídios e condição socioeconômica na Região Metropolitana de Feira de Santana no período de 2006 a 2011.

O projeto-mãe desse estudo intitula-se “Drogas e Homicídio no Estado da Bahia: o papel do Disque Denúncia”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), após ser submetido e aprovado no Edital de Segurança Pública nº 022/2010 dessa Instituição.

O presente trabalho foi desenvolvido na forma de dois artigos, intitulados “Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011” e “Homicídios e tráfico de drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do Disque Denúncia, 2006 a 2011”, a serem submetidos para publicação em periódicos nacionais.

Esta pesquisa cumpre, portanto a expectativa de dar visibilidade às complexas questões que envolvem homicídios e tráfico de drogas, enaltecendo características que acompanham as denúncias efetuadas ao Disque Denúncia da Bahia e as ocorrências registradas na Secretaria de Segurança Pública, na Região Metropolitana de Feira de Santana.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> Fluxograma do caminho metodológico do artigo 1 - Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011.	33
<b>Figura 2</b> Fluxograma do caminho metodológico do artigo 2 – Homicídios e tráfico de drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do Disque Denúncia, 2006 a 2011.	34
<b>Artigo 1</b>	
<b>Figura 1</b> – Localização de Feira de Santana na Bahia e seu limite municipal.	54
<b>Figura 2</b> – Zona urbana de Feira de Santana.	55
<b>Gráfico 1</b> – Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes nos bairros de maior incidência em Feira de Santana, 2006 - 2011.	56
<b>Gráfico 2</b> – Percentual de vítimas de homicídio por faixa etária e ano na zona urbana de Feira de Santana, 2006 - 2011.	57
<b>Gráfico 3</b> – Ocorrências de Tráfico de Drogas na zona urbana de Feira de Santana, 2006 - 2011.	58
<b>Tabela 1</b> – Percentual de ocorrências de Homicídio (H) e Tráfico de Drogas (TD) por mês e ano zona urbana de Feira de Santana, 2006 - 2011.	59
<b>Tabela 2</b> – Características dos registros de homicídio nos boletins de ocorrência, quanto ao tipo de ocorrência e meio de vitimização na zona urbana de Feira de Santana, 2006 – 2011.	60
<b>Tabela 3</b> – Análise multivariada no Modelo de Regressão de Poisson para o desfecho taxa de homicídios e preditores socioeconômicos por bairro de Feira de Santana, 2010.	61
<b>Artigo 2</b>	
<b>Gráfico 1</b> – Denúncias realizadas por bairros mais denunciantes de Feira de Santana, 2006 - 2011.	81
<b>Gráfico 2</b> – Percentual de denúncias realizadas pro mês e ano em Feira de Santana, 2006 - 2011.	82
<b>Tabela 1</b> – Frequência de denúncias realizadas ao Disque Denúncia por cidades da Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006 - 2011.	83
<b>Tabela 2</b> – Classes de Assunto mais denunciadas ao Disque Denúncia por	84

município da Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006 - 2011.	
<b>Tabela 3</b> – Tipos de Assunto mais denunciados ao Disque Denúncia por município da Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006 - 2011.	86
<b>Tabela 4</b> – Denúncias sobre Crimes contra a Pessoa e Substâncias Entorpecentes em Feira de Santana, 2006 - 2011.	88

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	12
<b>Abstract</b>	13
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
2.1 AS FACETAS SOCIAIS DO HOMICÍDIO .....	18
2.2 RELAÇÕES ENTRE DROGAS E HOMICÍDIOS .....	23
2.3 O DISQUE DENÚNCIA: FERRAMENTA DE ENVOLVIMENTO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA .....	26
2.4 ESTUDOS ECOLÓGICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO ESTUDO SOBRE DROGAS E HOMICÍDIOS .....	29
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	32
3.1 OBJETIVO GERAL .....	32
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	32
3.2.1 Artigo 1 – Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011.....	32
3.2.2 Artigo 2 – Homicídios e tráfico de drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do Disque Denúncia, 2006 a 2011.....	32
<b>4 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	33
4.1 ASPECTOS ÉTICOS .....	34
<b>I Artigo: Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011</b>	
<b>Resumo</b>	37
<b>Abstract</b>	38
Introdução .....	39
Métodos .....	43
Resultados .....	45
Discussão .....	48
Referências .....	62
<b>II Artigo: Homicídios e Tráfico de Drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do Disque Denúncia, 2006 a 2011</b>	

<b>Resumo</b>	69
<b>Abstract</b>	70
Introdução .....	71
Métodos .....	73
Resultados e Discussão .....	75
Considerações Finais .....	79
Referências .....	89
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>APÊNDICE A</b> – Termo de Solicitação .....	101
<b>APÊNDICE B</b> – Tabela I .....	102
<b>APÊNDICE C</b> – Tabela II .....	103
<b>APÊNDICE D</b> – Tabela III .....	104
<b>APÊNDICE E</b> – Tabela IV .....	107
<b>APÊNDICE F</b> – Tabela V .....	108
<b>APÊNDICE G</b> – Tabela VI .....	109
<b>APÊNDICE H</b> – Tabela VII .....	111
<b>APÊNDICE I</b> – Tabela VIII .....	112
<b>APÊNDICE J</b> – Tabela IX .....	114
<b>APÊNDICE K</b> – Tabela X .....	115
<b>APÊNDICE L</b> – Tabela XI .....	117
<b>ANEXO A</b> - Lista de Classes e Tipos de Assuntos das denúncias .....	118
<b>ANEXO B</b> – Protocolo do Comitê de Ética .....	123
<b>ANEXO C</b> - Termo de Autorização .....	124

## Resumo

As temáticas drogas e homicídios vêm sendo cada vez mais discutidas na sociedade na intenção de desvelar aspectos estratégicos no combate às diversas formas de violência que se manifestam nesses eventos. Este estudo configurado em dois artigos teve como objetivo analisar as denúncias notificadas pelo Disque Denúncia, o tráfico de drogas, e a relação entre homicídios e condição socioeconômica na Região Metropolitana de Feira de Santana no período de 2006 a 2011. O primeiro é um estudo ecológico de desenho misto, realizado na cidade de Feira de Santana, Bahia, com dados da Polícia Civil da Bahia e do IBGE. Neste artigo, após descrição de ocorrência de tráfico de drogas e homicídios por bairro de Feira de Santana, foi feita análise de Regressão de Poisson bivariada e multivariada. O segundo artigo, é um estudo ecológico exploratório de múltiplos grupos descritivo, que considerou os seis municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana e os 44 bairros de Feira de Santana, no intuito de caracterizar denúncias notificadas pelo Disque Denúncia, em especial as referentes a homicídios e tráfico de drogas. Os dados foram fornecidos pelo Disque Denúncia, sendo descritos em frequências absolutas e relativas por bairro e mês na cidade de Feira de Santana. Todo o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana. No primeiro artigo foram analisados dados de 836 ocorrências de tráfico de drogas e 1384 homicídios que, distribuídos por ano demonstraram uma tendência ascendente. Notou-se aumento das quantidades desses eventos no início, meio e final dos anos, com queda em fevereiro e vitimização de cidadãos predominantemente entre 15 e 29 anos, por arma de fogo em mais de 80% dos casos. A descrição por bairro mostrou grandes taxas de homicídios em bairros mais carentes, tendência não bem estabelecida em relação às drogas. À análise multivariada, a taxa de homicídio foi maior quanto menor a distribuição de água, taxa de alfabetização de pessoas de cinco anos ou mais, e maior a proporção de negros. No segundo artigo, foram analisadas 1.836 denúncias realizadas da Região Metropolitana de Feira de Santana, com distribuição também ascendente ao longo dos anos, e crescimento importante na cidade de Feira de Santana de denúncias sobre substâncias entorpecentes e crimes contra a pessoa. Os tipos de denúncias mais frequentes foram Tráfico de Drogas (22%), Maus tratos a criança e Adolescente (9,69%) e Posse ilícita de Armas de Fogo (2,29%). Percebe-se que em toda sua complexidade, a escalada dos fenômenos estudados aponta para causas na desestruturação e desigualdade social, que imprimem necessidade de urgente intervenção do Estado, no sentido de prever e prover, diante do desenvolvimento do Brasil, melhores condições de vida e saúde para a população como um todo. Paralelamente, maior investimento no Disque Denúncia seria fundamental para ampliação da adesão da comunidade no combate à violência e promoção da paz, de modo a se efetivar ações estratégicas e coparticipativas na segurança pública.

**Palavras Chave:** Homicídio; Drogas ilícitas; Fatores Socioeconômicos; Participação Social.

## Abstract

The thematic drugs and homicides have been increasingly discussed in the society intending understand strategic aspects in the fight against various forms of violence that are manifested in these events. This study is composed by two articles, and aimed to review denunciations reported by Disque Denúncia and the relationship between socioeconomic factors and homicides in the metropolitan area of Feira de Santana in the period from 2006 to 2011. The first is a mixed ecological study design, in the city of Feira de Santana, Bahia, with data from the Civil Police of Bahia and IBGE. In this article, after describing the occurrence of drug trafficking and homicides neighborhood of Feira de Santana, a bivariate and multivariate Poisson Regression analysis was performed. The second article is an exploratory ecological study of multiple descriptive groups, which considered the six cities that make up the metropolitan area of Feira de Santana and the 44 districts of Feira de Santana, in order to characterize denunciations reported by Disque Denúncia, especially pertaining to homicides and drug trafficking. The data were provided by the Disque Denúncia, being described in absolute and relative frequencies per month and neighborhood in the city of Feira de Santana. The entire study was approved by the Ethics Committee of the Universidade Estadual de Feira de Santana. In the first article were analyzed data of 836 occurrences of drug trafficking and 1384 of homicides, that, distributed by year, showed an upward trend. It was noted an increase in the quantities of these events in early, middle and late of years, falling in February and victimization of citizens predominantly between 15 and 29 years by firearm in over 80% of cases. The description by neighborhood showed great homicide rates in the poorest neighborhoods, trend not well established in relation to drugs. In the multivariate analysis, the homicide rate was higher, the lower the water distribution, the literacy rate of people five years or more, and the higher the proportion of blacks. In the second article, was analyzed 1,836 denunciations made in the Metropolitan Region of Feira de Santana, with distribution also rising over the years, and important growth in the city of Feira de Santana of denunciations about narcotics and crimes against the person. The types of denunciations more frequent were Drug Trafficking (22%), Maltreatment against Adolescent and Children (9.69%) and unlawful possession of firearms (2.29%). It's notice that in all its complexity, the escalation of the phenomena studied points to the social disruption and inequality causes that print urgent need for state intervention in order to predict and provide, before the development of Brazil, better living and health conditions for the population as a whole. In parallel, greater investment in Disque Denúncia would be critical to expanding the membership of the community to combat violence and promote peace in order to effective strategic and participatory actions in public safety.

**Key words:** Homicide; Street Drugs; Socioeconomic Factors; Social Participation.

## 1 INTRODUÇÃO

As graves e complexas consequências das drogas na sociedade brasileira, sejam elas perpetradas pelo consumo ou, principalmente pelo tráfico, tem preocupado governantes, mobilizado a sociedade e inquietado grupos de estudo de modo crescente. O homicídio, forma fatal de violência frequentemente relacionado às drogas, por sua vez, segue sendo temido pelos cidadãos deste país que assistem diariamente nos noticiários ou em suas comunidades escalada forte e diária.

No sentido de investigar o tráfico de drogas no Brasil, estudos têm analisado as distribuições espaciais, associações a fatores de exposição e representações sociais, dentre outros, tendo assim contribuições de pesquisadores de diversas linhas, através de estudos qualitativos e quantitativos, e de várias áreas do conhecimento, como a sociologia, criminologia, saúde, política, economia, história e antropologia (SANTOS; RAMIRES, 2009; GARCIA; LEAL; ABREU, 2008; UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2004).

Essa mobilização em torno da pesquisa sobre aspectos relativos à violência diz respeito à complexidade que a cerca, perceptível no próprio conceito que lhe foi atribuído pela Organização Mundial de Saúde (OMS): uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo/comunidade, que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002).

Apesar de se reconhecer que qualquer uma dessas manifestações afeta sobremaneira a sociedade, admite-se que o homicídio, por ser um desfecho fatal que quebra definitivamente o ciclo de uma vida, e atinge o núcleo familiar mais próximo e a comunidade à qual pertencia o sujeito, é considerado alvo importante de estudos, seja de sua compreensão segundo a percepção e os significados que o rodeiam, ou de sua distribuição espacial, social e análise de suas associações a outros fatores socioeconômicos e culturais.

Dentre essas possibilidades de estudo destaca-se a análise da territorialização da violência, para que se façam associações das distribuições geográficas com outros aspectos socioambientais dos quais, porventura, se tenha conhecimento na respectiva região em estudo (SANTOS; RAMIRES, 2009). Nessa linha de pesquisa, consideram-se os seguintes aspectos para análise socioambiental: condições de moradia; redes sócio-técnicas; assistência jurídica, social e cultural; e segurança. Dessa forma, estuda como as estruturas sociais se interrelacionam a um aspecto tão complexo como a violência (ROJAS et al., 2008).

A ausência ou a precariedade desses aspectos na realidade de inúmeras famílias brasileiras fere pressupostos de cidadania e amplia territórios de marginalidade (AGUDELO, 1997). Nesse contexto, a violência seria uma estratégia de indivíduos através de seus comportamentos, se colocarem nos locais “legítimos” ou “não danosos” de produção e reprodução social de uma realidade mais favorecida, na intenção de que, futuramente, vislumbrem realidades menos desiguais e com melhores condições de vida (ROJAS et al., 2008).

Porém, o tráfico de drogas contradiz essa lógica, pois, além de ser escape do processo de marginalização para os jovens que se vêem diante da possibilidade de melhorar sua situação socioeconômica, tem permeado também realidades de jovens com bons *status* e condições socioeconômicas, significando a força que o narcotráfico tem de constituir e/ou manter redes de poder independente de classe social.

Estas redes são caracterizadas como a indústria milionária do narcotráfico, por ser sustentada por um conjunto de interesses que envolve indústria bélica, relações sociais e trabalhistas nas zonas rural e urbana, mercado financeiro, indústria farmacêutica e de outras drogas ilegais, além de estabelecer conchavos e alianças com aparelhos ou agentes do Estado que garantem a permanência da potência que é o narcotráfico no Brasil, por exemplo (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008).

Percebe-se que a dimensão que a droga toma socialmente e sua relação com a violência, podem adotar vários comportamentos. Diante disso, Organização das Nações Unidas (ONU) delineou três vertentes de manifestações de violência no mundo das drogas: a primeira seria a violência causada por pessoas envolvidas diretamente com o tráfico, que em geral diz respeito a uma resposta enérgica para dívidas deixadas nas “bocas de fumo”, disputas entre traficantes pelos espaços de negociação ou enfrentamentos empreendidos para manutenção da “boca”; a segunda seriam os atos de violência a terceiros que partem dos sujeitos que estão sob efeito agudo das drogas psicoativas; a terceira, por fim, seria a violência sistêmica como os roubos que são realizados para obter dinheiro que financie o próximo consumo – ou, manifestações econômico-compulsivas que teriam finalidade de gerar dinheiro para nutrir o vício (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2004).

Alguns estudos já têm considerado essas particularidades, encontrando fortes associações estatísticas entre a idade do primeiro ato infracional e idade do primeiro consumo de drogas atestando essas relações verificadas em outros países (MARTINS; PILLON, 2008). Na Bahia, por exemplo, em 2008, o homicídio representou 50,7% da mortalidade entre jovens, estando boa parte desses relacionados às drogas. Neste estudo, o autor refere que com

o crescimento que houve nas taxas de homicídios, o estado se situou em 2008 no 8º lugar do ranking nacional de homicídios, e Salvador nesse mesmo período, no 4º lugar entre as capitais, tendo saído de 21º lugar no ano de 1998 (WAISELFISZ, 2011).

Da mesma forma, órgãos públicos como a Secretaria de Segurança Pública da Bahia têm notado que é cada vez mais perceptível a relação entre homicídio e tráfico de drogas, em especial na cidade de Feira de Santana e Região Metropolitana criada recentemente em 2011, onde situações de iniquidades vêm crescendo vertiginosamente.

Exemplificando, em 2009 na Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), foram registrados 342 assassinatos, em 2010, 397, e até junho de 2011, 182 mortes violentas, sendo notória uma tendência ao crescimento dos eventos relacionados a homicídio (SANTOS, 2010; TRINDADE, 2011).

É válido salientar diante desses dados, que os benefícios de se tornar uma região metropolitana são de várias ordens, dentre as quais se destacam: captação integrada de recursos de variadas fontes a serem depositados no fundo de desenvolvimento metropolitano para atender a prioridades como saneamento e mobilidade urbana, e a criação do Policiamento Metropolitano, almejando-se atuar de maneira mais efetiva na segurança pública com vigilância do Comando Metropolitano (BAHIA, 2011c).

Por isso, na intenção de aprimorar mecanismos sociais para Feira de Santana e região, através da criação do Conselho de Desenvolvimento da RMFS e da sanção da Lei Complementar nº 35 de 6 de Julho de 2011, foi instituída a RMFS. Este Conselho terá caráter normativo, consultivo, deliberativo e de planejamento composto por um representante de cada município da região e por representantes do Governo do Estado e da sociedade civil, e de início, se depara com um grande desafio: atuar efetivamente na segurança pública e nas nuances que configuram o cenário do tráfico de drogas na região (BAHIA, 2011b; BAHIA, 2011c).

Tendo grandes possibilidades nesse processo de aperfeiçoar os serviços de segurança pública, o Disque Denúncia da Bahia tem se destacado por atuar como importante ferramenta de controle social na compreensão da distribuição de casos relacionados à violência em geral, a homicídios e tráfico de drogas. Este setor, alocado em Salvador, tem contribuído sobremaneira na investigação e elucidação de casos que chegam à Superintendência de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, e tem, recentemente, estendido a cobertura por todo o estado, contando com a participação social para denúncias telefônicas, garantindo para isso o anonimato do denunciante (COSTA et al., 2007).

Nota-se, através do processo de trabalho que envolve, que o Disque Denúncia tem sido uma ferramenta de participação social no sentido de a sociedade civil se sentir incluída no contexto de violência, responsável por ele, e, ao mesmo tempo, exposta a seus riscos e consequências. Apesar disso, raros estudos consideram seus dados para produções científicas.

Na Bahia, o Disque Denúncia realiza inúmeros atendimentos diariamente, e dão suporte a delegacias especializadas, munindo a Secretaria de Pública de informações, que, sem apoio da sociedade não teria. Após encaminhamento dessas denúncias, um dos bancos que segue sendo alimentado é o do Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP) da Superintendência de Gestão Integrada de Ação Policial (SIAP), que registra as ocorrências confirmadas e as que estão em investigação no estado, incluindo homicídios. Dessa forma, percebe-se que este banco se constitui em um importante repositório de dados que têm o potencial de descrever perfis de violência no estado, e que, juntamente ao Disque Denúncia, pode ser mais explorado como estratégias de combate e prevenção à violência.

Dessa maneira, destaca-se a importância de se colocar em destaque essas iniciativas sociais, pois, quando a própria comunidade considera um jovem, vítima de homicídio por envolvimento com o tráfico de drogas, em plenas condições de contribuir socialmente, como uma lastimável perda social, infere-se que é imprescindível repensar estratégias sociais que envolvam cada vez mais todas as parcelas da população para compreensão e combate da violência, construindo assim uma sociedade mais comprometida com a paz e a defesa da vida.

Nesse sentido, tendo em vista a relevância do Disque Denúncia nos cinco últimos anos no estado da Bahia e a transcendência da mortalidade por homicídio e do tráfico de drogas no estado, esse estudo contribui com a demanda social por compreender aspectos relacionados à violência, especificamente no tocante à distribuição geográfica, e a relação entre tráfico de drogas, homicídios e condições socioeconômicas, e coloca em evidência o importante papel que o Disque Denúncia vem desempenhando na investigação e elucidação de diversos casos notificados a este serviço da segurança pública do estado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo de homicídios e drogas é complexo, amplo, e compreende aspectos como suas características e transcendências sociais e econômicas. Dessa maneira, subentende-se a importância de um resgate teórico consistente sobre o que se tem produzido a respeito, com a finalidade de serem constituídos bons parâmetros de análise para os achados deste trabalho.

Sob o mesmo ponto de vista, e diante do fato de haver raras fontes bibliográficas sobre o Disque Denúncia, este referencial teórico busca atrelar fontes documentais da Secretaria de Segurança Pública da Bahia a referenciais que tratam da importância da participação social no combate a violência.

### 2.1 AS FACETAS SOCIAIS DO HOMICÍDIO

O homicídio é considerado epidemiologicamente na categoria de mortalidade por causas externas, e posto como uma expressão fatal de violência, e parte visível de uma realidade complexa permeada de aspectos sociais, sendo, portanto, uma das referências para se analisar a situação de violência na sociedade (MOURA; ARAÚJO; CHAVES, 2011).

Já etimologicamente, a palavra de origem latina, *homicidium*, é composta de dois elementos *homo* (homem) e *caedere* (matar), melhor explicada pelo criminalista italiano Carmignani (*apud* COSTA JUNIOR, 1991, p. 9) como *hominis excidium*: “morte injusta de um homem, praticado por outro, direta ou indiretamente” (OLIVEIRA, 2011).

Em relação ao tratamento legal dado ao homicídio, na legislação brasileira é caracterizado como: simples (matar alguém); ou qualificado (quando cometido após pagamento ou promessa; por motivo torpe ou fútil; com uso de métodos de tortura ou crueldade resultando em perigo comum; por traição ou meios que dificultem a defesa da vítima; ou ainda para acobertar ou reforçar crimes secundários). A intenção de matar, por sua vez completa a descrição do crime – quando há a intenção, trata-se de um crime doloso; quando não, denomina-se culposo. Cabe destacar que, independente do enquadramento, o homicídio é um fenômeno que precisa ser mais estudado para ser combatido veementemente através de políticas públicas efetivas (BRASIL, 2011b).

Compreendendo suas definições, pode-se inferir que historicamente o homicídio vem acompanhando a humanidade, adotando nos últimos séculos, no entanto, um comportamento de crescimento contínuo e progressivo.

No Brasil, por exemplo, antes da colonização portuguesa o comportamento homicida estava associado à cultura indígena; no período colonial, além das práticas indígenas, os homicídios começaram a representar consequências de dominações, explorações e choques culturais, e tratados sob a legislação lusa então adotada. Com o Brasil independente, as diferenças se acirravam, mas já eram tratadas sob o código criminal brasileiro (OLIVEIRA, 2011).

Já na Região Africana e nas Américas, atualmente, mesmo considerando problemas de subnotificação, o relatório da OMS revela que as taxas de homicídio chegam a ser três vezes maior que a de suicídios. Destacam ainda o fato de serem notadas nessas regiões maiores incidências de homicídio entre homens e em regiões metropolitanas onde se encontram grandes bolsões de pobreza, reflexo das desigualdades sociais. Este é um dado de suma importância e que traz a tona questões de vulnerabilidades, pois tem sido constatado que quanto mais iniquidades têm uma comunidade, maiores as ocorrências de homicídio. Não se pode perder de vista ainda que as tentativas de homicídio também agridem a sociedade mundial, chegando aos serviços de saúde, causando traumas individuais, familiares, comunitários e sociais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004b).

É válido destacar que esses traumas não dizem respeito somente a danos físicos, como se relacionam também com os psicológicos, como mostram estudos realizados com homicidas e familiares destes. Um estudo concluiu segundo entrevistas com homicidas, por exemplo, que a motivação do crime, como humilhações sofridas ou algum sentimento negativo experienciado, mobilizou o cometimento do mesmo. No entanto, a maioria dos homicidas refere que não mataria novamente devido às consequências negativas do crime, valorização da vida ou por razões religiosas. Apesar disso, os autores discutem que não se pode afirmar que de fato não haveria reincidência, já que se trata de raciocínios morais (juízos) e não de condutas (BORGES; ALENCAR, 2009).

Acrescenta-se que, os próprios homicidas reconhecem que a fragilidade de regras sociais e/ou morais os leva a cometer ações infratoras e a desconsiderar o outro. Além disso, a própria exclusão social gera manifestações de desrespeito, desconsideração e falta de compromisso ético para com parceiros sociais (BORGES; ALENCAR, 2006).

A menor flexibilidade de resolução de problemas entre indivíduos que cometeram homicídio qualificado, no entanto, é colocada em destaque por Del Pino e Werlang (2008). Nesse estudo evidencia-se, a partir de uma explicação neuroanatômica, que a memória operacional revive representações cerebrais de passado, presente e futuro no processamento de uma ação, possibilitando que os indivíduos escolham, em meio a contingências, e mudem

ou não de opinião, inibindo uma escolha ao invés de outra. Desse modo, esse estudo destaca que a violência fatal envolve, dentre outras, circunstâncias psicológicas, sociais e biológicas.

Estudos de caso também são interessantes para análise de impactos individuais e familiares de um crime, como mostram Bins, Doler e Teitelbaum (2009), que estudaram o homicídio seguido de suicídio. O caso em questão discutiu o crime passional e a dimensão que um evento como este toma na família das vítimas, acrescentando que, quando há sobreviventes, o fato ainda envolve consequências legais, além do sentimento de medo e perda.

Nessa mesma linha de pesquisa, Sá e Werlang (2007) descrevem algumas características que, se identificadas e tratadas anteriormente poderiam ter evitado o homicídio e o suicídio. Dentre elas destacam-se a impulsividade, agressividades, problemas no relacionamento conjugal, depressão e dependência de álcool, que, somadas ao sentimento de tormento e forte dor psicológica, sugeririam a autodestruição como melhor solução. Ademais, a morte do suicida significaria uma destruição dos entes que continuariam em vida por todo processo de luto a ser vivido em meio à tragédia.

Transcendendo a psicologia até então discutida, estudos em psiquiatria ressaltam a relação intrínseca que a saúde estabelece com a violência, pois, os atos infratores nesses casos são devidos a transtornos psiquiátricos, como esquizofrenia e abuso de álcool, devendo o sistema de saúde ter estrutura eficaz e eficiente para acolher e cuidar desses sujeitos (TEIXEIRA; DALGALARROND, 2006; GARBAYO; ARGOLO, 2008; VALENCA, 2008; VALENCA et al., 2009).

Essa discussão deve ainda ser feita em relação à necessidade de fortalecimento da atenção à criança e adolescente no sistema de saúde, pois ocorre cada vez mais cedo a inserção desses no mundo da violência, sendo que normalmente vem acompanhada do uso de drogas ou do envolvimento com o tráfico (PRIULI; MORAES, 2007). Além disso, destaca-se que a presença da escola na identificação de comportamentos agressivos, baixo rendimento no processo de aprendizagem ou sinais de maus tratos, os quais podem estar relacionados a comportamentos violentos desses jovens, permitem que qualquer estratégia de intervenção por parte da escola, saúde, justiça ou família seja devidamente planejada e eficaz.

Ressalta-se que a escola é um complexo protetor do jovem contra seu envolvimento no mundo do crime, já que foi concluído que o abandono precoce dos estudos está correlacionado a: maior deterioração da saúde da pessoa e de sua família; maior violência doméstica; indicadores psicológicos mais pobres; maior delinquência juvenil dos próprios filhos; comportamentos sexuais de risco; aumento do uso de drogas; sentimentos mais

profundos de exclusão social; menor grau de voluntarismo; e menores contribuições à democracia, expressão cultural, e respeito ao próximo (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007).

Tendo em vista que há tantas instâncias que poderiam se responsabilizar pelos jovens, não fica claro, porque as ações de prevenção da violência entre eles parecem não ter alcance devido, já que, como mostram Priuli e Moraes (2007), os recursos levantados para prevenção da violência são menores do que os gastos para repará-la. Exemplificando, experiências de sucesso no cuidado desses jovens envolvem questões simples, como criatividade, envolvimento da família, da comunidade e das autoridades, considerando que, por se tratar de sujeitos em formação, a prática de infrações pode cessar e ser superada se lhes forem assegurados meios adequados.

Pesquisas como essas, como afirmam Borges e Alencar (2006) são fundamentais para compreender o sujeito transgressor e formular estratégias para resgatá-lo do contexto de criminalidade. Até porque a grande questão, como já foi citado, é o impacto que o homicídio gera na família e na sociedade, principalmente quando se trata de um jovem.

Nesses casos, a morte gera para mães e familiares um sentimento de impotência, dor, sofrimento, angústia e desejo de justiça, cuja intensidade e duração parecem ser muito maiores do que mortes em qualquer outra idade. Além disso, a sensação de perda do filho para a morte ou para o crime traz à tona para as mães o sentimento de perda de suas funções de proteção. Outro ponto importante relacionado a homicídio entre jovens e o sentimento de seus familiares é a posição da mídia na publicização dos fatos: ora agrava o sofrimento quando foge ao bom senso e banaliza a criminalidade desrespeitando familiares das vítimas, ora é forte aliada na cobrança que termina efetuando às instâncias jurídicas, sociais e governamentais para que combatam e previnam veementemente a violência (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008).

Essas instâncias representam a multicausalidade da violência, pois fica claro que a responsabilidade é de todos no seu combate e prevenção, já que envolve direitos sociais e condições mínimas de cidadania. Sobre isso, Agudelo (1997), explica de que forma a ausência dos aspectos que conformam a cidadania se relaciona com a constituição da violência, pois grande parte dos estudos sobre homicídio demonstra e/ou discute a relação deste com desigualdades socioeconômicas, ausência ou precariedade de suporte social e falta de estrutura urbana, normalmente vivida nas periferias e nos grandes centros urbanos, nos quais crescem os bolsões de pobreza (BARBOSA; FERREIRA; BARROS, 2011; ARAÚJO et al., 2010; VILLELA et al., 2010; ARAÚJO et al., 2009; BASTOS et al., 2009; CAMARGO et al.,

2008; HENNINGTON et al., 2008; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; CAIAFFA et al., 2005).

Nessa perspectiva, considera-se a necessidade de se trabalhar a cidadania como um “sistema e mecanismo de relações dos indivíduos com o Estado e dos indivíduos entre si em um marco de direitos e deveres compartilhados” (AGUDELO 1997, p. 41). Dessa forma, se há discriminação na inserção social de um grupo de indivíduos, e este se mantém à margem das boas condições de vida, os direitos de cidadania são abalados, e conseqüentemente se coloca em risco o cumprimento dos deveres por parte destes cidadãos – dentre os quais estão o respeito à vida e ao patrimônio dos demais. Assim, o ciclo de violência se monta e agrega valores que agredem frequentemente a paz da sociedade.

Ressalta-se então, que apesar de vários estudos terem como objeto de investigação as motivações pessoais e experiências subjetivas, as situações de vulnerabilidade causadas por iniquidades sociais, prevalecem e acompanham as análises, conformando cenários concretamente compreendidos como motivadores para o crime.

Além disso, considera-se ainda que o crime estaria relacionado com a sensação de impunidade vivida no Brasil, e outras falhas que dizem respeito ao combate ao crime, como estrutura ineficiente do sistema prisional e sistema de justiça criminal inefetivo, que favorecem a expansão e fortalecimento do crime organizado. Ademais, um fator que torna essa realidade ainda mais complicada é o fato de a impunidade partir na maioria das vezes de aparatos governamentais através da corrupção, que se faz cúmplice no favorecimento de criminosos como na facilitação de acesso a armas ou permitindo livre comercialização de drogas (REICHENHEIM et al., 2011; NADANOVSKY et al., 2009; CAIAFFA et al., 2005; AGUDELO, 1997).

Curiosamente, a partir do momento em que o sistema jurídico e de segurança pública não têm o alcance devido pelas razões explicitadas, as próprias facções criminosas ou gangues gerenciam o exercício da justiça em seus territórios, conforme “leis” do respectivo “comando”, como estudou Feltran (2010). Dessa forma, a comunidade termina por ter que se submeter a essas leis, já que é de interesse das facções que o policiamento continue sem se aproximar dos seus territórios.

O contexto que se instala a partir daí passa pela valorosa participação da mídia, que influencia a opinião da sociedade, suscitando debates, motivando e fiscalizando a implantação de políticas. Por isso compreende-se que se faz necessária intensificação do diálogo polícia – mídia, e mudança na perspectiva jornalística, para que o sensacionalismo do homicídio dê lugar a ações articuladas, destacando as de prevenção, até que se interfira positivamente na

realidade das famílias supracitadas que se veem reféns em suas próprias comunidades (RAMOS; PAIVA, 2009).

Nessa perspectiva, a World Health Organization (2010) identificou medidas de prevenção da violência e destaca a política de desarmamento que o Brasil adotou na tentativa de sair da preocupante classificação do país que comporta uma das maiores taxas de homicídio do mundo, já que 80% dos casos são decorrentes de uso de arma de fogo (BRASIL, 2011b). Brasil (2011a) mostra que as regiões que mais sofrem com o homicídio são o Sudeste, seguido de Centro Oeste e Nordeste, estando por último a região Sul.

Por conseguinte, os custos diretos ou indiretos da violência no Brasil, têm chegado a 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB), facilmente compreensíveis nos dados disponibilizados no *site* do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011a). Estes mostram que no período de 1980 a 2006, foram registrados no Brasil 963.572 homicídios, tendo havido nesse período aumento da frequência de 20% (13.910) para 38% (48.600) de homicídio como causa de morte. Assim, o homicídio saiu de segunda para principal causa de morte no país.

Recentemente, em 2006, foram iniciados os trabalhos da Vigilância de Violências e Acidentes (Rede VIVA) “a fim de descrever os atendimentos de emergência por violências e acidentes, principalmente as lesões de menor gravidade que não implicam mortes ou internações.” (MASCARENHAS et al., 2009, p. 1657), permitindo que sejam conhecidas a magnitude e gravidade dos fenômenos em questão.

Em 2009, outra iniciativa do Estado brasileiro foi a inclusão do item “atenção integral às pessoas em situação ou risco de violência” nas prioridades do Pacto pela Vida para o biênio 2010-2011, que, de acordo com os contextos regionais, teria como meta a ampliação da rede de prevenção de violência, da promoção da saúde, e da cobertura da ficha de notificação/ Investigação de Violência doméstica, Sexual e outras (BRASIL, 2009a).

Nota-se que para estratégias de combate ao crime serem estruturadas de modo coeso, é necessário embasamento científico e ações intersetoriais que valorizem a multicausalidade do homicídio, e o compreenda como fenômeno que precisa ser combatido principalmente com a promoção da cultura da paz, através de contextos que respeitem a cidadania. E, apesar de haver esforços localizados de tentativa de compreensão da violência e dos homicídios no Brasil, estes ainda são espaçados, de modo que é perceptível a necessidade de aprofundar os estudos nessa linha de pesquisa, enfatizando características regionais e complexos socio-históricos conformados em agregados humanos.

## 2.2 RELAÇÕES ENTRE DROGAS E HOMICÍDIOS

A experimentação inicial das drogas pelo jovem brasileiro tem se dado cada vez mais cedo, refletindo os suportes familiares e sociais comprometidos, o que os tem exposto a diversas situações de violência, estando dentre elas o homicídio. Este tem sido a principal categoria de morte por causas externas afetando majoritariamente homens jovens, negros, com nível de escolaridade fundamental incompleto, e está relacionado principalmente às seguintes drogas, consideradas ilícitas no Brasil (de consumo e venda proibidos por lei): maconha, cocaína e crack (BEATO FILHO et al., 2001; MOREIRA; CRUZ NETO; SUCENA, 2003; MARTINS; PILLON, 2008).

Pelo exposto, percebe-se que, em geral, as drogas se fazem muito presentes em contextos de iniquidades sociais, de modo a fragilizar ainda mais as relações interpessoais e comunitárias. Isso se dá inicialmente através dos mecanismos de ação primária das drogas enquanto substâncias psicoativas (como etanol, hipnóticos e sedativos, nicotina, opióides, canabíoides, cocaína, anfetaminas, *ecstasy*, substâncias voláteis e alucinógenos), que atingem efeitos inibitórios ou excitatórios. Assim, com uso prolongado, causam dependência atestada principalmente pela abstinência que promove efeitos sistêmicos, e consequências mais graves como perturbações cognitivas, agravamento de doenças mentais e diminuição do volume do cérebro (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004a; BRASIL, 1998).

Além dos efeitos citados, a droga compõe um expediente hediondo causando inúmeros danos às comunidades, quando traficada. Legalmente no Brasil, o tráfico de drogas não é tipificado no Código Penal de 1940, mas é caracterizado na chamada “Lei de Drogas” de 2006, que no seu Artigo 28 prevê pena para quem “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” (BRASIL, 2006, Art. 28).

O inciso segundo desse mesmo artigo diz ainda que, para que se considere tráfico, no julgamento o juiz deverá atender “à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (BRASIL, 2006, Art. 28, §2º).

Os efeitos supracitados que atingem a saúde do ser humano e organizações criminosas relacionadas ao narcotráfico, vinculam-se a homicídios e envolvem práticas de atividades ilícitas, hierarquia organizacional, previsão de lucros, divisão do trabalho, uso da violência, simbiose com o Estado, planejamento empresarial, relação clientelista traficante-consumidor, presença da lei do silêncio, monopólio da violência e controle territorial – e todas essas práticas se fazem presentes no tráfico de drogas (OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma, as drogas estabelecem um cerco social de difícil desmonte e forte território para disseminação da violência, se mostrando associadas aos casos de homicídios e aumento desses no Brasil (REICHENHEIM et al., 2011; WAISELFISZ, 2011; ARAÚJO et al., 2010; FELTRAN, 2010; LOZADA et al., 2009; MARTINS; PILLON, 2008; PRIULI; MORAES, 2007; NACHIF, 2006; CAIAFFA et al., 2005; KILSZTAJN et al., 2005; LIMA et al., 2005a).

Lima e colaboradores (2005b) evidenciam que as condições socioeconômicas precárias já discutidas como uma das variáveis para compreensão da vulnerabilidade, na verdade são assoladas por este poder do tráfico de drogas, e resultam na exposição de cidadãos que estão envolvidos com o narcotráfico ou não, fazendo vítimas nas diversas camadas da sociedade, independente de raça/cor, gênero ou classe social.

Diante de tantas facetas, infere-se que estabelecer um foco nos homicídios relacionados ao tráfico de drogas e não ao consumo depende da compreensão do que, de fato, eles representam. Inicialmente, como o narcotráfico comercializa substâncias ilícitas, ele monta uma rede de proteção aos mecanismos de produção e venda, que, como qualquer relação de mercado, além enfrentar concorrências, precisa se defender das tentativas do Estado de desmonte dos esquemas. Para tanto, empreende esforços de envolvimento não só da mão de obra para plantio, preparo e comercialização da droga, como também de pessoal para segurança armada, e agentes do próprio aparelho estatal que contribuem com a manutenção do tráfico, após negociações de contrapartidas (BEATO FILHO et al., 2001; UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2004).

Esse processo de armamento foi estudado por Szwarcwald e Castilho (1998), que identificaram no Rio de Janeiro o aumento substancial da aquisição de armas por grupos organizados do narcotráfico desde os anos 80, com a finalidade de manter seus territórios e controlar melhor o tráfico. A consequência imediata foi o aumento da incidência de homicídios e a ameaça diante da qual a sociedade se viu e convive, tendo muitas vezes que seguir determinados padrões de comportamento, para não ir de encontro às normas do tráfico naquele determinado território.

Kodato e Silva (2000), por sua vez, afirmam que o aumento de casos de homicídios relacionados ao tráfico principalmente entre jovens está relacionado ao comportamento que estes costumam ter de, ao sair da condição de “avião” (atravessador do produto) para negociante direto ou consumidor, e não tendo condições de manter financeiramente o vício, começam a cometer atos infracionais, deixando, no entanto, dívidas na “boca” e expondo o território do tráfico. Consequentemente, os traficantes recorrem ao homicídio para, além de

resguardarem seu território, darem exemplo para consumidores de como lidam com dívidas, clarificando o porquê de ser uma rede tão forte financeiramente.

Na intenção de solucionar problemas tão graves, uma recente discussão sobre a descriminalização das drogas tende a *patologizar* o usuário ao invés de imputar penas hoje direcionadas ao tráfico e ao consumo, havendo defensores desse meio para diminuir as taxas de homicídio, já que não haveria como hoje, a fiscalização e combate ao tráfico pelo Estado. As leis têm permitido, no entanto, uma tendência de abrandamento das decisões judiciais como em casos em que o Estado apenas aplica medida de segurança, ou quando a polícia brasileira se orienta pela não prisão do usuário quando este consome tipo e quantidade de droga que não sejam ofensivos a ele e à sociedade. Há casos ainda que

um indivíduo [...] poderá ser encaminhado ao Poder Judiciário, e caso sua conduta tipifique os termos do artigo 16 da Lei 6.368, de 1976, caberá ao Estado aplicar-lhe pena de detenção não inferior a seis meses e não superior a dois anos. Como a pena cominada ao tipo penal é de detenção, e não superior a dois anos, a competência para julgar a ação penal será do juizado especial criminal, obedecendo ao rito processual especificado pela lei 9.099, de 1995. Em fórum de juizado, caberá ao Ministério Público, em fase preliminar da ação penal, propor a aplicação imediata de pena de multa ou pena restritiva de direitos (NASCIMENTO, 2006, p.1888).

Em relação à resposta às drogas, esta não pode ser unilateral, devendo haver um sistema de colaboração social, focando a prevenção ao abuso das drogas e tratamento dos sujeitos dependentes, sem perder de vista a necessidade de se modificarem contextos vulneráveis, requisitando, para tanto, conhecimentos de diversas áreas da ciência. Sendo assim, estabelecem-se como metas coletivas: regeneração urbana, agências interdisciplinares (do Estado e da sociedade civil), trabalho voluntário que parta inclusive de ex-dependentes/traficantes, justiça restauradora que intervenha nas comunidades em especial nos grupos de risco e de maneira sustentável (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2004). Dessa maneira, com ações de resultados a médio e longo prazo, poderia se vislumbrar uma diminuição dos casos de homicídio relacionados ao tráfico.

### 2.3 O DISQUE DENÚNCIA: FERRAMENTA DE ENVOLVIMENTO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA

O Disque Denúncia é uma estratégia do órgão de segurança pública, que presta serviços à sociedade civil ao receber denúncias anônimas sobre assuntos como grupos de extermínio; uso e comércio de drogas; maus tratos a mulheres, crianças, adolescentes e idosos; furtos de veículos; corrupção policial; uso indevido, tráfico e porte ilegal de armas; assaltos a coletivos e passageiros; e sequestros relâmpagos (BAHIA, 2011a).

Assim, traz a comunidade para participar de ações de combate à violência, principalmente por dar detalhes (características físicas, geográficas e temporais) de crimes, que, normalmente a segurança pública não teria acesso. A United Nations Organization (2004, p.6) chamaria esse processo de capital social ou grau de interação comunitária, que seria:

uma consideração importante quando se tenta documentar e explicar aumento nos níveis de crimes/violência. [...] Refere-se a normas ou “leis” que existem nas relações sociais e ultrapassam as instituições sociais, as quais implantam gradualmente fundações por confiança, obrigação e reciprocidade. A extensão do capital social na comunidade [...] pode ajudar a explicar níveis de crime/ violência.

O paralelo aqui estabelecido diz respeito à integração que a sociedade passa a ter na resolução de determinados casos quando se permite um espaço que a resguarde e, ao mesmo tempo, agregue valores para resoluções de problemas como o tráfico de drogas e homicídios. É válido ressaltar que, no ato da denúncia, o denunciante pode ser orientado e a denúncia é encaminhada para departamentos específicos do serviço de segurança pública, para que a situação revelada seja interrompida tão logo possível (SECRETARIA DA METODOLOGIA DO DISQUE DENÚNCIA NACIONAL, 2009). Ou seja, retrata-se aqui a tentativa de firmar uma cultura de gestão participativa entre sociedade e Estado, em consonância com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e os princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (BRASIL, 2009b; BRASIL, 2007).

Tem se percebido uma forte adesão dos cidadãos a essas estratégias de participação. O Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes criado em 1997, por exemplo, realizava em 2008 cerca de 1.557 atendimentos diários, tendo recebido e encaminhado de maio de 2003 a dezembro de 2008, 84.766 denúncias de todo o país, efetuando nesse período 2.175.166 atendimentos (SECRETARIA DA METODOLOGIA DO DISQUE DENÚNCIA NACIONAL, 2009).

Na Bahia, o Disque Denúncia foi criado em dezembro de 2005, após análise da performance das ligações recebidas à Central Telefônica da Secretaria de Segurança Pública da Bahia e consultoria do Superintendente do MOVRio, entidade que criou e mantém o Disque Denúncia no Rio de Janeiro – hoje com 16 anos de funcionamento. Atualmente, o Disque Denúncia da Bahia é um órgão que presta serviço em parceria com a Organização não Governamental Movimento Bahia de combate ao Crime (ONG MOVBahia) e a Secretaria de Segurança Pública, possibilitando que um cidadão da Região Metropolitana de Salvador ligue de um aparelho fixo ou móvel para o telefone 071 3235 0000 (181 para o interior do estado) e efetue sua denúncia, tendo seu anonimato e integridade, garantidos.

Na ocasião, o funcionário que o atende – previamente treinado para registrar o mais completa e fidedignamente a denúncia – registra a queixa relatada, armazenando-a em um sistema integrado e informatizado, e fornece uma senha de acesso que permite ao denunciante completar a denúncia, ou acompanhar o encaminhamento do caso. Previamente, o funcionário certifica-se de que realizou os oito questionamentos básicos ao denunciante: onde; como; qual; quantos; por que; quem; o que e quando (BAHIA, 2011a; DISQUE DENÚNCIA DA BAHIA, 2011).

Depois desses procedimentos, a denúncia é classificada como normal, importante, e dados insuficientes, a depender do grau de detalhamento das informações prestadas pelo denunciante. Em casos de denúncias urgentes, com o fato acontecendo ou prestes a acontecer, a difusão para o setor competente se dá de imediato (DISQUE DENÚNCIA DA BAHIA, 2011).

Nota-se que, através da sensibilização social, apesar dos problemas ainda enfrentados como alta frequência de trotes recebidos pelo Disque Denúncia, e de concentração das denúncias de um estado de tão largas dimensões como a Bahia em apenas um centro, esta ferramenta de combate à criminalidade pode resultar em ações cada vez mais rápidas. O aplicativo permite, por exemplo, fazer buscas no sistema que agreguem denúncias a respeito de um determinado caso, somando informações de diversos denunciante (DISQUE DENÚNCIA DA BAHIA, 2011).

Para tanto, necessita-se de um código de usuário e senha, e seleção de detalhes como assuntos (classes e tipo) (ANEXO A); órgãos (externos, internos, tipo de órgão e tipo de difusão); endereçamento (logradouros, bairros, municípios, unidades de federação); tipo de atendimento; e características físicas (cabelos, estatura, olhos, pele e porte). A partir de então, pode-se filtrar denúncias, buscando ainda determinados relatos a partir de palavras chave, ou solicitar relatórios específicos que exibem frequências absoluta e relativa das denúncias por critério previamente selecionado (DISQUE DENÚNCIA DA BAHIA, 2011).

Outra função do aplicativo consiste em auxiliar na difusão das denúncias para órgãos responsáveis como delegacia de proteção a mulher ou delegacia de homicídios. Após a difusão, acompanha-se ainda a taxa de retorno das investigações, que por sua vez ainda é baixa.

Assim, de posse de maiores informações, as investigações policiais se dão de maneira mais substanciada, denotando uma modernização da ação policial através de uma repressão qualificada, quando então se alimenta um segundo banco de dados – sobre

ocorrências – o do Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP) da Superintendência de Gestão Integrada de Ação Policial (SIAP) (BRASIL, 2009b).

Nota-se, portanto, uma busca pela conformação de uma rede menos letal e articulada ao sistema de justiça, que reúna não somente aparatos militares, força, investimentos concentrados que terminam colocando em descrédito qualquer projeto político na área de segurança, como também a participação de civis, de maneira que seja possível destacar o cidadão como protagonista do controle externo da atividade policial. Esta por sua vez, se defronta com o desafio de fazer uso adequado das informações fornecidas, e incluir em sua ação estratégias de reconhecimento da heterogeneidade social presente em comunidades vulneráveis, nas quais a maioria da população não faz parte de alguma organização criminosa (BRASIL, 2009b).

#### 2.4 ESTUDOS ECOLÓGICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO ESTUDO SOBRE DROGAS E HOMICÍDIO

O estudo ecológico refere-se a um desenho de pesquisa que tem os agregados (conjuntos de indivíduos) como unidade de análise; ou seja, ao invés de estudar indivíduos isoladamente, estuda áreas geográficas, por exemplo – o que originou o nome “ecológico”. Historicamente, trata-se de um desenho de estudo que em vários cenários mundiais se antecipou a diversas hipóteses etiológicas, posteriormente estudadas a partir de análises individualizadas (AQUINO et al., 2011).

Apesar de os primórdios da epidemiologia ter sido marcado pela utilização de fatores contextuais na ocorrência das doenças, um dos primeiros registros de uso articulado e abrangente do estudo ecológico foi a pesquisa de Durkheim (1858-1917) sobre suicídio e religião no século XIX. Concluiu ao final, que regiões com maior número de pessoas de seguimento religioso protestante apresentavam maiores taxas de suicídio, comparadas a regiões majoritariamente católicas (AQUINO et al., 2011; PEREIRA, 1999). Percebe-se que há tempos – desde o século XIX – a questão da violência vem sendo estudada a partir de análises de agregados, pois, como afirma Medronho (2004, p.191) o estudo ecológico “procura avaliar como o contexto social e ambiental podem afetar a saúde de grupos populacionais”.

Obviamente, não podem ser desconsideradas as limitações de um estudo ecológico, já que podem interferir nos resultados de estudos relacionados a tráfico de drogas e homicídios, como a falácia ecológica – que Aquino e colaboradores (2011, p. 175) define como

“impossibilidade de realizar inferências individuais a partir do que é observado no nível agregado, dada a não equivalência entre a medida de associação ecológica e a sua correspondente no nível individual”.

Além desta, admitem-se como outras limitações: dificuldade de usar técnicas de mascaramento; uso de dados de fontes diversas, o que pode incorrer na soma de vieses, oriundos desde a alimentação até o tratamento dos dados como coloca Reichenheim e colaboradores (2011) em ampla pesquisa relacionada à violência e lesões no Brasil; dificuldade de controlar fatores de confundimento; dificuldade em proceder a análise estatística; autocorrelação espacial (relacionada à probabilidade de similaridade de taxas em áreas adjacentes); autocorrelação temporal; ambiguidade temporal; multicolinearidade entre variáveis preditoras (maior correlação entre os agregados que entre os indivíduos) (PEREIRA, 1999).

Como alternativa para algumas dessas limitações, Medronho (2004) sugere a utilização de agregados tão menores quanto possível na tentativa de torná-los mais homogêneos. Aquino e colaboradores (2011, p.183) por sua vez, acrescentou cuidados na utilização dos modelos, destacando que estes devem considerar “o efeito da correlação serial e temporal, os períodos de latência e de indução dos fenômenos de saúde-doença estudados e o efeito da migração sobre a estimativa da exposição das regiões geográficas”. Porém, como no geral os dados sobre drogas e homicídios são oriundos de fontes diversas, mesmo essas alternativas se constituem em um desafio a ser superado na análise de dados.

Essas observações quanto às limitações foram sendo feitas na medida em que a epidemiologia foi evoluindo, acompanhando novas possibilidades diagnósticas, de estudo e intervenção, de modo que os estudos ecológicos foram perdendo espaço para pesquisas que envolviam grupos-controle. No entanto, no Brasil e no mundo, a comunidade científica tem resgatado o estudo ecológico como uma importante ferramenta para a compreensão da violência, utilizando as diversas modalidades de correlação, como comparações geográficas e séries cronológicas (BARBOSA; FERREIRA; BARROS, 2011; PERES et al., 2011; REICHENHEIM et al., 2011; PERES; SANTOS, 2005; LIMA et al., 2002; BARROS; XIMENES; LIMA, 2001; BEATO FILHO et al., 2001).

Nessas perspectivas classificatórias, existem ainda duas dimensões: relativas à mensuração da exposição, e ao método de agrupamento em estudos ecológicos. Esses podem ser classificados como exploratórios ou analíticos, e constituírem-se de três distintos desenhos, quais sejam: de múltiplos grupos, séries temporais, e desenhos mistos. Quando se trata de homicídios e tráfico de drogas, a maioria dos estudos é classificada como ecológicos

exploratórios dentre as três metodologias acima, dada à complexidade desses temas e dificuldade de se realizar inferências estatísticas.

Apesar disso, é válido ressaltar as vantagens de se realizar um estudo ecológico: permite o estudo de grandes populações; é simples na execução e na análise, rápido e de baixo custo; abrange populações com características mais divergentes em relação à exposição, comparando-se a estudos individuados; possibilita a combinação de informações oriundas de diferentes bases de dados; torna as conclusões mais generalizáveis; e tem a capacidade de gerar hipóteses (AQUINO et al., 2011; ROUQUAYROL; ALMEIDA FILHO, 1994).

Rothman, Greenland e Lash (2008) discutem ainda que o estudo ecológico não é somente possível, como se faz necessário em diversas situações em que não é possível estudar o evento a partir estritamente de dados individuais, como quando se trata de violência. Sendo assim, considerando a complexidade deste fenômeno, ratificando que ele se relaciona a vulnerabilidades sociais e que o estudo de agregados permite que sejam realizadas análises de distribuição espacial e de correlação de eventos, encontram-se grandes possibilidades no seu uso para melhor compreensão da dinâmica social do tráfico de drogas e homicídios.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL:**

Analisar as denúncias notificadas pelo Disque Denúncia, tráfico de drogas, e a relação entre homicídios e condição socioeconômica na Região Metropolitana de Feira de Santana no período de 2006 a 2011.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

3.2.1 Artigo 1 – Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011.

Caracterizar a ocorrência de tráfico de drogas e homicídio em Feira de Santana;

Verificar a relação entre a mortalidade por homicídios e a condição socioeconômica por bairro de Feira de Santana em 2010.

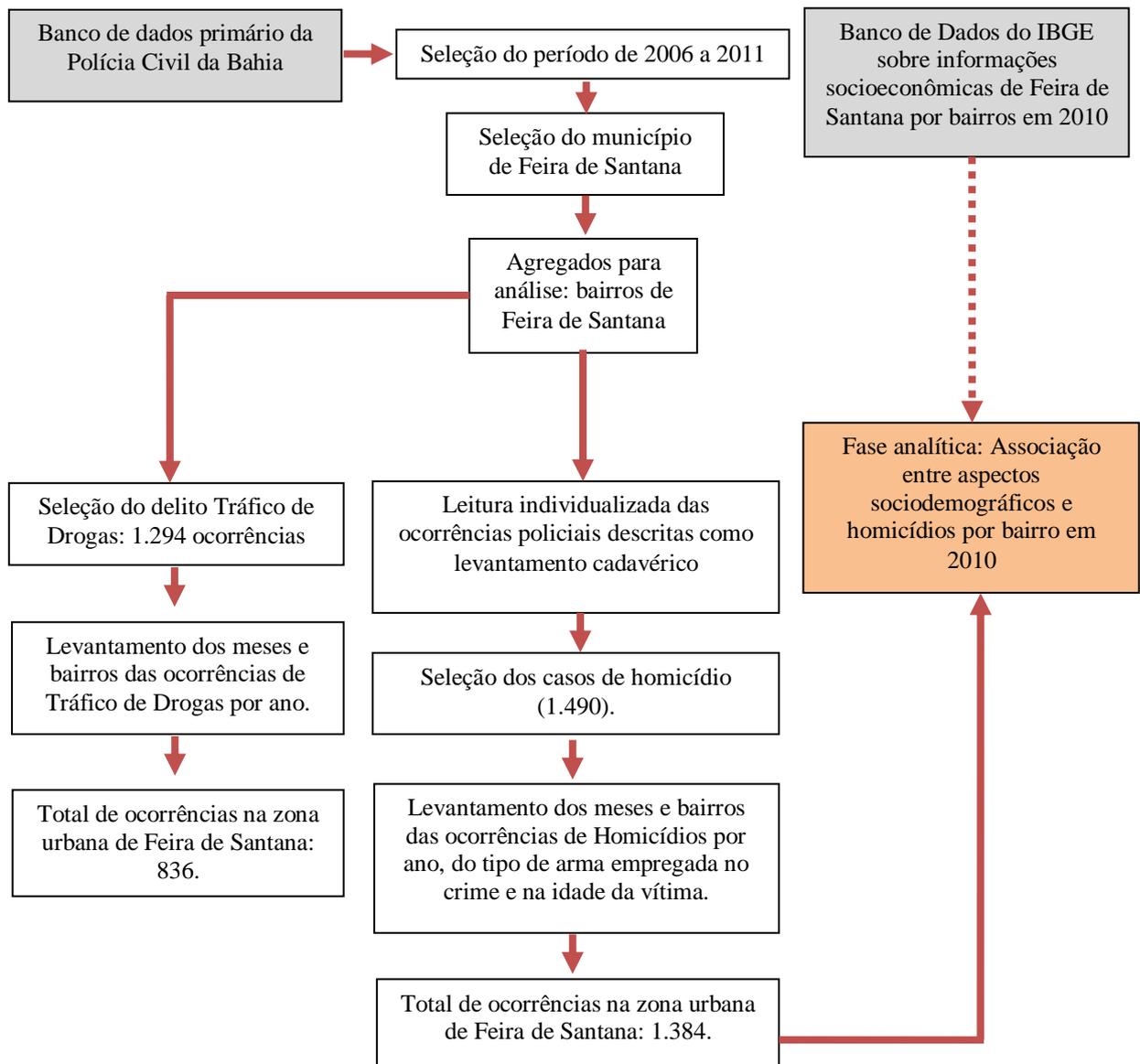
3.2.2 Artigo 2 – Homicídios e tráfico de drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do Disque Denúncia, 2006 a 2011.

Caracterizar as denúncias notificadas pelo Disque Denúncia na Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006 a 2011;

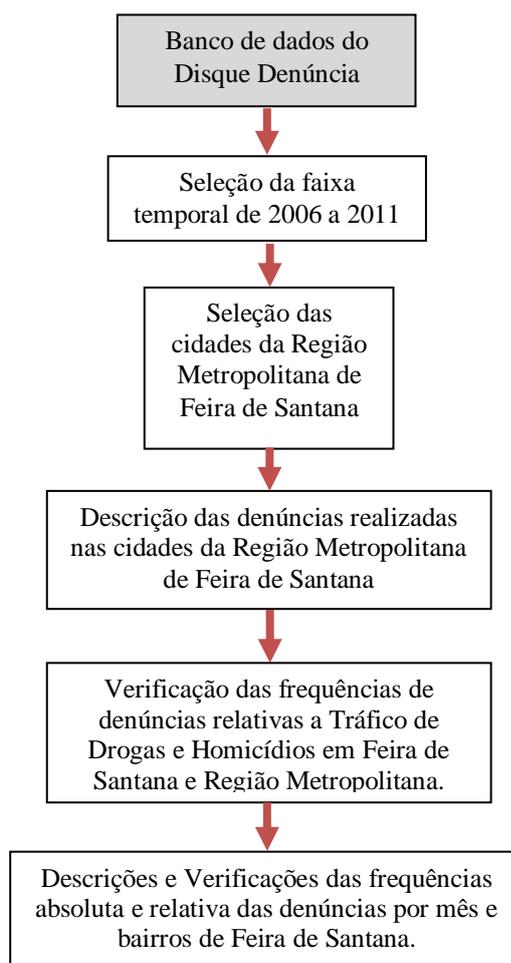
Verificar a frequência de denúncias tráfico de drogas e homicídio na Região Metropolitana de Feira de Santana;

#### 4 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido na forma de dois artigos, de modo que as metodologias utilizadas em cada um deles está descrita em separado, e a seguir, de maneira sumarizada através de fluxogramas:



**Figura 1** Fluxograma do caminho metodológico do artigo 1 - Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011.



**Figura 2** Fluxograma do caminho metodológico do artigo 2 – Homicídios e tráfico de drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do Disque Denúncia, 2006 a 2011.

#### 4.1 ASPECTOS ÉTICOS

Em respeito à Resolução 196/96 sobre ética em pesquisa com seres humanos, o Projeto Mãe que contém objetivos deste projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Feira de Santana, e aprovado sob o protocolo nº 148/2011 (ANEXO B). Como os dados das denúncias são sigilosos e tais informações são o objeto de trabalho do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, serão resguardadas as informações compiladas apenas para fins dessa pesquisa, não havendo nenhum conflito de interesse.

Foi solicitado à coordenação do Disque Denúncia uma autorização para uso dos dados contidos no banco do aplicativo que armazena as denúncias do órgão, sendo ressaltada a

ciência pesquisador sobre a condição de sigilo que envolve os dados a serem utilizados (APÊNDICE A). Essa solicitação, por sua vez foi prontamente atendida através de um termo de autorização (ANEXO C).

## **ARTIGO 1**

### **Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011**

Eva Carneiro Silva Passos

Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva – UEFS  
Artigo inédito, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia  
(FAPESB); isento de conflitos de interesse; e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da  
Universidade Estadual de Feira de Santana – protocolo nº 148/2011.

## **Condições Socioeconômicas, Tráfico de Drogas e Homicídios em Feira de Santana, 2006 a 2011**

### **Resumo**

A violência em todo o mundo é motivo de preocupação e mobilização de autoridades e civis, na perspectiva de que haja redução de danos e prevenção de contextos que favoreçam sua forte escalada seguida nos últimos anos. Na realidade das comunidades brasileiras, as condições socioeconômicas e o tráfico de drogas, são fatores diretamente relacionados à expressão fatal da violência que é o homicídio. Esse trabalho tem por objetivo caracterizar a ocorrência de tráfico de drogas e homicídio em Feira de Santana e verificar a relação entre a mortalidade por homicídios e a condição socioeconômica por bairro de Feira de Santana em 2010. Trata-se de um estudo ecológico de desenho misto – série temporal do tipo exploratório, e múltiplos grupos tipo analítico, realizado na cidade de Feira de Santana, sendo considerados seus 44 bairros como agregados para análise. Os dados foram obtidos na Polícia Civil da Bahia, sendo analisados 836 ocorrências de tráfico de drogas e 1384 homicídios. Já a fonte de dados socioeconômicos foi o consolidado do censo do IBGE (2010), sendo utilizadas as variáveis: proporção de homens; proporção de negros (pretos e pardos); renda média; taxa de rede geral de distribuição de água; idade média; taxa de domicílios com lixo coletado pelo serviço público de limpeza, e taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade. Os dados foram analisados no programa R versão 2.15.2, sendo feita de início descrição dos achados por bairro. Na fase analítica, foi adotado o modelo de regressão de Poisson para verificação de associação entre condições socioeconômicas e homicídio por bairro em 2010, considerando-se como nível de significância 5%, e razão de taxas como medida de efeito. O diagnóstico do modelo foi feito através de análise de resíduos, teste de bondade do ajuste, diagnóstico de pontos influentes e colinearidade. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana. Os resultados apontaram para aumento importante de ocorrências dos dois eventos no período estudado, com maiores quantidades no início, meio e final do ano, com queda em fevereiro. A vitimização de cidadãos entre 15 e 29 anos foi maior, sendo a arma de fogo a mais utilizada para cometimento do crime. Os homicídios pareceram ocorrer mais em bairros mais carentes, ao contrário do tráfico de drogas, que não apresentou tendência específica de distribuição geográfica e temporal. À análise de Regressão de Poisson, não se obteve significância estatística, mas os resultados foram coerentes com a literatura: quanto maior a proporção de negros, menor distribuição de água e menor taxa de alfabetização, maior a quantidade de homicídios. Conclui-se que homicídios e tráfico de drogas são eventos complexos, cercados de violência, que se relacionam a desestruturação e desigualdade social, e imprimem necessidade de urgente intervenção do Estado, no sentido de prever e prover melhores condições de vida e saúde para a população como um todo. Uma nova postura que atendesse a essas amplas demandas incluiria ainda disponibilidade e envolvimento social, e maiores investimentos nos serviços de inteligência da Segurança Pública, com planejamentos e treinamentos contínuos, de modo a, de fato, se enfrentar a violência estrategicamente e com armas de paz.

**Palavras Chave:** Homicídios; Tráfico de Drogas; Fatores Socioeconômicos; Estudos Ecológicos.

## **Socioeconomic Factors, Drug Trafficking and Homicides at Feira de Santana, 2006 to 2011**

### **Abstract**

The violence in the world is reason of concern and mobilization of civil and authorities, on the view that there is harm reduction and prevention contexts that favor their strong climb followed in recent years. At Brazilian communities reality, socioeconomic conditions and drug trafficking are factors directly related to the fatal expression of violence that is murder. This study aimed to characterize the occurrence of drug trafficking and murder in Feira de Santana, and verify the relation between socioeconomic status and homicide mortality by neighborhood of Feira de Santana in 2010. This is a design mixed ecological study – temporal exploratory series and analytical multiple groups, realized in the city of Feira de Santana, considering its 44 districts as aggregates for analysis. Data were obtained in the Civil Police of Bahia, and analyzed 836 instances of drug trafficking and 1384 homicides. The data about socioeconomic factors was from consolidated IBGE census (2010), and the following variables have been used: the proportion of men, proportion of blacks, middle income and rate of the overall network of water distribution, mean age; rate of households with garbage collected by public service cleaning, and the literacy rate of people aged 5 years or older. The data were analyzed with the R version 2.15.2, being made, early, description of findings by neighborhood. In the analytical phase, was used the Poisson Regression Model to verify the association between socioeconomic factors and homicide by neighborhood in 2010, considering the significance level of 5%, and rate ratio as a measure of effect. The diagnosis of the model was done through analysis of residuals, goodness of fit test, diagnosis of influential points and collinearity. The study was approved by the Ethics Committee of the Universidade Estadual de Feira de Santana. The results showed important increase in occurrences of two events during the study period, with higher amounts in the beginning, middle and end of the year, with a drop in February. The victimization of citizens between 15 and 29 years was higher, and the firearm was the most used to commit crimes. The killings appeared to occur more in the poorest neighborhoods, unlike drug trafficking, which showed no specific trend of geographical and temporal distribution. In the Poisson regression analysis, there was no statistical significance, but the results were consistent with the literature: the higher the proportion of blacks, lower water distribution and lower literacy rate, the greater the number of homicides. The conclusion is that homicide and drug trafficking are complex events, surrounded by violence, that relate to disorganization and social inequality, and print urgent need for state intervention in order to predict and provide better living conditions and health for the population as a whole. A new approach that meets these demands would also include ample availability and social involvement, and greater investment in the intelligence services of Public Safety, with planning and continuous training in order to confront violence strategically and with peace weapons.

**Key Words:** Homicides; Drug Trafficking; Socioeconomics Factors; Ecological Studies.

## Introdução

A violência em todo o mundo é motivo de preocupação e mobilização de autoridades e civis, na perspectiva de que haja redução de danos e prevenção de contextos que favoreçam sua significativa escalada verificada nos últimos anos. Na realidade das comunidades brasileiras, as condições socioeconômicas e o tráfico de drogas, são elencados como fatores diretamente relacionados à expressão fatal da violência que é o homicídio.

A estreita relação entre condições socioeconômicas e violência se estabelece na medida em que indivíduos são expostos a circunstâncias de vulnerabilidade social como preconceito racial, dificuldade de acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho, ou na ausência ou precariedade de estruturas sociais como condições de moradia, redes sociotécnicas, segurança, assistência jurídica, social e cultural, sendo ampliados assim, territórios de marginalidade (AGUDELO, 1997). Nesse contexto, a violência seria uma estratégia de indivíduos através de seus comportamentos, se colocarem nos locais “legítimos” ou “não danosos” de produção e reprodução social de uma realidade mais favorecida, na intenção de que, futuramente, vislumbrem realidades menos desiguais e com melhores condições de vida (ROJAS et al., 2008).

Porém, o tráfico de drogas contradiz essa lógica, pois, além de ser escape do processo de marginalização para os jovens que se vêem diante da possibilidade de melhorar sua situação socioeconômica, tem permeado também realidades de jovens com bons *status* e condições socioeconômicas, significando a força que o narcotráfico tem de constituir e/ou manter redes de poder independente de classe social (ROJAS et al., 2008).

Por essa razão, o tráfico de drogas é caracterizado por estudiosos como uma indústria milionária, por ser sustentada por um conjunto de interesses que envolve indústria bélica, relações sociais e trabalhistas nas zonas rural e urbana, mercado financeiro, indústria farmacêutica e de outras drogas ilegais, além de estabelecer conchavos e alianças com aparelhos ou agentes do Estado que garantem a permanência da potência que é o narcotráfico no Brasil, por exemplo (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008).

Diante dessa complexa estrutura infere-se que as manifestações de violência relacionadas às drogas atingem direta ou indiretamente pessoas de diversos papéis e inserções sociais. Por essa razão, a Organização das Nações Unidas (ONU) delineou três vertentes de manifestações de violência no mundo das drogas: a primeira seria a violência causada por pessoas envolvidas diretamente com o tráfico, que em geral diz respeito a uma resposta enérgica para dívidas deixadas nas “bocas de fumo”, disputas entre traficantes pelos espaços

de negociação ou enfrentamentos empreendidos para manutenção da “boca”; a segunda seriam os atos de violência a terceiros que partem dos sujeitos que estão sob efeito agudo das drogas psicoativas; a terceira, por fim, seria a violência sistêmica como os roubos que são realizados para obter dinheiro que financie o próximo consumo – ou, manifestações econômico-compulsivas que teriam finalidade de gerar dinheiro para nutrir o vício (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2004). Nesse contexto, o homicídio é ao mesmo tempo ameaça e elemento constante para que se mantenha a rede de produção e comercialização das drogas.

Estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime revela o preocupante cenário do homicídio pelo mundo, sendo a taxa das Américas a segunda maior (15,5 por mil habitantes), precedida pela África (17,4) e seguida pela Oceania e Europa (ambas, 3,5), estando a média mundial em 6,9 homicídios por 100 mil habitantes (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2011).

Essa mesma taxa calculada por países colocou o Brasil no ranking de homicídios intencionais em 32º lugar no mundo (21,02 homicídios por cem mil habitantes), estando Honduras em primeira colocação (91,61). Nesta lista destacam-se as colocações de Estados Unidos (95º - 4,75), Argentina (108º - 3,39), Afeganistão (123º - 2,39), Canadá (141º - 1,63), Reino Unido (156º - 1,17), Portugal (157º - 1,16), França (161º - 1,09), Espanha (175º - 0,85), e em últimas colocações, Palau e Mônaco (189º e 190º), com taxa zerada.

Epidemiologicamente em todo o mundo, a compreensão do homicídio nas pesquisas em saúde se dá na categoria de mortalidade por causas externas, sendo no Brasil, a principal causa de morte (com taxa de mortalidade proporcional de 27,6%), seguida de doenças do aparelho circulatório (20%), e neoplasias (16,4%) (BRASIL, 2012).

Portanto, afirma-se que o homicídio é parte visível de uma realidade complexa permeada de aspectos sociais, sendo, portanto, uma das referências para se analisar a situação de violência na sociedade (MOURA; ARAÚJO; CHAVES, 2011).

Partindo para compreensão legal, na legislação brasileira o homicídio é caracterizado como: simples (matar alguém); ou qualificado (quando cometido após pagamento ou promessa; por motivo torpe ou fútil; com uso de métodos de tortura ou crueldade resultando em perigo comum; por traição ou meios que dificultem a defesa da vítima; ou ainda para acobertar ou reforçar crimes secundários). A intenção de matar, por sua vez completa a descrição do crime – quando há a intenção, trata-se de um crime doloso; quando não, denomina-se culposos.

Cabe destacar que, independente do enquadramento legal, o homicídio é um fenômeno que precisa ser mais estudado para ser combatido veementemente através de políticas públicas efetivas, pois gera consequências imensuráveis às redes sociais das vítimas e dos próprios homicidas, como traumas psicológicos (BORGES; ALENCAR, 2009; BRASIL, 2011a).

Acrescenta-se que, os próprios homicidas reconhecem que a fragilidade de regras sociais e/ou morais os leva a cometer ações infratoras e a desconsiderar o outro. Além disso, a própria exclusão social gera manifestações de desrespeito, desconsideração e falta de compromisso ético para com parceiros sociais sendo dada continuidade ao ciclo de violência (BORGES; ALENCAR, 2006).

Tais considerações ressaltam a multicausalidade da violência, pois fica claro que a responsabilidade é de todos no seu combate e prevenção, já que envolve direitos sociais e condições mínimas de cidadania. Sobre isso, vários estudos destacam a relação do homicídio com desigualdades socioeconômicas, ausência ou precariedade de suporte social e falta de estrutura urbana, normalmente vivida nas periferias e nos grandes centros urbanos, nos quais crescem os bolsões de pobreza (BARBOSA; FERREIRA; BARROS, 2011; ARAÚJO et al., 2010; VILLELA et al., 2010; ARAÚJO et al., 2009b; BASTOS et al., 2009; CAMARGO et al., 2008; HENNINGTON et al., 2008; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; CAIAFFA et al., 2005).

Nessa perspectiva, considera-se a necessidade de se trabalhar a cidadania como um “sistema e mecanismo de relações dos indivíduos com o Estado e dos indivíduos entre si em um marco de direitos e deveres compartilhados” (AGUDELO 1997, p. 41). Dessa forma, se há discriminação na inserção social de um grupo de indivíduos, e este se mantém à margem das boas condições de vida, os direitos de cidadania são abalados, e conseqüentemente se coloca em risco o cumprimento dos deveres por parte destes cidadãos – dentre os quais estão o respeito à vida e ao patrimônio dos demais.

Além disso, considera-se ainda que a expansão e fortalecimento do crime organizado, protagonista da progressão dos números de homicídio no Brasil, estariam relacionados com a sensação de impunidade vivida no país, e outras falhas como estrutura ineficiente do sistema prisional e da justiça criminal. Alia-se a essa realidade o fato de a impunidade partir na maioria das vezes de aparatos governamentais através da corrupção, que se faz cúmplice no favorecimento de criminosos como na facilitação de acesso a armas ou permitindo livre comercialização de drogas (REICHENHEIM et al., 2011; NADANOVSKY et al., 2009; CAIAFFA et al., 2005; AGUDELO, 1997).

Curiosamente, a partir do momento em que o sistema jurídico e de segurança pública não têm o alcance devido pelas razões explicitadas, as próprias facções criminosas ou gangues gerenciam o exercício da justiça em seus territórios, conforme “leis” do respectivo “comando” (FELTRAN, 2010). A estas leis, portanto, a comunidade se submete, já que é de interesse das facções que o policiamento continue sem se aproximar dos seus territórios.

Preocupada com tal realidade e destacando intervenções exitosas na prevenção da violência, a Organização Mundial de Saúde citou a política de desarmamento que o Brasil adotou na tentativa de sair da preocupante classificação do país que comporta uma das maiores taxas de homicídio do mundo, já que 80% dos casos são decorrentes de uso de arma de fogo (BRASIL, 2011b; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010). Por conseguinte, os custos diretos ou indiretos da violência no Brasil, chegam a 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB), compreensíveis nos dados disponibilizados no *site* do Ministério da Saúde que mostram que no período de 1980 a 2006, foram registrados no Brasil 963.572 homicídios, tendo havido nesse período aumento da frequência de 20% (13.910) para 38% (48.600) de homicídio como causa de morte (BRASIL, 2011a). Assim, o homicídio saiu de segunda para principal causa de morte no país.

Além da estratégia do desarmamento outras tentativas de redução das taxas de homicídios no Brasil tem sido realizadas, dentre as quais os trabalhos da Vigilância de Violências e Acidentes (Rede VIVA), que desde 2006 tem por objetivo “descrever os atendimentos de emergência por violências e acidentes, principalmente as lesões de menor gravidade que não implicam mortes ou internações.” (MASCARENHAS et al., 2009, p. 1657), permitindo que sejam conhecidas a magnitude e gravidade dos fenômenos em questão.

Em 2009, outra iniciativa do Estado brasileiro foi a inclusão do item “atenção integral às pessoas em situação ou risco de violência” nas prioridades do Pacto pela Vida para o biênio 2010-2011, que, de acordo com os contextos regionais, teria como meta a ampliação da rede de prevenção de violência, da promoção da saúde, e da cobertura da ficha de notificação/ Investigação de Violência doméstica, Sexual e outras (BRASIL, 2009b).

Nota-se que para estratégias de combate ao crime serem estruturadas de modo coeso, é necessário embasamento científico e ações intersetoriais especialmente com maior foco na realidade das drogas, que valorizem a multicausalidade do homicídio, e o compreenda como fenômeno que precisa ser combatido principalmente com a promoção da cultura da paz, através de contextos que respeitem a cidadania. E, apesar de haver esforços localizados de tentativa de compreensão da violência e dos homicídios no Brasil, estes ainda são espaçados, de modo que é perceptível a necessidade de aprofundar os estudos nessa linha de pesquisa,

ênfatizando características regionais e complexos socio-históricos conformados em agregados humanos.

Diante do exposto, esse trabalho tem por objetivos caracterizar a ocorrência de tráfico de drogas e homicídio em Feira de Santana; e verificar a relação entre a mortalidade por homicídios e a condição socioeconômica por bairro de Feira de Santana em 2010.

## Métodos

Trata-se de um estudo ecológico de desenho misto realizado em duas fases – série temporal do tipo exploratório, e múltiplos grupos tipo analítico (MEDRONHO, 2004).

O local da investigação foi a cidade de Feira de Santana, localizada no recôncavo baiano, com 556.642 habitantes, sendo considerados seus 44 bairros como agregados para análise (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b) (Figuras 1 e 2).

Os dados sobre tráfico de drogas e homicídios foram obtidos no banco de dados primário da Polícia Civil da Bahia, no qual constam informações sobre a abordagem inicial da polícia frente ao crime consumado, de modo que reúne dados individualizados das vítimas, e ambientais em relação ao local da ocorrência. Para consolidação deste banco, os aplicativos utilizados pela Secretaria de Segurança Pública BI 2007 (Business Intelligence) e Acess 2007 do pacote Microsoft permitiram a seleção de variáveis desejadas.

Sendo esse estudo produto do projeto-mãe “Drogas e Homicídio no Estado da Bahia: o papel do Disque Denúncia”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB, edital 022/2010), que visou destacar o Disque Denúncia como importante ferramenta de combate estratégico à violência, limitou-se o período de análise dos dados de 2006, ano em que iniciaram-se efetivamente as atividades do Disque Denúncia da Bahia, a 2011, ano anterior ao término do projeto.

O banco referente a tráfico de drogas foi formado a partir de seleção das variáveis: data (período 2006-2011); município – Feira de Santana; delito – tráfico de drogas; número do boletim de ocorrência – para identificação numérica de cada uma; local e histórico – descrição qualitativa da circunstância da abordagem policial. Nesse caso a unidade de análise foi o evento “tráfico de drogas”, e não as pessoas envolvidas em cada ocorrência de “tráfico”, totalizando entre 2006 e 2011, 1294 ocorrências.

Similarmente, para formação do banco sobre homicídios, a Polícia Civil estabeleceu como filtros as variáveis: data, tipo de ocorrência; local; histórico da ocorrência; tipo de arma empregada no crime e idade da vítima.

A variável “tipo de ocorrência” aglutinou casos originalmente caracterizados como Homicídio Consumado e Levantamento Cadavérico (ato policial de caracterização de um óbito para ulterior investigação das circunstâncias) que totalizaram em todo o período estudado 3.978 ocorrências.

Posteriormente, à leitura das ocorrências, as que estavam classificadas como “levantamento cadavérico” e traziam em seu registro diversos sinais de violência à vítima foram recategorizadas como homicídio. Por fim, para que fossem feitas as análises por bairro, foram excluídos os dados referentes a povoados, distritos e municípios próximos cujos registros acontecem também em Feira de Santana, e as que não traziam em seus dados a devida localização geográfica, totalizando então 1.490 ocorrências de homicídio consumado na zona urbana de Feira de Santana.

Já as informações socioeconômicas foram oriundas do banco de dados disponibilizado pelo IBGE, que em 2010 pela primeira vez divulgou os resultados do censo por bairros e distritos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). Consideraram-se os seguintes indicadores por bairro: proporção de homens; proporção de negros (pretos e pardos); renda média; taxa de rede geral de distribuição de água; idade média; taxa de domicílios com lixo coletado pelo serviço público de limpeza, e taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade.

Esses indicadores coadunam com o cenário do homicídio estudado no Brasil, que no geral, ao traçar um perfil das vítimas e agressores, caracterizam como em situação de maior vulnerabilidade homens, negros, de baixa renda, adulto-jovens, e com insuficientes suportes do estado no que tange a saneamento básico e educação (BARBOSA; FERREIRA; BARROS, 2011; BRASIL, 2011a; WAISELFISZ, 2008; LIMA et al., 2005; MACEDO et al., 2001).

Os dados foram então compilados e analisados no programa estatístico R versão 2.15.2 de domínio público.

Na fase exploratória, foi verificada a ocorrência de tráfico de drogas e homicídios por bairros de Feira de Santana no período de 2006 a 2011.

Já na fase analítica, que “avalia a associação entre o nível de exposição médio e a taxa do desfecho entre diferentes grupos” (MEDRONHO, 2004, p. 193), o período do estudo foi restringido ao ano de 2010, já que os dados socioeconômicos por bairro apenas foram coletados e divulgados neste ano. Neste momento foi adotado o modelo de regressão de

Poisson para verificação de associação entre condições socioeconômicas e homicídio por bairro em 2010, considerando-se como nível de significância 5% ( $\alpha < 0,05$ ), e razão de taxas como medida de efeito. Este modelo é apropriado para dados de contagem considerando, portanto, o total de pessoas acometidas com a doença ou agravo em estudo (ALMEIDA FILHO; BARRETO, 2011; McCULLAGH; NELDER, 1989).

Na execução do modelo, a taxa de homicídio foi calculada a partir da divisão da quantidade de ocorrências por bairro em 2010 pelo total de habitantes do mesmo bairro no mesmo ano.

Para se chegar ao melhor modelo para análise multivariada, foi levada em consideração a superdispersão observada nos dados, sendo o número de homicídios por bairro a variável dependente. Assim, os preditores mais adequados para formação do modelo foram: taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade; proporção de negros e taxa de rede geral de distribuição de água, conforme coerência com a literatura, ainda que não se tenha obtido significância estatística na análise bivariada por conta do reduzido número de observações – 44 bairros – e conseqüentemente, baixo poder do teste (ALMEIDA FILHO; BARRETO, 2011).

Após o ajuste, foi feito o diagnóstico do modelo através de análise de resíduos, teste de bondade do ajuste, diagnóstico de pontos influentes e colinearidade, com resultados indicativos de um razoável ajuste do modelo (HAIR et al., 2005; MELA; KOPALLE, 2002; MCCULLAGH; NELDER, 1989; COOK; WEISBERG, 1982).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana – protocolo 148/2011.

## Resultados

Em todo período estudado, foram registrados 1490 homicídios e 1294 ocorrências de tráfico de drogas na 1ª Coordenadoria de Polícia de Feira de Santana (COORPIN) nos Boletins de Ocorrência (BOs) à abertura dos inquéritos policiais. Desses totais, porém, 458 ocorrências de tráfico de drogas e 106 homicídios diziam respeito a ocorrências em regiões fora do perímetro urbano de Feira de Santana (APÊNDICES B e C).

O número de homicídios apresentado nesse estudo é menor comparado ao consolidado final da Secretaria de Segurança Pública que ao longo de cada ano e após cada investigação realizada corrige os dados, de modo que oficialmente no período estudado ocorreram de fato 2042 homicídios (159 em 2006; 298 em 2007; 344 em 2008; 419 em 2009; 443 em 2010, e

379 em 2011).

Quanto à distribuição do evento homicídio em Feira de Santana (Gráfico 1), o bairro com maior taxa por cem mil habitantes foi o 35° BI nos anos de 2006 a 2009, quando participou por ano, em média, com 27,7% do total de homicídios na cidade. Em 2010 e 2011 nota-se queda abrupta dos homicídios ocorridos nesse bairro: 12,18 e 0 homicídios por 100 mil habitantes (APÊNDICE D).

Em 2006 os três bairros com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes foram 35° BI (102,68), Capuchinhos (9,33) e Centro (6,15). Em 2007 foram 35° BI (69,61), Ponto Central (15,23) e Centro (13,18). Já em 2008, 35° BI (69,61), Sobradinho (13,10) e Campo do Gado Novo (12,14). O Campo do Gado Novo subiu para 2° lugar (60,70) em 2009, atrás do 35° BI (118,34), seguido do Nova Esperança (16,69). O bairro Subaé despontou em 2010 com uma taxa de 43,51 por 100 mil habitantes, vindo em seguida o Centro (17,57) e o Pampalona (16,66). Por fim, em 2011, nota-se aumento das taxas em todos os bairros, em especial no Subaé (48,95), Campo do Gado Novo (28,33) e Parque Getúlio Vargas (16,54).

Os bairros Brasília, CASEB, Parque Getúlio Vargas e Rua Nova destacaram-se pelo perfil crescente das taxas. Já outros chamaram a atenção pela variabilidade das taxas de homicídio por 100 mil habitantes, como o Ponto Central que saiu de 4,15 em 2006 para 15,23 em 2007 e nula em 2011; Aviário, que saiu de taxas relativamente constantes até 2009 – em média 1,26 – para 14,27 homicídios por 100 mil habitantes em 2010, caindo para 5,04 em 2011; SIM, que obteve aumento e redução brusca das taxas no período, como pico em 2009 (14,81); e Pampalona, cujo pico em 2010 (16,66) destoou das taxas menores, anteriormente apresentadas.

Não houve registro de homicídios entre 2006 e 2011 nos bairros Aeroporto e Lagoa Grande. Além desses, se mostraram com as menores taxas os bairros Jardim Acácia, Serraria Brasil e Olhos D'Água.

Os meses que concentraram a maior quantidade de homicídios foi março em 2006 (12,35%); julho, outubro e dezembro em 2007 (10,73%); julho em 2008 (12,22%); outubro em 2009 (11,76%); janeiro em 2010 (12,41%) e julho em 2011 (14,12%), demonstrando certa tendência de aumento do número de homicídios no início, no meio e no final dos anos. Em três anos o mês de fevereiro apresentou os menores percentuais, em torno de 3,38%, e de modo geral se mostrou um mês com percentuais reduzidos em todos os anos (Tabela 1) (APÊNDICE E).

Em relação à característica dos registros, entre 2006 e 2010 os de levantamento cadavérico excederam aos de homicídio consumado 53,32% em média, diferente de 2011,

quando a quantidade dos registros de homicídio foi 1,72 vezes maior. Sobre o meio de vitimização, a arma de fogo despontou em todos os anos com percentuais entre 82,1% e 93,67%. Os delitos cometidos por arma branca vieram em segundo lugar, exceto em 2010 e 2011, quando foram superados pelas lesões corporais seguidas de morte, e em 2008 quando se obteve a mesma quantidade de delitos das duas naturezas. Em decorrência da subnotificação de informações sobre o delito, em 4 dos anos estudados encontraram-se óbitos por lesões não caracterizadas, e apenas em 2011 um acidente automobilístico foi caracterizado como homicídio doloso (Tabela 2).

A faixa etária dos 15 aos 29 anos foi a que mais se destacou dentre as vítimas de homicídio, chamando a atenção também o discreto aumento de vitimização de idosos ao longo do período estudado (Gráfico 2) (APÊNDICE F).

Sobre a distribuição do tráfico de drogas na cidade, nota-se um padrão crescente no número de ocorrências na maioria dos bairros, e uma maior concentração no período de 2006 a 2011 nos bairros Rua Nova (11,36%), seguido do Tomba (10,53%), Baraúnas (10,17%) e Centro (8,97%). Em 25 bairros registraram-se menos de 10 ocorrências (Gráfico 3) (APÊNDICE G).

A distribuição das ocorrências de tráfico de drogas comparada a de homicídio em relação aos meses do ano não seguiu um padrão tão claro, mas ainda assim se percebeu uma queda no mês de fevereiro, evolução crescente ao longo dos anos e picos nos meses de julho em 2006 (20%), agosto em 2007 (15,38%), abril em 2008 (18,37%), outubro em 2009 (13,41%) e janeiro em 2010 e 2011 (11,71% e 12,39%) (Tabela 1) (APÊNDICE H).

Quanto aos aspectos socioeconômicos e demográficos (APÊNDICE I), a média de idade das populações de cada bairro foi 30 anos e observou-se que a proporção de homens foi equilibrada em relação à de mulheres ficando em torno de 50%. Em relação à raça/ cor da pele os bairros que tiveram maiores proporções de população negra foi Campo do Gado Novo e Aeroporto (91%), Subaé (90%) e Asa Branca (89%), em detrimento de Capuchinhos (57%), Ponto Central (63%), Santa Mônica e Cidade Nova (65%).

A taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais variou entre 71% (Nova Esperança e Campo do Gado Novo) e 97% (Capuchinhos e Cidade Nova). Dezesesseis bairros tinham cobertura total do serviço de coleta de lixo, estando os demais bairros com percentuais acima de 88%, exceto Aeroporto (28%), Campo do Gado Novo (68%) e Lagoa Salgada (79%). Em se tratando de distribuição de água, os bairros que apresentaram menores taxas foram Pampalona, Asa Branca e Aeroporto (42% em média) e Campo do Gado Novo (55%).

Em relação ao rendimento médio nominal mensal domiciliar *per capita* por salário

mínimo, os bairros com melhores condições financeiras foram Capuchinhos (2,8), Santa Mônica (2,56), SIM (2,37) e Ponto Central (2,2), diferente do Campo do Gado Novo (0,48), Nova Esperança (0,5), e Novo Horizonte e CIS (0,51).

À associação das condições socioeconômicas ao desfecho homicídio através de análise bivariada não se obteve nenhuma estatisticamente significativa (APÊNDICE J). No entanto algumas conclusões chamaram a atenção como o fato de a taxa de homicídio ser menor em bairros com maior taxa de distribuição de água: bairros com 10% a mais na taxa de distribuição de água apresentaram uma taxa de homicídios 10% menor ( $p=0,32$ ), se mantendo esta interpretação ajustado por taxa de alfabetização e proporção de negros ( $p=0,19$ ).

No que tange à taxa de pessoas de 5 anos ou mais alfabetizadas, tanto na análise bivariada ( $p=0,21$ ), quanto ajustada por taxa de distribuição de água e proporção de negros ( $p=0,78$ ) há um aumento de 1% na taxa de homicídio em bairros com 10% a menos na taxa de pessoas alfabetizadas

Já em bairros que têm 10% a mais na proporção de negros a taxa de homicídio é 25% maior ( $p=0,33$ ). Quando ajustada pela taxa de distribuição de água e taxa de pessoas alfabetizadas na análise multivariada, esta taxa de homicídio cai para 6% ( $p=0,84$ ) (Tabela 3).

## Discussão

Os dados apresentados diferenciaram-se dos consolidados que a Secretaria de Segurança Pública apresenta ao final de cada ano, que são superiores, porque após primeiro registro do crime, as circunstâncias são melhor investigadas e muitas abordagens inicialmente registradas como “levantamento cadavérico” passam a ser consideradas homicídio consumado de fato, elevando os respectivos totais. No entanto, os dados analisados nesse estudo se comparados aos consolidados finais, seguiram um mesmo padrão evolutivo, e forneceram informações importantes sobre a localização e período das ocorrências, idade das vítimas e tipo de arma empregada no crime.

Estudos referem que qualquer fonte de dados apresenta potencialidades e limitações no seu uso para pesquisas. Os dados policiais, por exemplo, comumente apresentam subnotificação; falta de padronização na coleta e registro dos dados; informações duplicadas e/ou incompletas sobre agressor, vítima e arma utilizada; dados brutos não disponibilizados; referências sociogeográficas que nem sempre correspondem às bases oficiais do IBGE dificultando cálculos; e consolidação do número de eventos, e não das pessoas envolvidas (KILSZTAJN et al., 2006; PERES, 2004).

Tantas limitações são, em grande parte, decorrentes de carência de treinamentos constantes para padronização dos registros, e de fiscalização mais intensa destes, de modo a serem cobradas devidas edições e críticas às informações, além de escassez de recursos humanos no efetivo da polícia, o que sobrecarrega o quadro em serviço e interfere na qualidade dos dados policiais (MUNIZ, 2000).

Nesse estudo, uma das limitações relacionou-se aos totais apresentados inicialmente, que, por subnotificação do local de ocorrência, só foi possível analisar 93% dos homicídios e 8% das ocorrências de tráfico de drogas, ficando limitada de certo modo a análise estatística dos dados. Apesar disso, os dados policiais são ainda uma boa alternativa para estudo da violência, já que são registros efetuados no local da ocorrência, viabilizando descrições mais fidedignas sobre as circunstâncias do crime, comparado a informações da declaração de óbito, que por vezes pode conter detalhes omitidos (PERES, 2004).

Outra limitação já relacionada ao tipo de estudo foi o fato de regiões com poucos casos gerarem grande variabilidade de taxas de homicídios (MEDRONHO, 2004). Além disso, salienta-se que o restrito número de observações (44 bairros) reduziu o poder do teste, contribuindo sobremaneira para a ausência de associações estatisticamente significantes (LOUREIRO; GAMEIRO, 2011).

De posse dos dados, observou-se padrão crescente das taxas de homicídio em Feira de Santana, apesar de discreta queda em 2011. Este resultado coaduna com pesquisas em outras localidades que atestam crescimento vertiginoso da violência no Brasil, em especial nas áreas mais carentes, como se percebeu nos bairros Rua Nova e Campo do Gado Novo que, conforme o censo de 2010, ainda precisam avançar nos aspectos socioeconômicos, através de maiores garantias dos direitos sociais e civis. Em bairros com essas demandas notam-se uma série de comportamentos violentos frente à inoperância do Estado, na tentativa de aproximar aspiração de realização, como estratégias de sobrevivência das camadas populares em contextos de desigualdades sociais (LIMA et al., 2005; MACEDO et al., 2001; BARATA; RIBEIRO; MORAES, 1999).

Quanto às crescentes taxas de homicídios e de ocorrências de tráfico de drogas em bairros com média ou alta renda como encontrado nesse estudo, autores discutem que, mais importante que o fator renda, são as desigualdades e injustiças sociais, além de restritos investimentos em políticas públicas e fracos vínculos entre a comunidade e autoridades/instituições públicas, que geram baixa legitimidade social, exclusão e mais alienação secundária aos conflitos sociais. Apesar disso, resultados apontando para a relação inversa ressaltam a complexidade do fenômeno homicídio (LIMA et al., 2005; PERES, 2004).

Os altos números de homicídio no bairro no 35° BI entre 2006 e 2009, no entanto, relacionam-se intimamente com a presença neste bairro de um hospital geral do estado, no qual, óbitos violentos são prontamente registrados pela polícia como “levantamento cadavérico”, sem serem identificados necessariamente dados sobre o local de ocorrência do crime no BO. A partir de 2010 a redução dos números pode relacionar-se a um maior preparo da polícia para colher e registrar informações mais detalhadas para preenchimento do BO para que o local do óbito fosse melhor descrito, ou ser consequência de mudanças no monitoramento dos lançamentos das ocorrências por parte da Secretaria de Segurança Pública.

Já a ausência de dados sobre o bairro Aeroporto, tanto referente a homicídios quanto ao tráfico de drogas, relaciona-se à criação oficial recente deste bairro pelo IBGE, de modo que, até 2011 suas ocorrências eram registradas em unidades territoriais circunvizinhas, como Mangabeira, Conceição ou Santo Antônio dos Prazeres. O bairro Lagoa Grande também seguiu o período com taxas zeradas, provavelmente em consequência da subnotificação ou falha no referenciamento geográfico, por ser historicamente um bairro violento como divulgado pela mídia, e fazer fronteira com o Parque Getúlio Vargas, o que explicaria as altas taxas nesse último (PAIXÃO et al., 2008).

Em relação aos períodos do ano, a queda das taxas de homicídio e de ocorrência do tráfico de drogas em fevereiro pode ser consequência do menor número de dias desse mês e do deslocamento de pessoas durante o carnaval. O aumento desses delitos no início e final do ano, por sua vez, podem ser consequência do balanço financeiro de traficantes, aumento do consumo de bebidas alcoólicas devido às festas, e reincidência ou vingança de presidiários que saem do encarceramento pela saída temporária de Natal e por vezes não retornam (TREVIZANI, 2012).

Certas circunstâncias internas à polícia também precisam ser consideradas para compreensão dos resultados, como a inversão observada no registro do tipo de ocorrência (levantamento cadavérico/ homicídio consumado) em 2011. Provavelmente, foi consequente de mudança na diretoria da Polícia Civil, que na época, dentro do seu plano de ação, passou a intensificar a fiscalização dos registros.

A presença significativa da arma de fogo como o principal meio de vitimização corrobora com a literatura, assim como os dados obtidos sobre uso da arma branca, lesões corporais seguidas de morte, e lesões não especificadas – que por sua vez retratam restrições aos registros, gerando subnotificação dentre as classes (WAISELFISZ, 2008; PHEBO, 2006; PERES, 2004).

Por essa razão, tanto se discute na sociedade brasileira, incentivos cada vez maiores ao desarmamento, cujo estatuto segue vigente desde 2005, após referendo popular, na intenção de o Estado controlar melhor o uso da arma de fogo. Contudo, dados mostram que mesmo após essa política, não houve redução das taxas de homicídios, o que sugere uma intensificação do tráfico de armas no país, muitas vezes alimentado por policiais ou ex-policiais, que repassam armas apreendidas pela própria polícia (NASCIMENTO FILHO; MORAIS, 2012; MISSE, 2007).

Sobre a faixa etária predominante entre as vítimas de homicídio, discute-se que em cidades de médio porte, acima de 100 mil habitantes, o risco de adolescentes não completarem 18 anos é alto, e que quanto maior a vitimização até essa idade, maior a amplitude da faixa etária com grande incidência, como encontrado nesse estudo, em que até os 29 anos encontram-se mais da metade dos casos (SOUZA et al., 2012; BRASIL, 2009a). Com isso, tem-se perda de vidas em pleno potencial produtivo, havendo impactos, assim, nas famílias e comunidades que as perdem, no serviço de saúde que recebe parte desses casos antes do óbito, e até mesmo na economia (PERES, 2004).

O aumento da taxa de homicídios entre idosos também foi um achado comum às pesquisas mais recentes, que levantam as hipóteses de maior vulnerabilidade entre eles, além do aumento da expectativa de vida da população geral (MASCARENHAS et al., 2012; SOUZA et al., 2012).

Quanto ao crescimento do número de ocorrências de tráfico de drogas em todos os bairros, não é convergente nas pesquisas que a presença da droga se faça mais ou menos intensa nas regiões com determinado perfil socioeconômico. Na maioria dos estudos, ela é citada como uma mazela social em todos os estratos – logicamente colocando os mais carentes em situação de maior vulnerabilidade –, e, portanto, encontrada em todos os bairros, especialmente nos centros das cidades em pontos específicos e de fácil acesso para compra e venda (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008; SOARES, 2007).

Apesar disso, notou-se nesse estudo que os bairros com maior quantidade de ocorrências sobre tráfico de drogas são aqueles com maior fragilidade na estrutura do estado, no que tange ao suporte social. Porém, pelo fato de nem todos os registros policiais de ocorrência de tráfico de drogas terem trazido informações precisas sobre o local de ocorrência e pessoas envolvidas, não foi possível a criação de uma taxa com denominador populacional, nem a realização de correlações estatísticas com homicídios e condições socioeconômicas e demográficas.

Por fim, quanto às análises estatísticas, o baixo poder do teste gerou p-valores maiores

que o nível de significância, ao contrário de outros estudos sobre esse tema. Porém, em sua maioria foram condizentes com a literatura, como a conclusão de que quanto menores a idade e renda média, taxa de alfabetização e taxa de distribuição de água, e maiores forem as proporções de negros e homens, maior a taxa de homicídio (PERES, 2004).

As altas proporções de homens vítimas de homicídio por exemplo, incentivam estudiosos a já estudarem “causas externas em homens”, apesar de outras pesquisas mostrarem que a razão entre homens e mulheres vítimas de homicídio vem reduzindo com o tempo (BARBOSA; FERREIRA; BARROS, 2011; DUARTE et al., 2008; PERES, 2004).

Essas mesmas pesquisas discutem o papel da alfabetização enquanto importante aspecto social por esta possibilitar ascensão socioeconômica, associando baixas taxas a altos números de homicídios. Exemplificando, um estudo mais amplo associou delitos a características socioeconômicas, e concluiu que taxas de crimes letais relacionam-se mais a baixos índices de escolaridade; roubos, a variáveis demográficas; furtos, a variáveis de desigualdade de renda; e crimes envolvendo drogas, às maiores taxas de desemprego (SHIKIDA; OLIVEIRA, 2012; SEILLIER, 2010; DUARTE et al., 2002).

Os itens distribuição de água e coleta de lixo são sempre considerados aspectos importantes enquanto indicadores sociais, pois trazem características relativas à saúde ambiental, comumente precária em grupos populacionais menos favorecidos. Sendo assim, mais vulneráveis às mazelas sociais como drogas e homicídios como trazem pesquisas que, encontrando ou não associação estatística, reafirmam o aumento dos homicídios ao aumento das desigualdades nas condições de vida (KLEINSCHMITT; WADI; STADUTO, 2011; LIMA; XIMENES, 1998;).

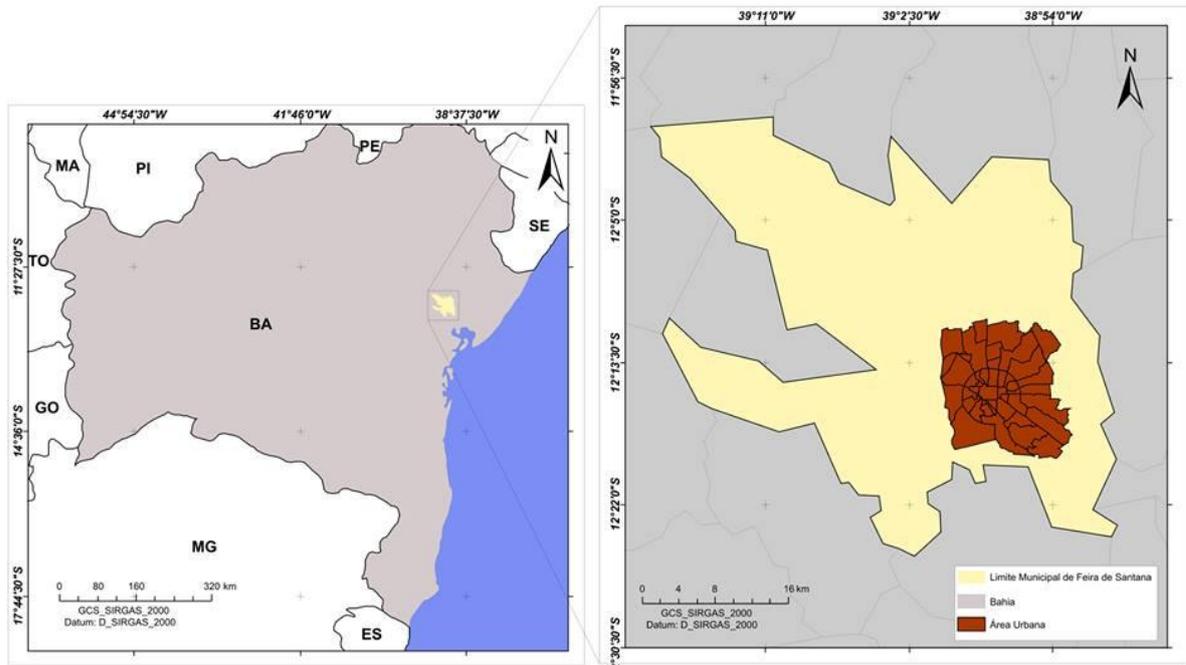
A raça/ cor da pele por fim, consiste em uma variável carregada de símbolos e significados sociais que se remetem ao preconceito que historicamente foi estruturado no Brasil, de modo a restringir oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas aos negros, colocando-os ainda, quase sempre, à margem da sociedade. Dessa forma, mesmo com toda discussão atual o país segue alimentando o mito da democracia racial, legitimando desigualdades e vulnerabilidades, e persistindo com dados, pesquisas após pesquisas, que indicam associações estatisticamente significantes entre proporção de negros e altas taxas de homicídios (ARAÚJO et al., 2010; ARAÚJO et al., 2009a; ARAÚJO et al., 2009a; KILSZTAJN et al., 2005).

Percebe-se que em toda sua complexidade, os fenômenos estudados apontam para causas na desestruturação e desigualdade social, que imprimem necessidade de urgente intervenção do Estado, no sentido de prever e prover, diante do desenvolvimento do Brasil,

melhores condições de vida e saúde para a população como um todo.

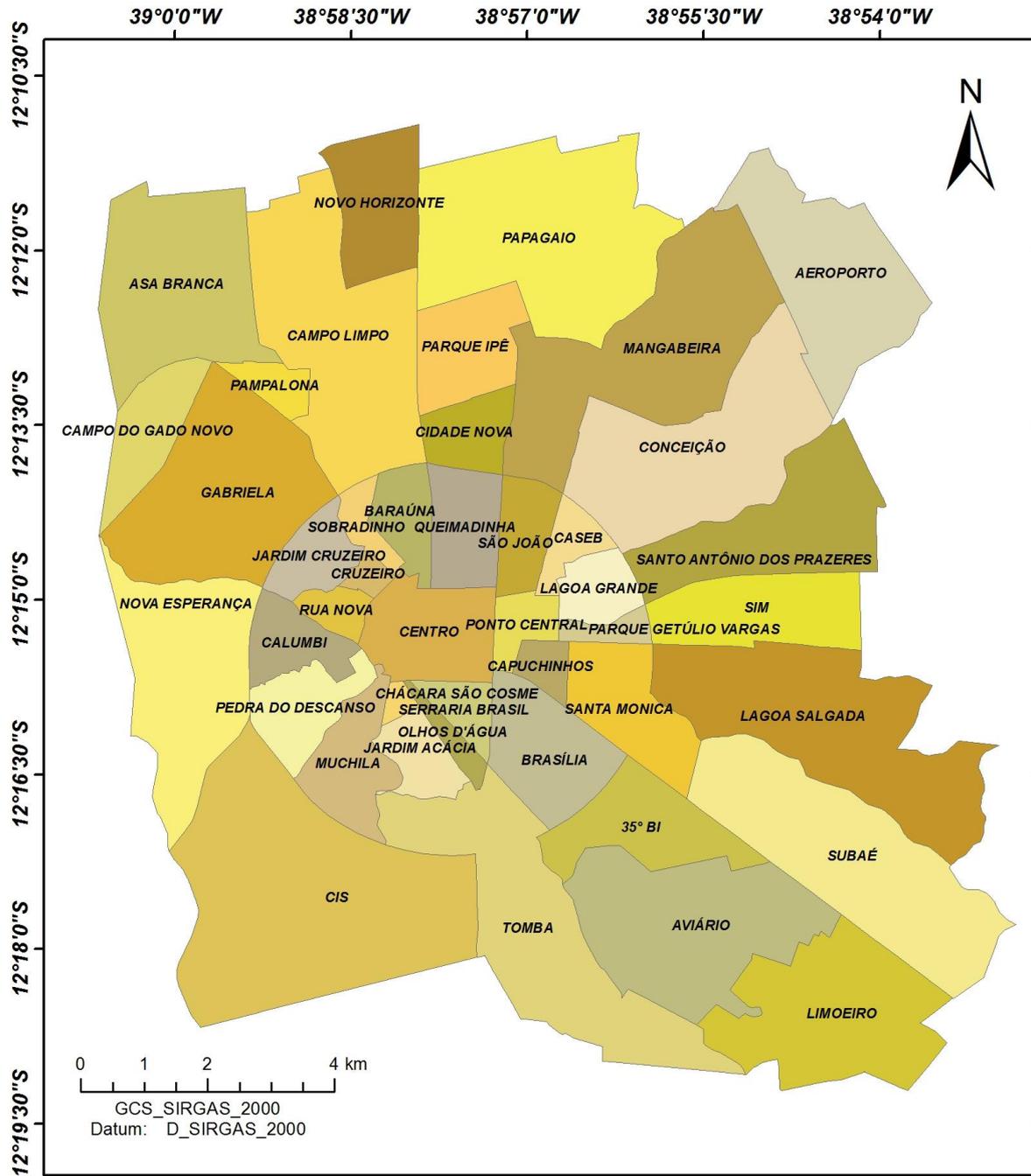
Uma nova postura que atendesse a essas amplas demandas incluiria ainda disponibilidade e envolvimento social, e maiores investimentos nos serviços de inteligência da Segurança Pública, com planejamentos e treinamentos contínuos, de modo a, de fato, se enfrentar a violência estrategicamente e com armas de paz.

**Figura 1** – Localização de Feira de Santana na Bahia e seu limite municipal.  
*Figura 1* – Location Feira de Santana in Bahia and its municipal boundary.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010

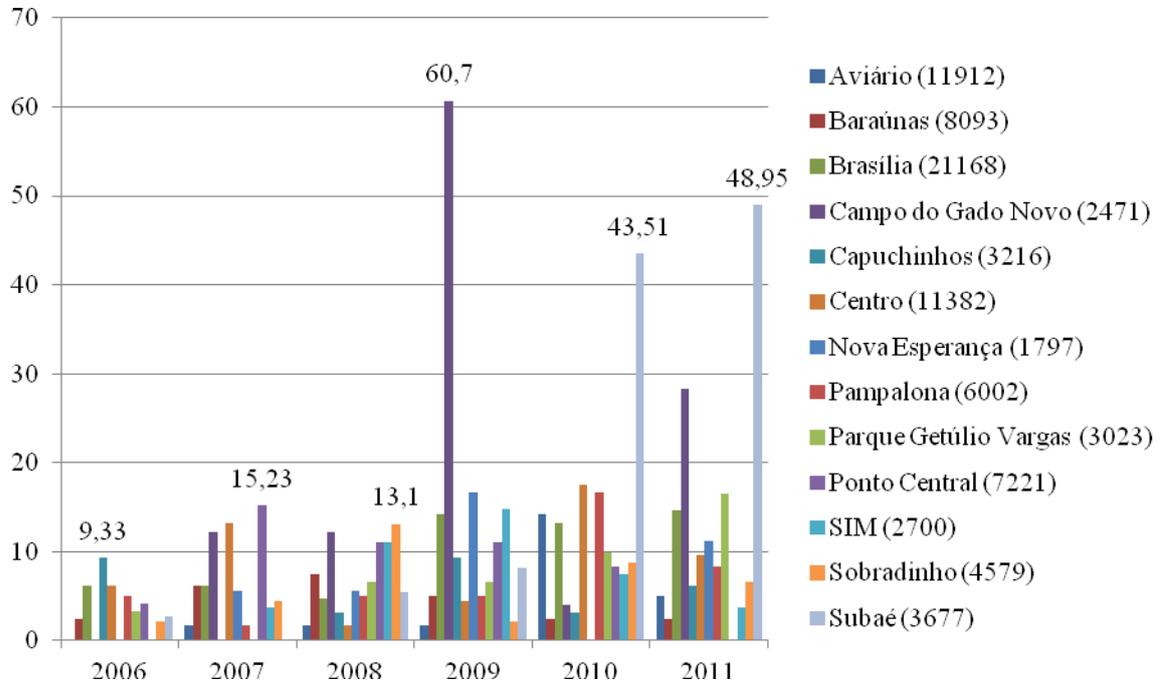
**Figura 2** – Zona urbana de Feira de Santana.  
**Figura 2** – Feira de Santana urban perimeter.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010

**Gráfico 1**– Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes nos bairros de maior incidência em Feira de Santana, 2006- 2011\*.

**Chart 1** – Homicide rate per 100 000 inhabitants in the neighborhoods with the highest incidence in Feira de Santana, 2006-2011.

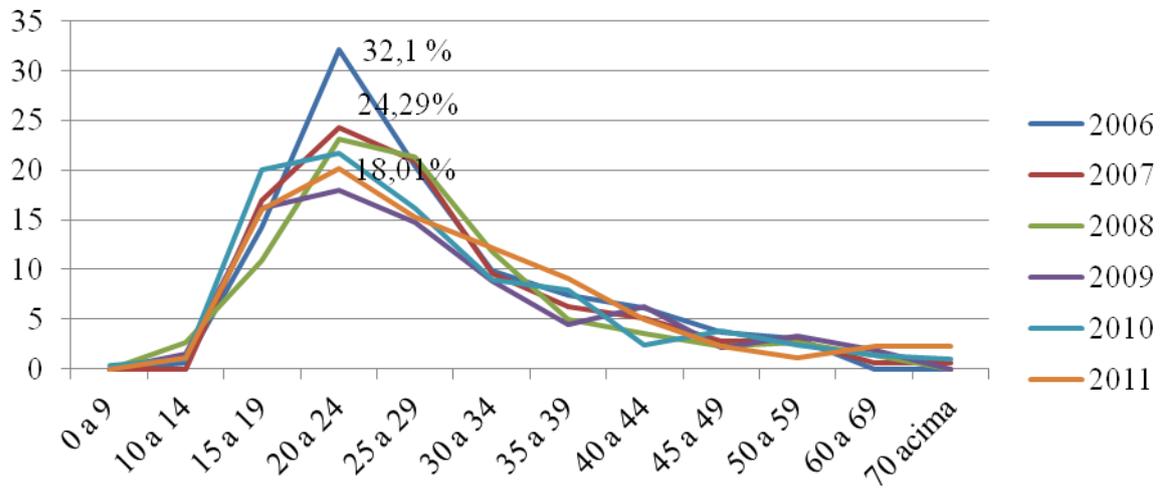


\* Seguem ao lado dos bairros suas respectivas populações.

\*Follow alongside their respective neighborhoods populations.

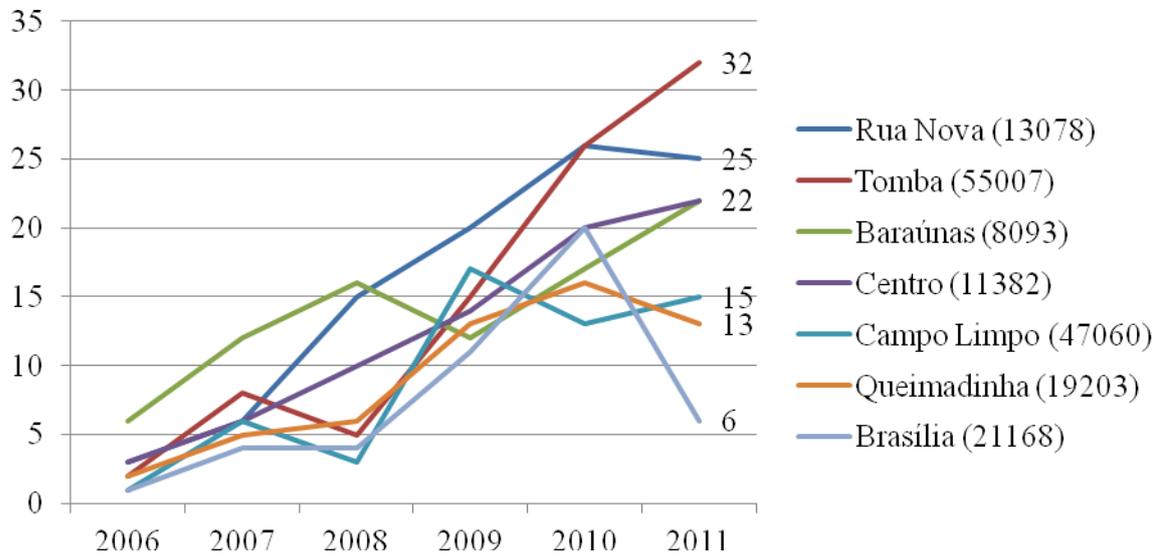
**Gráfico 2**– Percentual de vítimas de homicídio por faixa etária e ano na zona urbana de Feira de Santana, 2006 – 2011.

**Chart 2** – Percentage of homicide victims by age and year in urban perimeter of Feira de Santana, 2006-2011.



**Gráfico 3** - Ocorrências de Tráfico de Drogas na zona urbana de Feira de Santana, 2006-2011.

**Chart 3** - Occurrences of Drug Trafficking at urban perimeter of Feira de Santana, 2006-2011.



**Tabela 1** – Percentual de ocorrências de Homicídios (H) e Tráfico de Drogas (TD) por mês e ano na zona urbana de Feira de Santana, 2006-2011  
**Table 1** – Percentage of cases of homicides and drug trafficking by month and year, at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 – 2011.

Mês	2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	H (162)	TD (40)	H (177)	TD (78)	H (221)	TD (98)	H (272)	TD (164)	H (290)	TD (222)	H (262)	TD (234)
Janeiro	10,49	2,5	5,65	6,41	10,86	4,08	3,68	6,71	12,41	11,71	6,11	12,39
Fevereiro	6,79	5	4,52	6,41	6,33	5,1	2,94	4,88	6,55	5,86	2,67	11,11
Março	12,35	12,5	7,34	10,26	9,05	5,1	9,93	9,15	7,59	7,21	10,69	5,56
Abril	10,49	10	8,47	12,82	3,62	18,37	7,72	6,71	11,38	5,41	3,82	11,54
Mai	4,94	10	8,47	3,85	8,6	4,08	10,29	8,54	10,69	9,91	6,87	8,55
Junho	10,49	5	9,6	6,41	4,98	4,08	6,62	10,37	7,59	10,36	8,4	5,98
Julho	4,94	20	10,73	5,13	12,22	16,33	11,4	9,15	6,9	8,11	14,12	7,69
Agosto	7,41	7,5	7,34	15,38	7,69	10,2	6,99	5,49	7,24	10,81	11,07	8,12
Setembro	7,41	7,5	6,21	6,41	10,41	8,16	8,46	5,49	8,28	5,41	10,31	4,27
Outubro	7,41	10	10,73	8,97	9,5	7,14	11,76	13,41	7,93	7,66	8,02	4,27
Novembro	9,26	7,5	10,17	11,54	7,24	7,14	9,56	11,59	7,24	8,11	12,98	11,11
Dezembro	8,02	2,5	10,73	6,41	9,5	10,2	10,66	8,54	6,21	9,46	4,96	9,4

**Tabela 2** – Características dos registros de homicídios nos boletins de ocorrência, quanto ao tipo de ocorrência e meio de vitimização na zona urbana de Feira de Santana, 2006 - 2011.

*Table 2* – Characteristics of homicides records in the police reports, with regard to kind of occurrence and form of victimization, at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 – 2011.

Características	2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Tipo da Ocorrência</b>												
Homicídio Consumado	21	12,96	44	24,86	62	28,05	51	18,75	93	32,07	166	63,36
Levantamento Cadavérico	141	87,04	133	75,14	159	71,95	221	81,25	197	67,93	96	36,64
<b>Meio de vitimização</b>												
Arma Branca	16	9,88	13	7,34	7	3,17	13	4,78	9	3,10	9	3,44
Arma de Fogo	133	82,10	154	87,01	207	93,67	246	90,44	267	92,07	230	87,79
Lesão Corporal seguida de morte	4	2,47	8	4,52	7	3,17	10	3,68	14	4,83	19	7,25
Lesão não Caracterizada	9	5,56	2	1,13	0	-	3	1,10	0	-	3	1,15
Acidente Automobilístico	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	0,38

**Tabela 3** – Análise multivariada no Modelo de Regressão de Poisson para o desfecho taxa de homicídios e preditores socioeconômicos por bairro de Feira de Santana, 2010.

*Table 3* – *Multivariate analysis in Poisson Regression to outcome homicide rate and socioeconomic predictors, by neighbourhood of Feira de Santana, 2010.*

Preditores	Parâmetro	Exp. do Coef.	E.P	p-valor
Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade	-0,012	0,988	0,043	0,778
Proporção de Negros	0,634	1,886	3,169	0,842
Taxa de rede geral de distribuição de água	-1,168	0,311	0,868	0,186

## Referências

AGUDELO, Saul Franco. Violência, Cidadania e Saúde Pública. In: BARATA, Rita Barradas et al, **Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia**, Rio de Janeiro: Fiocruz/ Abrasco, p. 39-62, 1997.

ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício Lima. **Epidemiologia & Saúde: fundamentos, métodos e aplicações**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ARAÚJO, Edna Maria de; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; HOGAN, Vijaya Krishna; ARAÚJO, Tânia Maria de; DIAS, Acácia Batista; OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. The use of the variable of race/color within Public Health: possibilities and limits. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.13, n.31, p.383-94, out./dez. 2009a.

ARAÚJO, Edna Maria de; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; HOGAN, Vijaya Krishna; MOTA, Eduardo Luiz Andrade; ARAÚJO, Tânia Maria de; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de. Diferenciais de raça/cor da pele em anos potenciais de vida perdidos por causas externas. **Revista Saúde Pública**. v.43, n.3, p. 405-12, 2009b.

ARAÚJO, Edna Maria de; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de; SANTANA, Francisco dos Santos; BARRETO, Maurício Lima; HOGAN, Vijaya; ARAÚJO, Tania Maria de. Spatial distribution of mortality by homicide and social inequalities according to race/skin color in an intra-urban Brazilian space. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v.13, n.4, p. 549-60, 2010.

BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manuel Carlos Sampaio de Almeida; MORAES, José Cássio de. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. **Caderno de Saúde Pública**, v.15, n.4, p.711-718, 1999.

BARBOSA, Andréa Maria Ferreira; FERREIRA, Luiz Oscar Cardoso; BARROS, Maria Dilma de Alencar. Homicídios e condição de vida: a situação na cidade de Recife, Pernambuco. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.20, n.2, p. 141-150, abr-jun, 2011.

BASTOS, Márcia de Jesus Rocha Pereira; PEREIRA, Jacira dos Anjos; SMARZARO, Dorian Chim; COSTA, Everaldo Francisco; BOSSANEL, Regina Célia Lobo; OLIOSA, Durvalina Maria Sesari; PEREIRA, Joseanny Gomes Poltronieri; FEITOSA, Hideko Nagatani; COSTA, Marcilene Favarato da; OLIVEIRA, Fabiano José Pereira de; FÁVERO, Juliana Lopes; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Análise ecológica dos acidentes e da violência letal em Vitória, ES. **Revista de Saúde Pública**. v.43, n.1, p. 123-32, 2009.

BORGES, Luciana Souza; ALENCAR, Heloisa Moulin de. Moralidade e homicídio: um estudo sobre a ação do transgressor. **Paidéia**. v.19, n.44, p. 293-302, 2009.

BORGES, Luciana Souza; ALENCAR, Heloisa Moulin de. Moralidade e homicídio: um estudo sobre a motivação do transgressor. **Psicologia: Reflexão e crítica**. v.19, n.3, p. 451-9, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde, **Evolução da Mortalidade por Violência no Brasil e Regiões**. Disponível em

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=24448](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=24448), acessado em 07/08/11 às 21:08h, 2011a.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde, **Vigilância Epidemiológica de Violências e Acidentes**. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=30313](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=30313), acessado em 12/07/11 às 16:56h, 2011b.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Índice de homicídios na adolescência**. Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009b.

BRASIL. **Portaria nº 2.669, de 3 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Gabinete do Ministro, Brasília, DF, 6 nov. 2009, n.212. Seção 1, p.58, 2009a.

CAIAFFA, Waleska Teixeira; ALMEIDA, Maria Cristina de Mattos; OLIVEIRA, Cláudia Di Lorenzo; FRICHE, Amélia Augusta de Lima; MATOS, Sônia Gesteira e; DIAS, Maria Angélica Salles; CUNHA, Maria da Consolação Magalhães; PESSANHA, Eduardo; PROIETTI, Fernando Augusto. The urban environment from the health perspective: the case of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. **Caderno de Saúde Pública**. v.21, n.3, p. 958-67, 2005.

CAMARGO, Eduardo Celso Gerbi; DRUCK, Suzana; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira Monteiro; FREITAS, Corina Costa; CÂMARA, Gilberto. Mapeamento do risco de homicídio com base na co-krigeagem binomial e simulação: um estudo de caso para São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. v.24, n.7, p. 1493-508, 2008.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**. v.17, n.47, p. 43-73, 2003.

COOK, R. D.; WEISBERG, S. **Residuals and influence in Regression**. New York: Chapman and Hall, 1982.

DUARTE, Elisabeth Carmen; DUARTE, E.; SOUSA, M. C.; TAUIL, P. L.; MONTEIRO, R. A. Mortalidade por acidentes de transporte terrestre e homicídios em homens jovens das capitais das Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, 1980-2005. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v.17, n.1, pp. 7-20, 2008.

DUARTE, Elisabeth Carmen; SCHNEIDER, Maria Cristina; PAES-SOUSA, Rômulo; SILVA, Jarbas Barbosa da; CASTILLO-SALGADO, Carlos. Expectativa de vida ao nascer e mortalidade no Brasil em 1999: análise exploratória dos diferenciais regionais. **Revista Panamericana de Salud Publica**. v.12, n.6, 2002.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**. v.20, n.2, p. 267-276, 2008.

HAIR, Joseph. F.; ANDERSON, Rolph.E.; TATHAM, Ronald. L.; BLACK, William. C. **Análise multivariada de dados**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENNINGTON, Élide Azevedo; MENEGHEL, Stela Nazareth; BARROS, Fernanda de Souza; SILVA, Luciano Barros da; GRANO, Michelle da Silva; SIQUEIRA, Thais Pereira; STEFENON, Cristiane. Mortalidade por homicídios em Município da Região Sul do Brasil, 1996 a 2005. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.11, n.3, p. 431-41, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE divulga os resultados da coleta do Censo 2010, **Sala de Imprensa**, 2010a. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1744&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1744&id_pagina=1), Acessado em 22/11/12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Malha Digital do IBGE**, 2007. Disponível em <ftp://geoftp.ibge.gov.br/>, acessado em 05/03/2013, às 12:37h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Resultados divulgados no Diário Oficial da União**, 04.11.2010. 2010b. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_dou/BA2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/BA2010.pdf), acessado em 20/08/11, às 23:35h.

KILSZTAJN, Samuel; CARMO, Manuela Santos Nunes do; SUGAHARA, Gustavo Toshiaki Lopes; LOPES, Erika de Souza. Comparação entre diferentes fontes de dados sobre homicídios no município de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v.15, n.1, p. 96-106, 2006.

KILSZTAJN, Samuel; CARMO, Manuela Santos Nunes do; SUGAHARA, Gustavo Toshiaki Lopes; LOPES, Erika de Souza. Vítimas da cor: homicídios na região metropolitana de São Paulo, Brasil, 2000. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.5, p.1408-1415, set-out, 2005.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana; WADI, Yonissa Marmitt; STADUTO, Jefferson Andrônio Ramundo. Criminalidade violenta e indicadores estruturais: avaliações da problemática dos homicídios. **Prima Facie International Journal**. v.10, n.18, 2011.

LIMA, Maria Luiza C.; XIMENES, Ricardo A. de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; LUNA, Carlos Feitosa Luna; ALBUQUERQUE, Maria de Fátima P. Militão. Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco. **Revista de Saúde Pública**, v.39, n.2, 2005.

LIMA, Maria Luiza C.; XIMENES, Ricardo A. de. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, 1991. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.829-840, 1998.

LOUREIRO, Luís Manuel de Jesus; GAMEIRO, Manuel Gonçalves Henriques. Interpretação crítica dos resultados estatísticos: para lá da significância estatística. **Revista de Enfermagem Referência**, v.3, n.3, 2011.

MACEDO, Adriana C; PAIM, Jairnilson S.; SILVA, Lígia M. Vieira da; COSTA, Maria da Conceição N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.35, n.6, 2001.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; ANDRADE, Silvânia Suely Caribé de Araújo; NEVES, Alice Cristina Medeiros das; PEDROSA, Ana Amélia Galas; SILVA, Marta Maria Alves da; MALTA, Deborah de Carvalho. Violência contra a pessoa idosa: análise das notificações realizadas no setor saúde - Brasil, 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.17, n.9, p. 2331-2341, 2012.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; SILVA, Marta Maria Alves da; MALTA, Deborah Carvalho; MOURA Lenildo de; GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; COSTA, Valter Chaves; SOUZA, Maria de Fátima Marinho; MORAIS NETO, Otaliba Libânio de. Atendimentos de emergência por acidentes na Rede de Vigilância de Violências e Acidentes: Brasil, 2006. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.14, n.5, p. 1657-1668, 2009.

McCULLAGH, P.; NELDER, J. A. **generalized linear models**. 2 ed. Flórida, EUA: Chapman & Hall, 1989.

MEDRONHO, Roberto de Andrade. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu. 2004.

MELA, Carl F.; KOPALLE, Praveen K. The impact of collinearity on regression analysis: the asymmetric effect of negative and positive correlations. **Applied Economics**. v.34, p. 667-677, 2002.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v.21, n.61, 2007.

MOURA, Cláudio Luiz de Araújo; ARAÚJO, Edna Maria de; CHAVES, Joselisa Maria. Mortes por causas externas: Modelagem através de geotecnologia dos homicídios ocorridos no perímetro urbano da cidade Feira de Santana-Ba no período de 2000-2005. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011**. Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p0775.pdf>, acessado em 17/07/11 às 15:59h.

MUNIZ, Jacqueline. Registros de Ocorrência da PCERJ como fonte de informações criminais. In: CERQUEIRA, Daniel. **Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas** – Fórum de Debates. Rio de Janeiro: IPEA, UCAM, 2000.

NADANOVSKY, Paulo; CELESTE, Roger Keller; WILSON, Margo; DALY, Martin. Homicídio e impunidade: análise ecológica em nível de estado no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. V. 43, n. 5, p. 733-42, 2009.

NASCIMENTO FILHO, José Roberto Melges do; MORAIS, Flávio Roberto Pessoa de. Possíveis consequências do desarmamento no país. **Juris Rationis**. v.5, n.2, 2012.

PAIXÃO, Flávia; SANTANA, Geruza; SÁ, Jéferson; REIS, Simony; CONCEIÇÃO, Edney. **Análise Espacial da Violência Urbana no Município de Feira de Santana – Bahia**. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008. Disponível em: [observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/209.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/209.pdf), acessado em 30/01/13.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Violência por armas de fogo no Brasil – Relatório Nacional**. São Paulo, Brasil: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 2004.

PHEBO, Luciana. O impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, Rubem Cesar et al. **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.

REICHENHEIM, Michael Eduardo; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MORAES, Cláudia Leite; JORGE, Maria Helena Prado de Mello; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **The Lancet**. v. 377, n. 9781, p. 1962-75, 2011.

ROJAS, María del Carmen; MEICHTRY, Norma Cristina; CIUFFOLINI, María Beatriz; VÁZQUEZ, Juan Carlos; CASTILLO, Julio. Repensando de manera holística el riesgo de la vivienda urbana precaria para la salud: un análisis desde el enfoque de la vulnerabilidad sociodemográfica (a). **Salud Colectiva**, v. 4, n. 2, p. 187-201, 2008.

SEILLIER, Martha. **Criminalidade nos estados brasileiros no período 2001-2005: uma análise econômica com dados em painel**. 2010. 78 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; OLIVEIRA, Henrique Vargas Netto. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo sobre a mesorregião Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.8, n.3, 2012.

SOARES, Cassia Baldini. **Consumo contemporâneo de drogas e juventude: a construção do objeto da perspectiva da saúde coletiva**. 2007. Tese (Livre docência em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MELO, André Nascimento de; SILVA, Juliana Guimarães e; FRANCO, Saúl Alonso; ALAZRAQUI, Marcio; GONZÁLEZ-PÉREZ, Guillermo Julián. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.17, n.12, pp. 3183-3193, 2012.

TREVIZANI, Enio. Londrina fecha 2012 com 111 homicídios, 19% a mais que 2011. **O Diário**, 2012. Disponível em: [https://anuncifacil.com.br/index.php?pagina=posts&id=10877&tipo=Regi%E3o&titulo=Londrina\\_fecha\\_2012\\_com\\_111\\_homic%EDdios,\\_19%\\_a\\_mais\\_que\\_2011\\_](https://anuncifacil.com.br/index.php?pagina=posts&id=10877&tipo=Regi%E3o&titulo=Londrina_fecha_2012_com_111_homic%EDdios,_19%_a_mais_que_2011_). Acessado em 30/01/13.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Study on Homicide**, trends, contexts, data. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime, 2011.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **Drugs crime and violence**: the microlevel impact. New York: United Nations Organization, 2004.

VILLELA, Lenice de Castro Mendes; MORAES, Suzana Alves de; SUZUKI, Cláudio Shigueki; FREITAS, Isabel Cristina Martins de. Tendência da mortalidade por homicídios em Belo Horizonte e região metropolitana: 1980-2005. **Revista de Saúde Pública**. v.44, n.3, pp. 486-95, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Instituto Sangari, Ministério da Saúde, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence Prevention: the evidence**. World Health Organization, 2010.

**ARTIGO 2**

**Homicídios e tráfico de drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do  
Disque Denúncia, 2006 a 2011**

Eva Carneiro Silva Passos

Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva – UEFS

Artigo inédito, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); isento de conflitos de interesse; e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana – protocolo nº 148/2011.

## **Homicídios e tráfico de drogas na Região Metropolitana de Feira de Santana: o papel do Disque Denúncia, 2006 a 2011.**

### **Resumo**

A violência representada pelo tráfico de drogas e pelo homicídio tem preocupado todo o mundo pela grande perda de vidas, majoritariamente ainda jovens. Seja pelo efeito bioquímico das drogas ou pelas manifestações de violência para manutenção do tráfico e do consumo, chegando até o homicídio, o clima de insegurança tem permeado o dia a dia das comunidades, o que tem motivado os cidadãos a colaborarem cada vez mais com serviços como o Disque Denúncia. O objetivo desse estudo é caracterizar as denúncias notificadas pelo Disque Denúncia na Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) de 2006 a 2011, e verificar a frequência de denúncias de tráfico de drogas e homicídios na RMFS. Foi realizado um estudo ecológico exploratório de múltiplos grupos descritivo, que considerou os seis municípios que compõem a RMFS e os 44 bairros desta cidade. Os dados sobre as denúncias foram fornecidos pelo Disque Denúncia, e descritos em frequências absolutas e relativas por bairro e mês na cidade de Feira de Santana. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana. Foram realizadas no período 1.836 denúncias nos seis municípios que compõem a RMFS, havendo aumento delas ao longo dos anos. Feira de Santana abarcou nesse intervalo de tempo 44,47% das denúncias realizadas, e 93% das que foram feitas em 2011, enquanto Amélia Rodrigues e Conceição da Feira tiveram picos na quantidade de denúncias nos anos de 2009 (29,58%) e 2008 (25,81%) respectivamente. Já a cidade de Tanquinho apresentou denúncias apenas no ano de 2011. As classes de assuntos mais denunciadas foram Crimes Contra a Pessoa, Substâncias Entorpecentes, Crimes Contra Criança e Adolescente, e Armas de Fogo e Artigos Explosivos, destacando-se entre estes as denúncias sobre Tráfico de Drogas (22%), Maus tratos a criança e Adolescente (9,69%) e Posse ilícita de Armas de Fogo (2,29%). Observou-se que as maiores quantidades de denúncias em Feira de Santana aconteceram em agosto (11,49%), julho (11,25%) e dezembro (10,41%), não havendo tendência/ padrão na ocorrência de denúncias por meses quando comparados os seis anos. Nota-se que é preciso haver investimentos cada vez maiores no Disque Denúncia, tanto no sentido de aprimorar a captação das denúncias e difundi-las para órgãos competentes conforme o tipo de delito denunciado, como na divulgação deste serviço para cidades do interior dos estados, dando destaque às repercussões das denúncias para as comunidades, para que se aumente a credibilidade no serviço. A maior quantidade de denúncias sobre tráfico de drogas e homicídios, por sua vez, pode representar um apelo aos aparatos públicos para que atendam a necessidades de segurança social em todas as suas vertentes: da proteção policial à educação infantil. De todo modo, os dados apresentados demonstram uma participação social cada vez maior na segurança pública, auxiliando no combate ao crime para que a abordagem policial se torne mais qualificada, através de denúncias que detalham o delito. Trata-se então, de uma onda de promoção da paz, com foco no combate estratégico da violência, sem perder de vista que este é um fenômeno complexo, multicêntrico e que envolve acima de tudo a garantia de direitos sociais, universais e de qualidade.

**Palavras Chave:** Homicídios; Tráfico de Drogas; Violência; Participação Social.

## **Homicides and Drug Trafficking at Metropolitan Region of Feira de Santana: the Disque Denúncia's role, 2006 to 2011.**

### **Abstract**

The violence posed by drug trafficking and the murder has worried the world by the great loss of lives, mostly young. Be the biochemical effect of the drug or the manifestations of violence to maintain the trafficking and consumption, reaching the murder, the climate of insecurity has permeated the daily of communities, which has motivated the citizens to cooperate increasingly with services as the Disque Denúncia. The aim of this study is to characterize the denunciations reported by Disque Denúncia at Metropolitan Region of Feira de Santana (MRFS) from 2006 to 2011, and check the frequency of denunciations of drug trafficking and homicides in MRFS. This is an ecological study of exploratory descriptive multiple groups, which considered the six cities that make up the MRFS and 44 neighborhoods in this city. Data about denunciations were supplied by Disque Denúncia, and described in absolute and relative frequencies per month and neighborhood in the city of Feira de Santana. This study was approved by the Ethics Committee of the Universidade Estadual de Feira de Santana. Were performed in the period 1.836 denunciations in the six cities that make up the MRFS, and there was increase them over the years. Feira de Santana in that time spanned 44.47% of complaints made, 93% of which were made in 2011, while Amélia Rodrigues e Conceição da Feira had peaks in the number of denunciations in 2009 (29.58%) and 2008 (25.81%) respectively. The city of Tanquinho presented denunciations only in 2011. The more denounced issues classes were Crimes Against the Person, Narcotic Substances, Crimes Against Children and Teenagers, and Firearms and Explosives Articles, foremost among these the denunciations about Drug Trafficking (22%), Mistreatment to Children and Teenagers (9.69%) and unlawful possession of firearms (2.29%). It was observed that the largest quantities of denunciations in Feira de Santana were in August (11.49%), July (11.25%) and December (10.41%), with no trend or pattern in the occurrence of them for months. Note that there must be more investment in Disque Denúncia, both to enhance the uptake of denunciations complaints and disseminate them to competent authorities according to the type of offense denounced, as promote this program in the inner cities of the state, highlighting the repercussions of denunciations to the communities, to become greater the credibility in the service. The largest amount of denunciations about drug trafficking and homicides, in turn, may represent an appeal to the public apparatus to meet the needs of social security in all its aspects: from police protection to child education. Anyway, the data presented demonstrate increasing social participation in public safety, helping to fight crime so that the police approach to become more qualified, through reports that detail the crime. So, it is a wave of promoting peace, focusing on strategic combat violence without losing sight that this is a complex phenomenon multicenter that involves above all the guarantee of social rights, universal and quality.

**Key Words:** Homicides; Drug Trafficking; Violence; Social Participation.

## Introdução

A violência representada pelo tráfico de drogas e pelo homicídio tem preocupado todo o mundo pela grande perda de vidas, majoritariamente ainda jovens. Seja pelo efeito bioquímico das drogas ou pelas manifestações de violência para manutenção do tráfico e do consumo, chegando até o homicídio – agressão intencional de terceiros a partir de qualquer meio para provocar lesões fatais à vítima – o clima de insegurança tem permeado o dia a dia das comunidades (WAISELFISZ, 2011).

O contexto de segurança seria em grande parte proporcionado pela ação efetiva das polícias e da justiça penal. Esta, por outro lado, no que tange ao tráfico de drogas que mantém estreita relação com homicídio, não deixa muito claro para a população as situações em que se teriam circunstâncias características de tráfico. Legalmente no Brasil, se prevê pena para quem “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (BRASIL, 2006, Art. 28)<sup>1</sup>. Dessa forma, reforça-se o envolvimento de grande número de pessoas com o fenômeno, destacando assim a complexidade em se combater manifestações de violência e se reduzir a vivência da insegurança na sociedade brasileira decorrente das drogas.

Neste cenário nacional de grandes demandas para os serviços institucionalizados de segurança pública, cada vez mais a população se mobiliza em torno do combate à violência, colaborando com serviços como o Disque Denúncia, estratégia do órgão de segurança pública que recebe e encaminha a setores competentes denúncias anônimas de diversas naturezas em todo país (BAHIA, 2011; MORAES, 2006).

Assim, traz a comunidade para participar de ações de combate à violência, principalmente por dar detalhes (características físicas, geográficas e temporais) de crimes, que, normalmente a segurança pública não teria acesso. Nesse processo identificam-se relações de confiança, obrigação/ corresponsabilidade, e reciprocidade entre sociedade civil e segurança pública, movimento imprescindível na promoção da paz (MORAES, 2006; UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2004, p.6)

---

<sup>1</sup> O inciso segundo desse mesmo artigo diz ainda que, para que se considere tráfico, no julgamento o juiz deverá atender “à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (BRASIL, 2006, Art. 28, §2º).

Nesse contexto, nota-se uma importante ruptura das representações sociais do ato de denunciar, que desde a infância adota invólucros negativos – como tendem a ser, de fato, nas situações em que se busca gratuitamente depreciar alguém, às vezes até sem veracidade, concomitantemente à intenção de se autoprojetar. Na escola, por exemplo, parte das crianças tende a omitir atos errados dos colegas para não se indispor com esses, ganhar apelidos pejorativos (como “dedo duro”, “fofoqueiro”, “caboete”), e sofrer quaisquer tipo de retaliações (FRANCH; GOUGH, 2003).

O paralelo aqui estabelecido diz respeito à integração que a sociedade passa a ter na resolução de determinados casos quando se permite um espaço que a resguarde e, ao mesmo tempo, agregue valores para resoluções de problemas como o tráfico de drogas e homicídios. É válido ressaltar que, no ato da denúncia, o denunciante é orientado e a denúncia é encaminhada para departamentos específicos do serviço de segurança pública, para que a situação revelada seja interrompida tão logo possível (SECRETARIA DA METODOLOGIA DO DISQUE DENÚNCIA NACIONAL, 2009).

Ou seja, é um serviço de inteligência que firma uma cultura de gestão participativa entre sociedade e Estado, em consonância com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e os princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (BRASIL, 2009; BRASIL, 2007).

No Brasil tem se percebido uma forte adesão dos cidadãos a essas estratégias de participação. O Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes criado em 1997, por exemplo, realizava em 2008 cerca de 1.557 atendimentos diários, tendo recebido e encaminhado de maio de 2003 a dezembro de 2008, 84.766 denúncias de todo o país, efetuando nesse período 2.175.166 atendimentos (SECRETARIA DA METODOLOGIA DO DISQUE DENÚNCIA NACIONAL, 2009).

Diante disso, os serviços de Disque Denúncia no Brasil têm crescido em abrangência e em tecnologia, em prol de colaborar cada vez mais com ações inteligentes e estratégicas dos Serviços de Segurança Pública (ALVES; COSTA, 2009).

O Disque Denúncia da Bahia iniciou sua atuação em dezembro de 2005, em parceria com Secretaria de Segurança Pública e a Organização não Governamental Movimento Bahia de Combate ao Crime (ONG MOVBAHIA), inspirada na exitosa experiência do Disque Denúncia do Rio de Janeiro junto ao MOVRIIO, que somente de 1995, quando fundado, a 1996 registrou cerca de 55 mil denúncias (DANTAS; CARDOSO, 2012; BRITTO, 2005).

Desde então, vem possibilitando que cidadãos baianos contatem das 7 às 24 horas, de um aparelho fixo ou móvel, para os telefones 071 3235 0000 (Região Metropolitana de

Salvador) ou 181 (cidades do interior) efetuando sua denúncia e tendo seu anonimato e integridade, garantidos. Na ocasião, o funcionário que o atende registra a queixa relatada, armazenando-a em um sistema integrado e informatizado, e fornece uma senha de acesso que permite ao denunciante completar a denúncia, ou acompanhar o encaminhamento do caso. Realizada a denúncia, ela é então difundida para delegacias responsáveis pelo respectivo tipo/local de ocorrência do delito, que por sua vez devem dar retornos ao Disque Denúncia quanto à conduta adotada e resolução (BAHIA, 2011).

Assim sendo, apesar dos problemas ainda enfrentados como alta frequência de trotes recebidos pelo Disque Denúncia, e de concentração das denúncias de um estado de tão largas dimensões como a Bahia em apenas um centro, esta ferramenta de combate à criminalidade pode resultar em ações cada vez mais rápidas. O aplicativo lá utilizado permite, por exemplo, fazer buscas no sistema que agreguem denúncias a respeito de um determinado caso, somando informações de diversos denunciadores e munindo ainda mais os serviços da segurança pública na investigação dos crimes.

Dessa forma, de posse de maiores informações, as investigações policiais se dão de maneira mais consubstanciada, denotando uma modernização da ação policial através da repressão qualificada (BRASIL, 2009).

Nota-se, portanto, uma busca pela conformação de uma rede menos letal e articulada ao sistema de justiça, que reúna não somente aparatos militares, como também a participação de civis, de maneira que seja possível destacar o cidadão como protagonista do controle externo da atividade policial. Esta por sua vez, se defronta com o desafio de fazer uso adequado das informações fornecidas, e incluir em sua ação estratégias de reconhecimento da heterogeneidade social presente em comunidades vulneráveis, nas quais a maioria da população não faz parte de alguma organização criminosa (BRASIL, 2009).

Diante do exposto, o objetivo desse estudo é caracterizar as denúncias notificadas pelo Disque Denúncia na Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006 a 2011, e verificar a frequência de denúncias de tráfico de drogas e homicídio na Região Metropolitana de Feira de Santana, de modo a dar mais um retorno à sociedade da importância de sua colaboração com o Disque Denúncia e Secretaria de Segurança Pública.

## Métodos

Foi realizado um estudo ecológico exploratório de múltiplos grupos descritivo, que considerou os seis municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana

(RMFS), criada em julho de 2011, e os 44 bairros de Feira de Santana, no intuito de caracterizar denúncias notificadas pelo Disque Denúncia, em especial as referentes a homicídios e tráfico de drogas.

A cidade de Feira de Santana fica no Recôncavo baiano com 1.337,988 Km<sup>2</sup>, 556.642 habitantes e está localizada a 117 Km<sup>2</sup> da capital da Bahia, Salvador. A RMFS por sua vez, é composta pelos municípios de Amélia Rodrigues (173,484 Km<sup>2</sup> e 25.190 habitantes), Conceição da Feira (162,892 Km<sup>2</sup> e 20.391 habitantes), Conceição do Jacuípe (117,529 Km<sup>2</sup> e 30.123 habitantes), São Gonçalo dos Campos (300,729 Km<sup>2</sup> e 33.283 habitantes) e Tanquinho (219,870 Km<sup>2</sup> e 8.008 habitantes), tem uma extensão total de 2.312,492 Km<sup>2</sup> e agrega 673.637 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Os dados sobre as denúncias foram fornecidos pelo Disque Denúncia através da utilização do aplicativo Disque Denúncia desenvolvido especificamente para atender às centrais Disque Denúncia, inicialmente no Rio de Janeiro onde foi criado, e posteriormente cedido sob licença para outras organizações que prestam serviços similares.

Este aplicativo vem sendo aprimorado ao longo do tempo, possibilitando, por exemplo que as denúncias sejam espacializadas, e fornecendo com facilidade relatórios consolidados sobre denúncias realizadas, exceto quando se solicita informações contidas o campo de relato da mensagem, já que para esse espaço é feito apenas um filtro de palavras ou expressões.

Uma limitação dele é que mesmo os funcionários sendo instruídos para fazerem correção ortográfica da digitação e havendo tabelas com dados pré-cadastrados, persistem erros que deixam palavras e termos escritos de maneiras diversas, o que pode interferir na emissão de consolidados periódicos.

Este aplicativo permite ainda armazenamento, classificação e programação da destinação das denúncias, possibilitando a formação de banco de dados através de cruzamento de informações por filtros, como: bairro, tipo de denúncia e ano. Além disso, há um espaço aberto onde o funcionário do setor, ao receber a denúncia, procura descrevê-la de maneira detalhada, tal qual feito pelo denunciante.

Destaca-se que o serviço do Disque Denúncia, na intenção de arquivar e encaminhar devidamente as informações livrando-as de ruídos de dados, como em situações de trote, caracteriza como denúncia apenas aquelas ligações que descrevam o fato, caracterizem os envolvidos e descrevam o local da ocorrência. Assim, o referido aplicativo permite que qualquer busca seja realizada no banco, quando palavras são utilizadas como filtros para seleção de casos específicos.

Para esse estudo, à busca de informações em meio aos relatos foram adotados os seguintes procedimentos: seleção da faixa temporal a ser estudada (2006 a 2011); seleção das cidades que compõem a RMFS; solicitação de frequência das denúncias relativas a tráfico de drogas e homicídios por bairros de Feira de Santana; e extração do banco em formato compatível ao Excel for Windows.

À análise de qualidade das informações do banco de dados foi realizada uma padronização da escrita dos nomes bairros, conforme o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), e buscas destes através dos nomes das ruas, quando não citados.

Dados sobre retorno – informação que parte das delegacias para o Disque Denúncia após resolução dos casos denunciados e para elas difundidas – não foram coletados, pois esta atividade ainda não é realizada efetivamente pelas delegacias, ou quando feita, entregue com grande atraso ao Disque Denúncia.

Sendo esse estudo produto do projeto-mãe “Drogas e Homicídio no Estado da Bahia: o papel do Disque Denúncia”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB, edital 022/2010), limitou-se o período de análise dos dados de 2006, ano em que iniciaram-se efetivamente as atividades do Disque Denúncia da Bahia, a 2011, ano anterior ao término do projeto.

Após a coleta e análise de qualidade dos dados, foram descritas as denúncias realizadas das cidades que compõem a RMFS, e verificadas as frequências absolutas e relativas de denúncias por bairro e mês na cidade de Feira de Santana.

Em respeito à Resolução 196/96 sobre ética em pesquisa com seres humanos, o uso dos dados sigilosos das denúncias foram autorizados pela coordenação do Disque Denúncia, estando essa pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana – protocolo 148/2011.

## Resultados e Discussão

Foram realizadas no período 1.836 denúncias nos seis municípios que compõem a RMFSA, havendo aumento delas ao longo dos anos (Tabela 1).

Este aumento pode estar relacionado à mudança da percepção de segurança que atualmente se tem no Brasil: não mais um aspecto de estrita responsabilidade das polícias, mas que envolve intersecção entre outras atribuições do Estado em oferecer serviços sociais básicos e de qualidade dentro dos preceitos democráticos. Assim, segurança não seria mais

vista como um conjunto de ações isoladas, mas a abarcar as três esferas de governo que juntas, atendam às suas complexas demandas; e por fim, uma questão social, que, necessariamente envolve toda a sociedade civil (BRITTO, 2005).

Dessa forma, considera-se o aumento geral das denúncias um aspecto positivo que denota uma preocupação da sociedade em se mobilizar frente à violência, saindo de uma postura passiva, para auxiliar no combate estratégico e preventivo à violência (PELISOLI et al., 2010).

Nesse contexto, sugere-se que, na medida em que a sociedade toma posse da noção de direitos e deveres com sentimento de corresponsabilidade, através de maior divulgação do serviço de Disque Denúncia, com implantação de um número gratuito e de fácil memorização, e com o aumento de sua credibilidade em guardar o sigilo e dar encaminhamentos resolutivos às denúncias, há aumento consubstancial da quantidade de denúncias nas cidades estudadas entre 2006 e 2011.

Feira de Santana, por exemplo, abarcou nesse intervalo de tempo 44,47% das denúncias realizadas, e 93% das que foram feitas em 2011, enquanto Amélia Rodrigues e Conceição da Feira tiveram picos na quantidade de denúncias nos anos de 2009 (29,58%) e 2008 (25,81%) respectivamente – provavelmente em épocas de ondas de violência, que seriam uma sequência de eventos violentos, na maioria das vezes planejados, ou desencadeados por razões comuns.

Já a cidade de Tanquinho apresentou denúncias apenas no ano de 2011, e ainda assim em um quantitativo inferior aos das demais cidades, o que pode ser atribuído à recente e/ou insuficiente divulgação do Disque Denúncia para cidades localizadas mais ao interior do estado.

Outro aspecto a ser considerado para explicar importante aumento nas denúncias no ano de 2011 foi a introdução, nesse período, do número gratuito para o interior do estado, (181), que tornou o Disque Denúncia ainda mais acessível à população. Sobre isso, a atual discussão gira em torno do número não gratuito disponibilizado para Região Metropolitana de Salvador, pois o Disque Denúncia considera que, atualmente, o número que acarrete gastos ao denunciante filtra, além de trotes, uma quantidade considerável de denúncias que o serviço não daria conta de receber ou difundir, podendo assim perder credibilidade por não atender a tanto a todas as demandas.

Além disso, nas atuais circunstâncias, sugere-se, no geral, que os denunciadores se envolvam a tal ponto por: exercício da consciência cidadã; vergonha por, de certa forma, conviver de perto com as manifestações de violência; ou por ter ameaças rondando a si

próprio, ou a algum familiar/ amigo – de modo que, o pagamento da ligação não seria empecilho para realização da denúncia.

Na caracterização das cinco classes de assuntos mais denunciadas por ano em cada município destacaram-se Crimes contra a pessoa, Substâncias Entorpecentes, Crimes contra criança e Adolescente, Armas de Fogo e Artigos Explosivos que se repetiram em todos os anos, alternando-se em classificações (Tabela 2). Resultado similar foi encontrado em estudo no Rio de Janeiro (BRITTO, 2005).

Dentre as classes, há alguns tipos de denúncias que se destacam para elevação dos percentuais, como maus tratos a idosos dentro da classe Crimes contra a Pessoa. Apesar de este delito não ter sido um destaque no período e nas cidades estudadas, tem sensibilizado e mobilizado parte da sociedade, pelo aumento da expectativa de vida que coloca o idoso em posição mais ativa socialmente, pela condição de cidadão muitas vezes indefeso, e pelas repercussões da mídia, o que motiva o aumento da quantidade de denúncias (PASINATO; CAMARANO; MACHADO, 2006).

Além desses aspectos, a grande quantidade de denúncias relativas a crimes contra criança e adolescente que envolvem ameaça, maus tratos, violência sexual e outros, pode vincular-se ao intenso trabalho de divulgação do serviço do Disque 100 (que retroalimenta o Disque Denúncia) com foco à violência contra crianças e adolescentes que aconteceu entre 2003 e 2006, envolvendo campanhas de sensibilização em massa em escolas e comércios, contando com apoio das Polícias Militar do Estado e Rodoviária Federal para sensibilização entre caminhoneiros e postos de gasolina, e da mídia, para alcance da população geral (DANTAS; CARDOSO, 2012; COSTA et al., 2010).

Ainda assim, mesmo em se tendo grandes quantidades de denúncias, é preciso considerar que há subnotificação, pois habitualmente a violência contra criança e adolescente parte de pais ou familiares, que não realizariam denúncias contra si mesmos. Ademais, denunciadores em potencial alocados em escolas e unidades de saúde, podem ainda estar despreparados para lidar com esse tipo de violência temendo vingança dos agressores, ou não sabendo da obrigatoriedade de denúncias de casos suspeitos, ou por considerar um tipo de problema familiar que não deve sofrer influência de terceiros (COSTA et al., 2007).

Dentro das classes, os tipos de denúncias presentes em todos os anos foram Tráfico de Drogas (22%), Maus tratos a criança e Adolescente (9,69%) e Posse ilícita de Armas de Fogo (2,29%) (Tabela 3), sendo este um resultado semelhante a um estudo realizado no Rio de Janeiro nos anos 2000 e 2001 (GARCIA, 2011; BRITTO, 2005).

Essa grande quantidade de denúncias sobre armas de fogo e artigos explosivos, em especial a que se refere a posse ilícita de armas de fogo se reflete no aumento dos homicídios na Bahia, ou até mesmo nas formas de manutenção da rede de tráfico de drogas, já que se sabe que a arma de fogo é o principal meio de vitimização dos homicídios (PERES, 2004).

Já sobre os totais de denúncias de substâncias entorpecentes, convém salientar que nem sempre o denunciante terá parâmetros para julgar o fato como consumo ou tráfico de drogas, assim como em julgamento o juiz analisa alguns pontos importantes, como a relação de comercialização e a quantidade apreendida. Por essa razão, compreende-se a vasta diferença entre as quantidades de denúncias de consumo e de tráfico de drogas, até porque, num contexto de tráfico, a comunidade se sente mais ameaçada pelos efeitos do controle do Estado – por isso, provavelmente se mobilize mais em denunciar – do que em proximidade com o consumo, que por sua vez atinge mais agressiva e diretamente os cidadãos (FERRERIA; SOUSA; CUBAS, 2008).

A convivência mútua dos fenômenos homicídios e tráfico de drogas seria então, um complexo interconectado, intensamente tratado pela mídia e percebido diariamente pelas comunidades através da constante sensação de insegurança. Esse contexto propicia, portanto, que os cidadãos se sintam impelidos em participar do combate e da prevenção da violência através de um meio como o Disque Denúncia.

Ressalta-se que em todos os anos e em todas as classes e tipos de assunto, Feira de Santana liderou no total de denúncias frente aos outros municípios estudados, na medida em que houve aumento na quantidade de denúncia vinda de cada bairro ao longo do tempo. Por outro lado, obteve-se uma grande quantidade de bairros não informados (13,66%), possivelmente por receio do denunciante em ser identificado, ou por ora, por falha na captação e registro das denúncias.

Em três bairros não foram efetuadas denúncias no período: Cruzeiro, Lagoa Grande e Lagoa Salgada. Os bairros, por sua vez, com maior quantidade de denúncia foram Tomba (9,61%), Campo Limpo (8,21%), Calumbi (5,7%), Queimadinha (5,08%) e CASEB (4,29%) (Gráfico 1) (APÊNDICE K).

Estes bairros, com exceções pontuais, segundo um estudo realizado na cidade com dados de um repórter policial entre 2005 a 2007 ficaram entre os 15 primeiros em locais de ocorrências de atos criminosos no município, corroborando com as manifestações populares. Esse estudo ainda discute questões socioeconômicas de cada localidade desta, como potenciais preditoras para aumento da violência (PAIXÃO et al., 2008).

Soma-se a essa discussão, o que se acredita que, pelo grau de detalhamento das informações, as denúncias em sua maioria partem de locais próximos às ocorrências, refletindo suas características, de modo que um olhar criterioso sobre o ambiente do denunciado indicaria circunstâncias em que vive o ambiente do denunciante. Isso permitiria ações não somente punitivas, como preventivas, resguardando o preceito do anonimato (BRITTO, 2005).

Ressalta-se ainda que determinadas localidades apresentam taxas maiores de denúncia conforme posição relativa dentro da cidade, nível dos indicadores sociais e grau de violência do bairro (ROSS, 2007).

Sobre os períodos de realização das denúncias, observou-se que as maiores quantidades em Feira de Santana aconteceram em agosto (11,49%), julho (11,25%) e dezembro (10,41%), não havendo tendência/ padrão na ocorrência de denúncias por meses quando comparados os seis anos (Gráfico 2) (APÊNDICE L), nem conferência com o estudo de Britto (2005).

Em relação à proporção de tipos de denúncias dentro das classes Crimes contra a Pessoa e Substâncias Entorpecentes em Feira de Santana, destacaram-se as denúncias referentes a homicídio consumado que representou 66,25% e tráfico de drogas que foram 100% das denúncias em 2011, destacando-se o crescimento expressivo de denúncias sobre tráfico e consumo de drogas entre 2006 e 2011 (Tabela 4).

### Considerações Finais

É preciso haver investimentos cada vez maiores no Disque Denúncia, tanto no sentido de ampliar e aprimorar a captação das denúncias, difundindo-as para órgãos competentes conforme o tipo de delito denunciado, como na divulgação deste serviço para cidades do interior do estado. A partir de então, poder-se-ia projetar a introdução de um número gratuito e único para todo o estado, ampliando o acesso da população a este serviço, e iniciativas mais sólidas que destaquem para a comunidade as repercussões das denúncias, como quantidade de armas apreendidas por tipo e calibre, e drogas, por tipo e unidade de medida, para que se aumente ainda mais a credibilidade no serviço frente aos denunciantes e potenciais denunciamentos.

Pelo apresentado, no entanto, já se nota grande avanço na adesão da comunidade ao serviço, o que permite que conclusões e encaminhamentos sejam tomados de acordo com o fluxo e conteúdo das denúncias. Dentre elas, destacaram-se as denúncias de Feira de Santana,

e mais especialmente relacionadas a tráfico de drogas e homicídios, o que pode representar um apelo aos aparatos públicos para que atendam a necessidades de segurança social em todas as suas vertentes: da proteção policial à educação infantil.

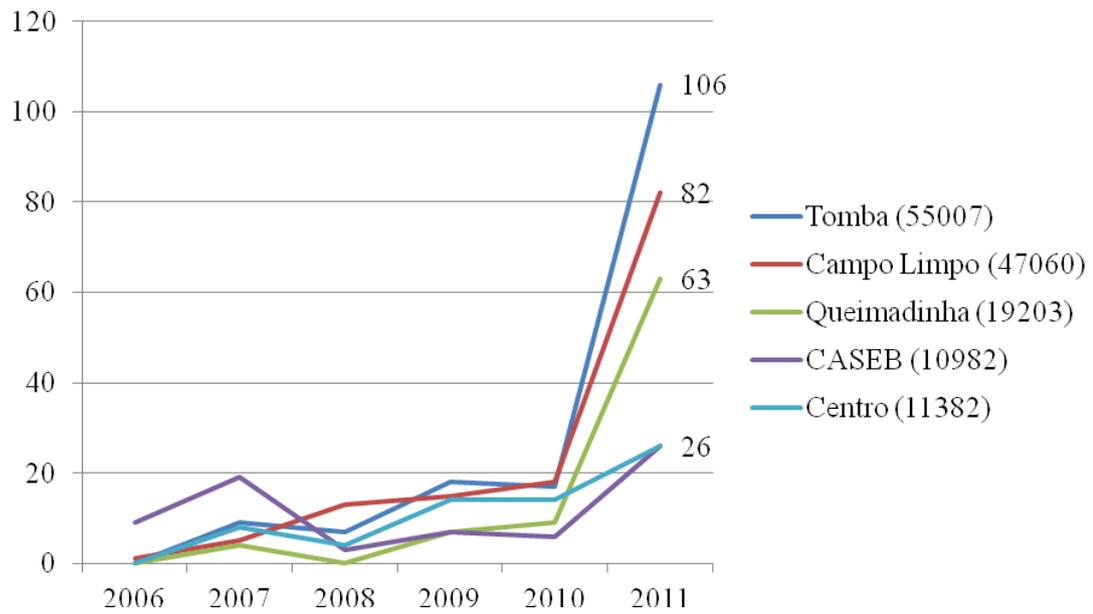
Outros estudos podem ainda ser realizados: verificando a participação da sociedade do interior do estado na medida em que se amplia a divulgação do serviço; associando o aumento de denúncias nos municípios à evolução das condições socioeconômicas deles; ou sendo utilizadas as descrições das denúncias, pois são relatos fidedignos à fala do denunciante, o que permitiria um perfil mais completo dos crimes denunciados.

Oportunamente, cita-se como uma limitação do estudo, o fato de terem sido utilizados apenas os dados dos campos fechados do aplicativo do Disque Denúncia, tendo em vista a larga extensão temporal estudada, de modo que não se realizou análise dos detalhes de cada denúncia no campo de “relato do denunciante”.

De todo modo, os dados apresentados demonstram uma participação social cada vez maior na segurança pública, auxiliando no combate ao crime para que a abordagem policial se torne mais qualificada, através de denúncias que detalham o delito. Trata-se então, de uma onda de promoção da paz, com foco no combate estratégico da violência, sem perder de vista que este é um fenômeno complexo, multicêntrico e que envolve acima de tudo a garantia de direitos sociais, universais e de qualidade.

**Gráfico 1**– Denúncias realizadas por bairros mais denunciadores de Feira de Santana, 2006-2011\*.

**Chart 1** – Complaints made by whistleblowers neighborhoods of Feira de Santana, 2006 – 2011.

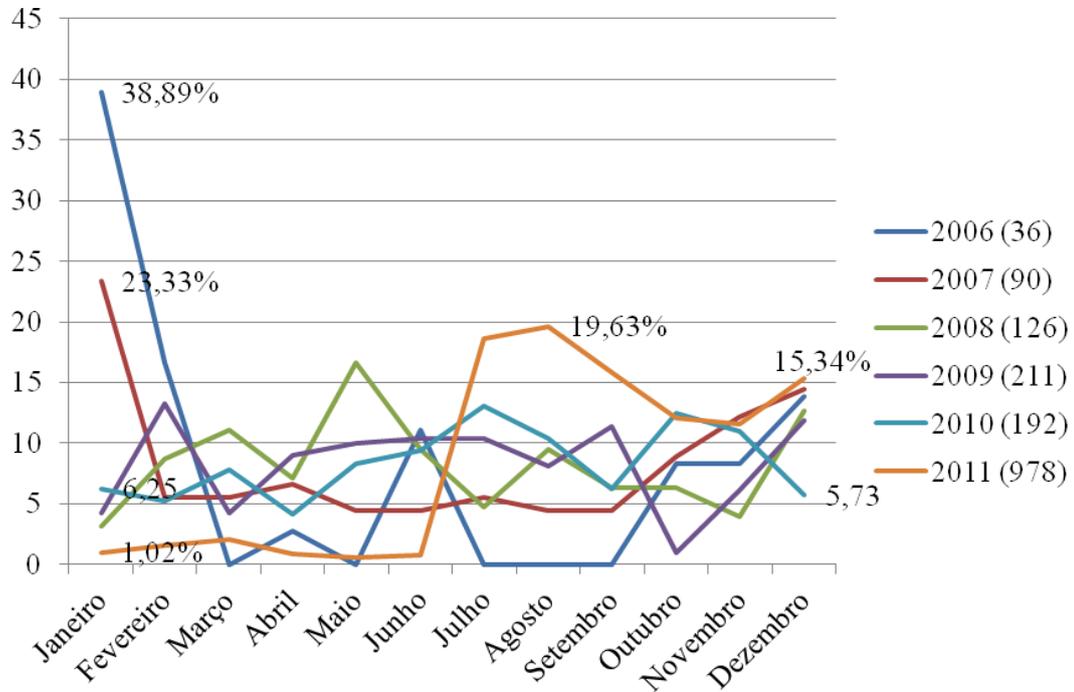


\* Seguem ao lado dos bairros suas respectivas populações.

\*Follow alongside their respective neighborhoods populations.

**Gráfico 2** - Percentual de denúncias realizadas por mês e ano em Feira de Santana, 2006-2011\*.

**Chart 2** - Percentage of complaints made by month and year in Feira de Santana, 2006 – 2011.



\* Seguem na legenda os totais de denúncias por ano.

\* Following the legend totals complaints per year.

**Tabela 1** – Frequência de denúncias realizadas ao Disque Denúncia por cidades da Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006- 2011.

*Table 1* – Frequency of denunciation realized at Disque Denúncia by cities of Metropolitan Region of Feira de Santana, 2006- 2011.

Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Feira de Santana	36	90	126	211	192	978	1633
Amélia Rodrigues	3	9	4	21	14	20	71
Conceição da Feira	3	3	8	5	5	7	31
Conceição do Jacuípe	0	4	6	4	10	24	48
São Gonçalo dos Campos	0	12	5	9	5	14	45
Tanquinho	0	0	0	0	0	8	8
Total	42	118	149	250	226	1051	1836



**Tabela 2 (continuação)** – Classes de Assunto mais denunciadas ao Disque Denúncia por município da Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006 a 2011.

**Table 2 (continuation)** – Issue class more denounced to Disque Denúncia by city of Metropolitan Region of Feira de Santana, 2006 to 2011.

Classe de Assunto	Ano	Feira de Santana		Amélia Rodrigues		Conceição da Feira		Conceição do Jacuípe		São Gonçalo dos Campos		Tanquinho	
		N	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
C. C. Criança e Adolescente		154	72,99	10	47,62	-	-	-	-	3	33,33	-	-
Subst. Entorpecentes		22	10,43	5	23,81	2	40,00	2	50,00	3	33,33	-	-
C. C. a Pessoa	2009	15	7,11	1	4,76	1	20,00	-	-	1	11,11	-	-
Armas de Fogo e Artigos Explosivos		6	2,84	4	19,05	1	20,00	2	50,00	1	11,11	-	-
C. C. Patrimônio		6	2,84	1	4,76	2	40,00	-	-	-	-	-	-
C. C. Criança e Adolescente		127	66,15	7	50,00	-	-	7	70,00	3	60,00	-	-
Subst. Entorpecentes		35	18,23	3	21,43	4	80,00	3	30,00	1	20,00	-	-
Armas de Fogo e Artigos Explosivos	2010	15	7,81	2	14,29	1	20,00	-	-	1	20,00	-	-
C. C. a Pessoa		5	2,60	1	7,14	-	-	-	-	-	-	-	-
Falsificação/adulteração		5	2,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subst. Entorpecentes		703	71,88	8	40	4	57,14	7	29,17	5	35,71	6	75,00
C. C. Criança e Adolescente		115	11,76	9	45	2	28,57	14	58,33	5	35,71	1	12,50
C. C. Pessoa	2011	80	8,18	2	10	1	14,29	1	4,17	3	21,43	1	12,50
Armas de Fogo e Artigos Explosivos		29	2,97	-	-	-	-	1	4,17	-	-	-	-
C. C. Patrimônio		20	2,04	-	-	-	-	-	-	1	7,14	-	-

\*Percentuais relativos à representatividade de determinada classe de assunto no total de denúncias nos respectivos municípios e anos.

\* Percentage points relating to representativeness of each issue class in the total of denunciation at respective cities and years.



**Tabela 3.(continuação)** – Tipos de Assunto mais denunciados ao Disque Denúncia por município da Região Metropolitana de Feira de Santana, 2006 a 2011.

**Table 3 (continuation)** – Kind of issue more denounced to Disque Denúncia by city of Metropolitan Region of Feira de Santana, 2006 to 2011.

Classe de Assunto	Ano	Feira de Santana		Amélia Rodrigues		Conceição da Feira		Conceição do Jacuípe		São Gonçalo dos Campos		Tanquinho	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Maus tratos a Criança e Adolescentes	2009	81	38,39	5	23,81	-	-	-	-	3	33,33	-	-
Violência Sexual a Criança e Adolescente		40	18,96	3	14,29	-	-	-	-	-	-	-	-
Ameaça a Criança e Adolescente		16	7,58	1	4,76	-	-	-	-	-	-	-	-
Tráfico de Drogas		12	5,69	5	23,81	1	20,00	2	50,00	2	22,22	-	-
Posse ilícita de A. F.		6	2,84	4	19,05	1	20,00	2	50,00	1	11,11	-	-
Maus tratos a Criança e Adolescentes		2010	82	42,71	5	35,71	-	-	3	30,00	1	20,00	-
Violência Sexual a Criança e Adolescente	27		14,06	2	14,29	-	-	3	30,00	2	40,00	-	-
Consumo de Drogas	18		9,38	1	7,14	2	40,00	1	10,00	-	-	-	-
Tráfico de Drogas	17		8,85	2	14,29	2	40,00	2	20,00	1	20,00	-	-
Posse ilícita de A.F.	14		7,29	2	14,29	1	20,00	-	-	1	20,00	-	-
Tráfico de Drogas	703		71,88	8	40,00	4	57,14	7	29,17	5	35,71	6	75,00
Maus tratos a Criança e Adolescentes	2011	79	8,08	7	35,00	2	28,57	10	41,67	3	21,43	1	12,50
Homicídio Consumado		53	5,42	-	-	1	14,29	-	-	1	7,14	-	-
Posse ilícita de A.F.		29	2,97	-	-	-	-	1	4,17	-	-	-	-
Violência Sexual a Criança e Adolescente		28	2,86	2	10,00	-	-	3	12,50	2	14,29	-	-

\*Percentuais relativos à representatividade de determinado tipo de assunto no total de denúncias nos respectivos municípios e anos.

\* Percentage points relating to representativeness of each kind of issue in the total of denunciation at respective cities and years.



## Referências

ALVES, Andréa; COSTA, Ismael. Disque Denúncia – Processo de Desenvolvimento no contexto do Projeto INFOSESP. **Sistemas de Informação & Gestão de Tecnologia**. v.6, 2009.

BAHIA, **Disque Denúncia**. Disponível em <http://www.disquedenuncia.org/>, acessado em 21/08/11 às 16:07h, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 agosto. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm). Acesso em 10/01/13.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 1937/2007**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7o do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

\_\_\_\_\_. **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública: Texto-Base**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRITTO, Ângela. **Criminalidade e Sociedade: Uma Análise sobre a Prática da Denúncia Anônima de Crimes no Município do Rio de Janeiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, 2005.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; CARVALHO, Rosely Cabral de; BÁRBARA, Josele de F. R. Santa; SANTOS, Carlos Antônio S. T. Santos; GOMES, Waldelene de A.; SOUSA, Heloísa Lima de. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12, n.5, p.1129-1141, 2007.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; CARVALHO, Rosely Cabral de; SANTANA, Marcos Antonio Oliveira de; SILVA, Luciano Macêdo Santos da; SILVA, Mariana Rocha da. Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.15, n.2, 2010.

DANTAS, Dayse Oliveira; CARDOSO, Flávia. **Disque Denúncia: o cidadão contra o crime**. Salvador: Secretaria de Segurança Pública. 2012.

FERRERIA, Helder; SOUSA, João Luís de; CUBAS, Viviane. Crime e drogas: consumo e tráfico. Prevenção ao uso indevido de drogas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de

Desafios Educacionais Contemporâneos. **Prevenção ao uso indevido de drogas**. Curitiba: SEED, 2008.

FRANCH, Mônica; GOUGH, Kate. Entre a casa e a rua, um ensaio sobre olhares e práticas juvenis num bairro de periferia do Recife. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais – CAOS**. Universidade Federal da Paraíba. n. 5, 2003.

GARCIA, Janaína. **Índice de homicídios na Bahia cresce 50,7% em quatro anos**. 2011. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/02/23/indice-de-homicidios-na-bahia-cresce-507-em-quatro-anos.htm>. Acessado em: 05/02/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Resultados divulgados no Diário Oficial da União, 04.11.2010**. 2010. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_dou/BA2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/BA2010.pdf), acessado em 20/08/11, às 23:35h.

MORAES, Luciane Patrício Braga de. **Disque-Denúncia: a arma do cidadão**. Um estudo sobre os processos de construção da verdade a partir das experiências da Central Disque-Denúncia do Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós Graduação em Antropologia. 2006.

PAIXÃO, Flávia; SANTANA, Geruza; SÁ, Jéferson; REIS, Simony; CONCEIÇÃO, Edney. **Análise Espacial da Violência Urbana no Município de Feira de Santana – Bahia**. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008. Disponível em: [observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/209.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/209.pdf), acessado em 30/01/13.

PASINATO, Maria Tereza; CAMARANO, Ana Amélia; MACHADO, Laura. **Idosos vítimas de maus-tratos domésticos: estudo exploratório das informações levantadas nos serviços de denúncia - texto para discussão n° 1200**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006.

PELISOLI, Cátula; PIRES, Jarbas Pitaguary Machado; ALMEIDA, Maria Eliete de; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. **Temas em Psicologia**, v. 18, n.1, p. 85-97, 2010.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Violência por armas de fogo no Brasil – Relatório Nacional**. São Paulo, Brasil: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 2004.

ROSS, Sreven Dut. **Denúncia e Dependência Socioespacial: uma análise dos elementos da mobilização na cidade do Rio de Janeiro por meio do Disque Denúncia, a partir de um modelo de Regressão Espacial**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas: Escola brasileira de administração pública e de empresas. 2007.

SECRETARIA DA METODOLOGIA DO DISQUE DENÚNCIA. **Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **Drugs crime and violence**: the microlevel impact. New York: United Nations Organization, 2004.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011**: os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari ; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de maneira geral apontou para aumento nas ocorrências e nas denúncias sobre tráfico de drogas e homicídios, demonstrando que a onda de violência tende a ser acompanhada por reações sociais, sendo o serviço anônimo de denúncia uma ferramenta acessível, protetora e eficaz.

Porém, à leitura criteriosa das conclusões obtidas, percebe-se que estudos com menor recorte temporal podem, a partir de informações individualizadas, destrinchar ainda mais o perfil dos denunciantes e dos denunciados, para que o serviço do Disque Denúncia da Bahia, juntamente com outras autoridades da segurança pública, educação e saúde, por exemplo, intensifiquem atuações estratégicas de divulgação e retorno das ações decorrentes das denúncias para comunidade.

Ademais, um encaminhamento importante seria a realização de trabalhos internos nos órgãos de segurança pública, de educação em serviço e posterior supervisão, a partir de quando seria devidamente valorizada a importância do retorno, por parte das delegacias, das ações motivadas pelas denúncias ao serviço do Disque Denúncia. Tais retornos reafirmariam a importância do Disque Denúncia frente à própria Secretaria de Segurança Pública, Delegacias, e principalmente à comunidade.

Em relação às ocorrências de homicídio consumado, nota-se a possibilidade de serem realizados outros estudos: sobre anos potenciais de vida perdidos, tendo em vista a constatação de grande quantidade de jovens vitimizados e os efeitos dessas perdas na sociedade; pesquisas que abordem a vitimização por arma de fogo, tendo sido largo número de homicídios ocasionados dessa forma, o que recai na discussão das campanhas de desarmamento e tráfico de armas locais; e pesquisas que partam dos serviços e entre os serviços, com vistas a comparar/ associar zonas de origem das denúncias aos locais de ocorrências.

Uma limitação da pesquisa ainda sobre homicídios esteve em não ser possível fazer associação desse evento com tráfico de drogas, pela subnotificação deste último no que se refere à descrição da localização geográfica no banco de dados da Polícia Civil. Desse modo, muitas dessas ocorrências foram descartadas da análise, havendo distribuição de poucas delas por bairros o que tornaria excessivamente raro o evento para análise estatística. Assim, considera-se viável a realização dessa associação estatística, a partir do momento em que forem intensificados

treinamentos de agentes da polícia ao registro do boletim de ocorrência para melhor descrição do local do crime.

Problema similar houve com os dados oriundos do Disque Denúncia, pois também neles não havia padronização dos dados referentes ao bairro, sendo um dos encaminhamentos deste estudo, a concessão a este serviço de uma tabela com os 44 bairros de Feira de Santana e ao lado, seus nomes alternativos ou antigos, localidades ou de conjunto habitacionais para edição do serviço operacional. Posteriormente, convém aos dois serviços (Polícia Civil e Disque Denúncia) padronizar similarmente os nomes das ruas, e procurar registrar endereços completos, inclusive com os números das residências, quando a ocorrência/ denúncia não for em via pública.

Ainda na perspectiva de treinamentos na Segurança Pública, foi notada urgência em se intensificar supervisão nos aditamentos do banco de dados inicial da abordagem do crime, para que os consolidados mensais e anuais não sejam tão diferentes do banco de dados primário, e a divulgação para a sociedade do perfil da violência em determinado período e local através de relatórios e boletins não esteja distante da realidade vivida.

Neste retorno à sociedade, caberia oportunamente, a divulgação do serviço prestado pelo Disque Denúncia partindo da própria polícia, embasando assim uma via de participação popular na segurança pública.

Por fim, convém salientar frente aos resultados encontrados, que a demanda em se investir nas políticas públicas em prol da melhoria das condições de vida e saúde da população, incluindo emprego, habitação e educação, por exemplo, é latente, e contribuiria para redução da violência seja a perpetrada pelo tráfico de drogas, ou expressa pelo homicídio – principalmente nas regiões onde mais ocorreram os delitos e de onde mais partiram as denúncias.

Nota-se, diante do exposto, que esta pesquisa não esgota sobremaneira as discussões sobre os eventos homicídios e tráfico de drogas e as formas de combate ao crime, mas cumpre sua finalidade em dar visibilidade a aspectos como a participação social e fatores socioeconômicos que afetam a sociedade influenciando na ocorrência desses eventos. Além disso, representa um marco local na realização de pesquisa intersetorial ao buscar munir de conhecimento setores diferentes da sociedade, concatenando ações, e tornando-as verdadeiramente estratégicas.

Dessa forma, afirma-se que muito pode e deve ser feito no plano acadêmico, social e político, com celeridade e eficiência, em prol de contextos mais salutares, justos e pacíficos. Urge, portanto, a coparticipação social e a crença na possibilidade de novos tempos.

## REFERÊNCIAS

- AGUDELO, Saul Franco. Violência, Cidadania e Saúde Pública. In: BARATA, Rita Barradas et al, **Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia**, Rio de Janeiro: Fiocruz/ Abrasco, 1997.
- ALARCAO, Ana Carolina Jacinto; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Marisa. The death of a young son in violent circumstance: understanding the experience of the mother. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. v.16, n.3, p. 341-7, 2008.
- ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e Trabalho: Alguns Aspectos Do Cenário Brasileiro Contemporâneo. **Mercado de Trabalho**, IPEA, v. 37, nov, 2008.
- AQUINO, Rosana; GOUVEIA, Nelson; TEIXEIRA, Maria Glória; COSTA, Maria da Conceição; BARRETO, Maurício L. Estudos Ecológicos (Desenho de Agregados). In: ALMEIDA-FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício L. **Epidemiologia & Saúde: Fundamentos, Métodos, Aplicações**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- ARAÚJO, Edna Maria de; COSTA, Maria da Conceição N.; HOGAN, Vijaya K.; MOTA, Eduardo Luiz Andrade; ARAÚJO, Tânia Maria de; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de. Diferenciais de raça/cor da pele em anos potenciais de vida perdidos por causas externas. **Revista de Saúde Pública**. v.43, n.3, p. 405-12, 2009.
- ARAÚJO, Edna Maria de; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de; SANTANA, Francisco dos Santos; BARRETO, Maurício Lima; HOGAN, Vijaya; ARAÚJO, Tania Maria de. Spatial distribution of mortality by homicide and social inequalities according to race/skin color in an intra-urban Brazilian space. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v.13, n.4, p. 549-60, 2010.
- BAHIA, **Disque Denúncia**. Disponível em <http://www.disquedenuncia.org/>, acessado em 21/08/11 às 16:07h, 2011a.
- \_\_\_\_\_, **Lei complementar nº 35 de 06 de Julho de 2011**. Institui a Região Metropolitana e dá outras providências. Bahia, 2011b.
- \_\_\_\_\_, **Sancionada criação da Região Metropolitana de Feira de Santana**. Disponível em <http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/2011/07/07/sancionada-criacao-da-regiao-metropolitana-de-feira-de-santana/>. Acessado em 13/08/11 às 22:24h, 2011c.
- BARBOSA, Andréa Maria Ferreira; FERREIRA, Luiz Oscar Cardoso; BARROS, Maria Dilma de Alencar. Homicídios e condão de vida: a situação na cidade de Recife, Pernambuco. **Epidemiologia e Serviços Saúde**, Brasília, v.20, n.2, p. 141-150, abr-jun, 2011.
- BARROS, Maria Dilma de A; XIMENES, Ricardo; LIMA, Maria Luiza C de. Mortalidade por causas externas em crianças e adolescentes: tendências de 1979 a 1995. **Revista de Saúde Pública**. v.35, n.2, p. 142-9, 2001.

BASTOS, Márcia de Jesus Rocha Pereira; PEREIRA, Jacira dos Anjos; SMARZARO, Dorian Chim; COSTA, Everaldo Francisco; BOSSANEL, Regina Célia Lobo; OLIOSA, Durvalina Maria Sesari; PEREIRA, Joseanny Gomes Poltronieri; FEITOSA, Hideko Nagatani; COSTA, Marcilene Favarato da; OLIVEIRA, Fabiano José Pereira de; FÁVERO, Juliana Lopes; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Análise ecológica dos acidentes e da violência letal em Vitória, ES. **Revista de Saúde Pública**. v.43, n.1, p. 123-32, 2009.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; MARINHO, Frederico Couto; REIS, Ilka Afonso; ALMEIDA, Maria Cristina de Mattos. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. **Caderno de Saúde Pública**. v.17, n.5, p. 1163-1171, 2001.

BINS, Helena de Castro; DOLER, Cíntia; TEITELBAUM, Paulo Oscar. Homicídio seguido de suicídio: relato de caso. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. v.31, n.2, p. 128-31, 2009.

BORGES, Luciana Souza; ALENCAR, Heloisa Moulin de. Moralidade e homicídio: um estudo sobre a ação do transgressor. **Paidéia**. v.19, n.44, p. 293-302, 2009.

BORGES, Luciana Souza; ALENCAR, Heloisa Moulin de. Moralidade e homicídio: um estudo sobre a motivação do transgressor. **Psicologia: Reflexão e crítica**. v.19, n.3, p. 451-9, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 agosto. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm). Acesso em 10/01/13.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, **Evolução da Mortalidade por Violência no Brasil e Regiões**. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=24448](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=24448), acessado em 07/08/11 às 21:08h, 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, **Vigilância Epidemiológica de Violências e Acidentes**. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=30313](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=30313), acessado em 12/07/11 às 16:56h, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dezembro. 1998. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/344\\_98.htm](http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/344_98.htm). Acesso em 10/01/13.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 1937/2007**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7o do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 2.669, de 3 de novembro de 2009.** Diário Oficial da União, Gabinete do Ministro, Brasília, DF, 6 nov. 2009, n.212. Seção 1, p.58, 2009a.

\_\_\_\_\_. **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública: Texto-Base.** Brasília: Ministério da Justiça, 2009b.

CAIAFFA, Waleska Teixeira; ALMEIDA, Maria Cristina de Mattos; OLIVEIRA, Cláudia Di Lorenzo; FRICHE, Amélia Augusta de Lima; MATOS, Sônia Gesteira e; DIAS, Maria Angélica Salles; CUNHA, Maria da Consolação Magalhães; PESSANHA, Eduardo; PROIETTI, Fernando Augusto. The urban environment from the health perspective: the case of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. **Caderno de Saúde Pública.** v.21, n.3, p. 958-67, 2005.

CAMARGO, Eduardo Celso Gerbi; DRUCK, Suzana; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira Monteiro; FREITAS, Corina Costa; CÂMARA, Gilberto. Mapeamento do risco de homicídio com base na co-krigeagem binomial e simulação: um estudo de caso para São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública.** v.24, n.7, p. 1493-508, 2008.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados.** v.17, n.47, p. 43-73, 2003.

COSTA JÚNIOR. Paulo José da. **Curso de direito penal.** Vol.II. São Paulo: Saraiva, 1991.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; CARVALHO, Rosely Cabral de; BÁRBARA, Josele de F. R. Santa; SANTOS, Carlos Antônio S. T. Santos; GOMES, Waldelene de A.; SOUSA, Heloísa Lima de. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.12, n.5, p.1129-1141, 2007.

DEL PINO, Viviane; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Flexibilidade mental na resolução de problemas em indivíduos que cumprem pena por homicídio qualificado. **Psicologia: Reflexão e Crítica.** v.21, n.1, p. 142-50, 2008.

DISQUE DENÚNCIA DA BAHIA. **Manual Operacional do Aplicativo Disque Denúncia.** Salvador: Disque Denúncia da Bahia, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH,** v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.

GARBAYO, Juliana; ARGOLO, Marcos José Relvas. Crime e doença psiquiátrica: perfil da população de um hospital de custódia no Rio de Janeiro. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria.** v.57, n.4, p. 247-52, 2008.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade.** v.20, n.2, p. 267-276, 2008.

HENNINGTON, Élide Azevedo; MENEGHEL, Stela Nazareth; BARROS, Fernanda de Souza; SILVA, Luciano Barros da; GRANO, Michelle da Silva; SIQUEIRA, Thais Pereira;

STEFENON, Cristiane. Mortalidade por homicídios em Município da Região Sul do Brasil, 1996 a 2005. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.11, n.3, p. 431-41, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Resultados divulgados no Diário Oficial da União, 04.11.2010**. 2010. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_dou/BA2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/BA2010.pdf), acessado em 20/08/11, às 23:35h.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS (ILANUD). **O impacto da violência sobre crianças e jovens**. (apostila Programa de Segurança Humana Crianças e Jovens) Rio de Janeiro: Caravana Comunidade Segura, 2007. Disponível em: <http://www.ilanud.org.br/biblioteca/publicacoes-diversas/>, acessado em 22/07/11, às 22h.

KILSZTAJN, Samuel; CARMO, Manuela Santos Nunes do; SUGAHARA, Gustavo Toshiaki Lopes; LOPES, Erika de Souza. Vítimas da cor: homicídios na região metropolitana de São Paulo, Brasil, 2000. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.5, pp:1408-1415, set-out, 2005.

KODATO, Sergio; SILVA, Ana Paula Soares da. Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.13, n.3, p. 505-515, 2000.

KRUG, Etienne.G.; DAHLBER, Linda L.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO, Rafael. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LIMA, Maria Luiza C.; XIMENES, Ricardo A. de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; LUNA, Carlos Feitosa Luna; ALBUQUERQUE, Maria de Fátima P. Militão. Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco. **Revista de Saúde Pública**, v.39, n.2, 2005a.

LIMA, Maria Luiza C. de; XIMENES, Ricardo A. de A.; FEITOSA, Carlos Luna; SOUZA, Edinilsa Ramos de; ALBUQUERQUE, Maria de Fátima P. Militão; BARROS, Maria Dilma de Alencar; SOUZA, Wayner Vieira de; LAPA, Tiago Maria. Conglomerados de violência em Pernambuco, Brasil. **Revista Panamericana Salud Publica**. v.18, n.2, p. 122-128, 2005b.

LIMA, Maria Luiza C. de; SOUZA, Edinilza Ramos de; XIMENES, Ricardo; ALBUQUERQUE, Maria de Fátima P. M. de; BITOUND, Jan; BARROS, Maria Dilma de A. Evolução de homicídios por área geográfica em Pernambuco entre 1980 e 1998. **Revista de Saúde Pública**. v.36, n.4, p. 462-9, 2002.

LOZADA, Elizabeth Mitiko Konno de; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas; ANDRADE, Selma Maffei de; AIDAR, Tirza. Tendência da mortalidade por homicídios no Estado do Paraná, segundo Regionais de Saúde, 1979 a 2005. **Revista Brasileira de Epidemiologia** v.12, n.2, 2009.

MARTINS, Mayra Costa; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Caderno de Saúde Pública**. v.24, n.5, p. 1112-1120, 2008.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; SILVA, Marta Maria Alves da; MALTA, Deborah Carvalho; MOURA Lenildo de; GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; COSTA, Valter Chaves; SOUZA, Maria de Fátima Marinho; MORAIS NETO, Otaliba Libânio de. Atendimentos de emergência por acidentes na Rede de Vigilância de Violências e Acidentes: Brasil, 2006. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.14, n.5, p. 1657-1668, 2009.

MEDRONHO, Roberto de Andrade. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu. 2004

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.4, n.1, p. 7-23, 1999.

MOREIRA, Marcelo Rasga; CRUZ NETO, Otavio; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Um olhar sobre condições de vida: mortalidade de crianças e adolescentes residentes em Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. v.19, n.1, p. 161-173, 2003.

MOURA, Cláudio Luiz de Araújo; ARAÚJO, Edna Maria de; CHAVES, Joselisa Maria. Mortes por causas externas: Modelagem através de geotecnologia dos homicídios ocorridos no perímetro urbano da cidade Feira de Santana-Ba no período de 2000-2005. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011**. Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p0775.pdf>, acessado em 17/07/11 às 15:59h.

NACHIF, Maria Cristina Abrão. **Vulnerabilidade ao homicídio: sócio-história das mortes violentas na cidade de Campo Grande/ Mato Grosso do Sul**. 2004. 109 f., il. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) — Rede Centro Oeste, Convênio Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa Multiinstitucional de Pós Graduação em Ciências da Saúde, Campo Grande, 2006.

NADANOVSKY, Paulo; CELESTE, Roger Keller; WILSON, Margo; DALY, Martin. Homicídio e impunidade: análise ecológica em nível de estado no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. V. 43, n. 5, p. 733-42, 2009.

NASCIMENTO, Ari Bassi. Uma visão crítica das políticas de descriminalização e de *patologização* do usuário de drogas. **Psicologia em Estudo**. v.11, n.1, p. 185-190, 2006.

OLIVEIRA, Adriano. As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade tráfico de drogas. **Dados**. v.50, n.4, p. 699-720, 2007.

OLIVEIRA, Marcel Gomes de. A História do Delito de Homicídio. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 90, 2011 [Internet]. Disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9832](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9832). Acessado em 07/08/2011 às 15:33h.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Epidemiologia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1999.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; SANTOS, Patrícia Carla dos. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública**. v.39, n.1, p.58-66, 2005.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; VICENTIN, Diego; NERY, Marcelo Batista; LIMA, Renato Sérgio de; SOUZA, Edinilza Ramos de; CERDA, Magdalena; CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Revista Panamericana de Salud Publica**. v.29, n.1, p.17-26, 2011.

PRIULI, Roseana Mara Aredes; MORAES, Maria Silvia de. Adolescentes em conflito com a lei. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.12, n.5, p. 1185-92, 2007.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e Violência: o desafio do brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública. In: ADORNO, Sérgio et al. **Segurança Pública**. Cadernos Adenauer IX, n.4. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

REICHENHEIM, Michael Eduardo; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MORAES, Cláudia Leite; JORGE, Maria Helena Prado de Mello; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **The Lancet**. v. 377, n. 9781, p. 1962-75, 2011.

ROJAS, María del Carmen; MEICHTRY, Norma Cristina; CIUFFOLINI, María Beatriz; VÁZQUEZ, Juan Carlos; CASTILLO, Julio. Repensando de manera holística el riesgo de la vivienda urbana precaria para la salud: un análisis desde el enfoque de la vulnerabilidad sociodemográfica (a). **Salud Colectiva**, v. 4, n. 2, p. 187 – 201, 2008.

ROTHMAN, Kenneth J.; GREENLAND, Sander; LASH, Timothy L. **Modern Epidemiology**. 3ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2008.

ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar. Elementos de Metodologia Epidemiológica. In: ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO. **Epidemiologia & Saúde**. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica Ltda., 1994.

SANTOS, Eddy. **Em 2010, Feira de Santana registrou 397 homicídios**, 2010. Disponível em <http://www.rbrnoticia.com.br/?p=13339>, acessado em 30/07/11 às 22:44h.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. **Sociedade & Natureza**. v.21, n.1, p. 131-145, 2009.

SÁ, Samantha Dubugras; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Homicídio seguido de suicídio na cidade de Porto Alegre. **Estudos de Psicologia**. v.24, n.2, p.181-189, 2007.

SECRETARIA DA METODOLOGIA DO DISQUE DENÚNCIA. **Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

SZWARCWALD, Célia Landman; CASTILHO, Euclides Ayres de. Mortalidade por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial. **Revista Panamericana de Salud Publica**. v.4, n.3, 1998.

TEIXEIRA, Eduardo Henrique; DALGALARRONDO, Paulo. Crime, diagnóstico psiquiátrico e perfil da vítima: um estudo com a população de uma casa de custódia do estado de São Paulo. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. v.55, n.3, p. 192-4, 2006.

TRINDADE, Andréa. **182 pessoas assassinadas em Feira de Santana no primeiro semestre**, 2011. Disponível em: <http://www.acordacidade.com.br/noticias/77637/182-pessoas-assassinadas-em-feira-de-santana-no-primeiro-semester-veja-os-bairros.html>, acessado em 15/07/11 às 22:42h.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **Drugs crime and violence: the microlevel impact**. New York: United Nations Organization, 2004.

VALENCA, Alexandre Martins. Aspectos psicopatológicos e forenses de mulheres homicidas com diagnóstico de transtornos psicóticos primários: estudo de série de casos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. v.57, n.4, p. 253-60, 2008.

VALENCA, Alexandre Martins; MEZZASALMA, Marco André; NASCIMENTO, Isabella; NARDI, Antonio Egídio. Matricídio e transtorno bipolar. **Revista de Psiquiatria Clínica**. v.36, n.4, p. 170-4, 2009.

VILLELA, Lenice de Castro Mendes; MORAES, Suzana Alves de; SUZUKI, Cláudio Shigueki; FREITAS, Isabel Cristina Martins de. Tendência da mortalidade por homicídios em Belo Horizonte e região metropolitana: 1980-2005. **Revista de Saúde Pública**. v.44, n.3, pp. 486-95, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari ; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Neurociência de consumo e dependência a substâncias psicoactivas: resumo**. Genebra: World Health Organization, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Preventing violence: a guide to implementing the recommendations of the World Report on Violence and Health**. World Health Organization, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Violence prevention: the evidence**. World Health Organization, 2010.

**APÊNDICE A – Termo de Solicitação****UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
COLEGIADO DE ENFERMAGEM****SOLICITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS**

**De:** Eva Carneiro Silva Passos  
Discente do Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva  
**Para:** Dayse Dantas Oliveira  
Coordenadora do Disque Denúncia da Bahia

Data: 20/09/11

**TERMO DE SOLICITAÇÃO**

Eu, Eva Carneiro Silva Passos, discente do Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS venho através deste, solicitar à coordenação do Disque Denúncia da Bahia, na pessoa da Coordenadora Dayse Dantas Oliveira, a utilização do banco de dados do Disque Denúncia da Bahia, como fonte de dados para a pesquisa **DISQUE DENÚNCIA, HOMICÍDIOS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS EM FEIRA DE SANTANA E REGIÃO METROPOLITANA, 2006-2011**, sub projeto da pesquisa **DROGAS E HOMICÍDIO NO ESTADO DA BAHIA: o papel do Disque Denúncia**, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), através do edital 022/2010.

Em tempo, declaro não haver conflito de interesses e afirmo que os dados utilizados serão resguardados em termos de sua confidencialidade.

Certa de contar com a compreensão e atendimento à solicitação, desde já agradeço.

---

**Eva Carneiro Silva Passos**

Discente do Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva

**APÊNDICE B – Tabela I**

**Tabela I** – Ocorrências de tráfico de drogas nas regiões fora da zona urbana de Feira de Santana, registrados na 1ª Coordenadoria de Polícia, 2006 - 2011.

*Table I* – Occurrences of Drug Trafficking regions outside of the urban perimeter of Feira de Santana, registered at 1<sup>st</sup> Police Coordination, 2006 – 2011.

Regiões	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Dado Perdido	27	50	48	79	126	110	440
BA 001	1	0	0	0	0	0	1
BR 116-NORTE	1	0	0	0	0	0	1
BR 324	4	0	0	0	0	0	4
Distrito de Humildes	0	0	1	0	3	0	4
Distrito de Jaíba	0	0	0	0	0	1	1
Distrito de Maria Quitéria	0	0	0	2	0	0	2
Distrito de Matinha	0	0	0	0	0	1	1
Município de Santo Estevão	0	0	1	1	0	0	2
Município de Tanquinho	0	0	0	1	0	0	1
Povoado de Magalhães	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>83</b>	<b>129</b>	<b>113</b>	<b>458</b>

## APÊNDICE C – Tabela II

**Tabela II** – Homicídios ocorridos em regiões fora da zona urbana de Feira de Santana, registrados na 1ª Coordenadoria de Polícia, 2006 – 2011.

*Table II* – Homicides occurred at regions outside of the urban perimeter of Feira de Santana, registered at 1<sup>st</sup> Police Coordination, 2006 – 2011.

Regiões	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Dado Perdido	2	0	0	4	0	2	8
BA 001	0	0	0	0	0	1	1
BR 116-Norte	0	0	3	0	2	1	6
BR 116-Sul	2	0	4	0	1	0	7
BR 324	0	0	0	0	2	0	2
Distrito de Bonfim de Feira	0	0	1	0	3	3	7
Distrito de Humildes	1	1	1	1	1	3	8
Distrito de Ipuçu	0	0	2	0	2	2	6
Distrito de Jaguará	0	2	0	2	1	1	6
Distrito de Jaíba	0	0	0	3	2	3	8
Distrito de Mantiba	0	0	0	0	0	1	1
Distrito de Maria Quitéria	3	4	1	2	5	6	21
Distrito de Matinha	0	0	0	0	0	2	2
Distrito de São Francisco/ Prado	0	4	2	0	2	2	10
Distrito de São José	0	2	2	2	4	1	11
Distrito de Terra Dura	0	0	0	0	0	1	1
Município de São Gonçalo	0	0	0	0	0	1	1
Total	8	13	16	14	25	30	106

## APÊNDICE D – Tabela III

**Tabela III** – Homicídios por bairro em Feira de Santana, 2006 – 2011.**Table III** – Homicides by neighbourhood at Feira de Santana, 2006 – 2011.

Bairro	2006		2007		2008		2009		2010		2011		Total
	n	por 100 mil hab.											
35° BI (5746)	59	102,68	40	69,614	59	102,68	68	118,34	7	12,18	0	0,00	233
Aeroporto (648)	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Asa Branca <sup>I</sup> (5354)	2	3,74	1	1,87	4	7,47	0	0,00	3	5,60	3	5,60	13
Aviário (11912)	0	0,00	2	1,68	2	1,68	2	1,68	17	14,27	6	5,04	29
Baraúnas (8093)	2	2,47	5	6,18	6	7,41	4	4,94	2	2,47	2	2,47	21
Brasília <sup>II</sup> (21168)	13	6,14	13	6,14	10	4,72	30	14,17	28	13,23	31	14,64	125
Calumbi <sup>III</sup> (19858)	8	4,03	12	6,04	7	3,53	12	6,04	10	5,04	13	6,55	62
Campo do Gado Novo (2471)	0	0,00	3	12,14	3	12,14	15	60,70	1	4,05	7	28,33	29
Campo Limpo <sup>IV</sup> (47060)	5	1,06	9	1,91	14	2,97	27	5,74	32	6,80	28	5,95	115
Capuchinhos (3216)	3	9,33	0	0,00	1	3,11	3	9,33	1	3,11	2	6,22	10
CASEB (10982)	3	2,73	4	3,64	4	3,64	2	1,82	5	4,55	8	7,28	26
Centro <sup>V</sup> (11382)	7	6,15	15	13,18	2	1,76	5	4,39	20	17,57	11	9,66	60
Chácara São Cosme (4283)	0	0,00	1	2,33	0	0,00	1	2,33	0	0,00	1	2,33	3
Cidade Nova (9974)	2	2,01	1	1,00	1	1,00	6	6,02	3	3,01	2	2,01	15
CIS <sup>VI</sup> (7887)	2	2,54	0	0,00	2	2,54	0	0,00	2	2,54	2	2,54	8
Conceição <sup>VII</sup> (21694)	2	0,92	5	2,30	4	1,84	4	1,84	6	2,77	5	2,30	26
Cruzeiro (3104)	1	3,22	0	0,00	1	3,22	1	3,22	1	3,22	1	3,22	5
Gabriela (17618)	6	3,41	3	1,70	5	2,84	3	1,70	7	3,97	5	2,84	29
Jardim Acácia (9009)	0	0,00	0	0,00	1	1,11	2	2,22	2	2,22	0	0,00	5
Jardim Cruzeiro (14694)	5	3,40	1	0,68	3	2,04	2	1,36	6	4,08	8	5,44	25
Lagoa Grande (12229)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Lagoa Salgada (5624)	0	0,00	0	0,00	1	1,78	0	0,00	2	3,56	2	3,56	5
Limoeiro (3393)	0	0,00	0	0,00	2	5,89	1	2,95	0	0,00	2	5,89	5
Mangabeira <sup>VIII</sup> (20819)	4	1,92	2	0,96	9	4,32	7	3,36	6	2,88	7	3,36	35

**Tabela III (continuação)** – Homicídios por bairro em Feira de Santana, 2006 – 2011.**Table III (continuation)** – Homicides by neighbourhood at Feira de Santana, 2006 – 2011.

Bairro	2006		2007		2008		2009		2010		2011		Total
	n	por 100 mil hab.											
Muchila <sup>IX</sup> (22496)	6	2,67	2	0,89	2	0,89	5	2,22	11	4,89	3	1,33	29
Nova Esperança <sup>X</sup> (1797)	0	0,00	1	5,56	1	5,56	3	16,69	0	0,00	2	11,13	7
Novo Horizonte (3333)	0	0,00	0	0,00	2	6,00	4	12,00	3	9,00	1	3,00	10
Olhos D'Água (5559)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,80	1
Pampalona <sup>XI</sup> (6002)	3	5,00	1	1,67	3	5,00	3	5,00	10	16,66	5	8,33	25
Papagaio (6657)	2	3,00	2	3,00	4	6,01	2	3,00	6	9,01	6	9,01	22
Parque Getúlio Vargas (3023)	1	3,31	0	0,00	2	6,62	2	6,62	3	9,92	5	16,54	13
Parque Ipê (16469)	2	1,21	3	1,82	2	1,21	6	3,64	3	1,82	4	2,43	20
Pedra do Descanso <sup>XII</sup> (11156)	0	0,00	3	2,69	3	2,69	1	0,90	2	1,79	4	3,59	13
Ponto Central <sup>XIII</sup> (7221)	3	4,15	11	15,23	8	11,08	8	11,08	6	8,31	0	0,00	36
Queimadinha (19203)	2	1,04	8	4,17	12	6,25	9	4,69	12	6,25	9	4,69	52
Rua Nova (13078)	6	4,59	7	5,35	9	6,88	8	6,12	6	4,59	14	10,71	50
Santa Mônica (11617)	2	1,72	3	2,58	5	4,30	1	0,86	2	1,72	1	0,86	14
Santo Antônio dos Prazeres (5566)	2	3,59	3	5,39	4	7,19	2	3,59	5	8,98	3	5,39	19
São João <sup>XIV</sup> (10239)	0	0,00	2	1,95	2	1,95	3	2,93	2	1,95	1	0,98	10
Serraria Brasil <sup>XV</sup> (8368)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,20	0	0,00	1	1,20	2
SIM (2700)	0	0,00	1	3,70	3	11,11	4	14,81	2	7,41	1	3,70	11
Sobradinho (4579)	1	2,18	2	4,37	6	13,10	1	2,18	4	8,74	3	6,55	17
Subaé <sup>XVI</sup> (3677)	1	2,72	0	0,00	2	5,44	3	8,16	16	43,51	18	48,95	40
Tomba <sup>XVII</sup> (55007)	7	1,27	11	2,00	10	1,82	11	2,00	36	6,54	34	6,18	109
<b>TOTAL</b>	<b>162</b>		<b>177</b>		<b>221</b>		<b>272</b>		<b>290</b>		<b>262</b>		<b>1384</b>

<sup>I</sup> Inclui o sub-bairro Pedra Ferrada;

<sup>II</sup> Inclui os sub-bairros Jomafa, Eucalipto e Vietnam;

<sup>III</sup> Inclui os sub-bairros Feira IX e expansão, Feira IV, Tanque da Nação e Loteamento Monte Pascoal;

<sup>IV</sup> Inclui os sub-bairros Feira VI, George Américo e Conjunto Morada das Árvores;

<sup>V</sup> Inclui os sub-bairros Kalilândia, Barroquinha e Pilão;

<sup>VI</sup> Inclui o sub-bairro Viveiros;

<sup>VII</sup> Inclui o sub-bairro Parque Brasil;

- <sup>VIII</sup> Inclui os sub-bairros João Paulo, Feira V e Agrovila;
- <sup>IX</sup> Inclui os sub-bairros Jussara e Feira X;
- <sup>X</sup> Inclui o sub-bairro Tanque do Urubu;
- <sup>XI</sup> Inclui o sub-bairro Sítio Novo;
- <sup>XII</sup> Inclui o sub-bairro Três Riachos;
- <sup>XIII</sup> Inclui o sub-bairro Estação Nova;
- <sup>XIV</sup> Inclui o sub-bairro Coronel José Pinto;
- <sup>XV</sup> Inclui o sub-bairro Mar da Tranquilidade;
- <sup>XVI</sup> Inclui o sub-bairro Parque Lagoa Subaé;
- <sup>XVII</sup> Inclui os sub-bairros Feira VII, Parque Tamandari, Parque Panorama, Conjunto Fraternidade, Sítio Matias e Conjunto Francisco Pinto

## APÊNDICE E – Tabela IV

**Tabela IV** – Ocorrências de Homicídios por mês e ano na zona urbana de Feira de Santana, 2006 – 2011.

*Table IV* – Homicides occurrences by month and year, at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 – 2011.

Mês	2006		2007		2008		2009		2010		2011		Total
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Janeiro	17	10,49	10	5,65	24	10,86	10	3,68	36	12,41	16	6,11	113
Fevereiro	11	6,79	8	4,52	14	6,33	8	2,94	19	6,55	7	2,67	67
Março	20	12,35	13	7,34	20	9,05	27	9,93	22	7,59	28	10,69	130
Abril	17	10,49	15	8,47	8	3,62	21	7,72	33	11,38	10	3,82	104
Maiο	8	4,94	15	8,47	19	8,60	28	10,29	31	10,69	18	6,87	119
Junho	17	10,49	17	9,60	11	4,98	18	6,62	22	7,59	22	8,40	107
Julho	8	4,94	19	10,73	27	12,22	31	11,40	20	6,90	37	14,12	142
Agosto	12	7,41	13	7,34	17	7,69	19	6,99	21	7,24	29	11,07	111
Setembro	12	7,41	11	6,21	23	10,41	23	8,46	24	8,28	27	10,31	120
Outubro	12	7,41	19	10,73	21	9,50	32	11,76	23	7,93	21	8,02	128
Novembro	15	9,26	18	10,17	16	7,24	26	9,56	21	7,24	34	12,98	130
Dezembro	13	8,02	19	10,73	21	9,50	29	10,66	18	6,21	13	4,96	113
Total	162	100,00	177	100,00	221	100,00	272	100,00	290	100,00	262	100,00	1384

## APÊNDICE F – Tabela V

**Tabela V** – Frequências das idades das vítimas de homicídio na zona urbana de Feira de Santana, 2006 – 2011.**Table V** – Frequency of ages of homicides victims, at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 – 2011.

Frequência de idades das vítimas	2006		2007		2008		2009		2010		2011		Total
	N	%	N	%	N	%	n	%	n	%	n	%	
0 a 9	0	-	0	-	0	-	0	0,00	1	0,34	0	0,00	1
10 a 14	1	0,62	0	-	6	2,71	4	1,47	3	1,03	3	1,15	17
15 a 19	23	14,20	30	16,95	24	10,86	44	16,18	58	20,00	42	16,03	221
20 a 24	52	32,10	43	24,29	51	23,08	49	18,01	63	21,72	53	20,23	311
25 a 29	33	20,37	37	20,90	47	21,27	40	14,71	47	16,21	40	15,27	244
30 a 34	16	9,88	17	9,60	26	11,76	24	8,82	26	8,97	32	12,21	141
35 a 39	12	7,41	11	6,21	11	4,98	12	4,41	23	7,93	24	9,16	93
40 a 44	10	6,17	9	5,08	8	3,62	17	6,25	7	2,41	13	4,96	64
45 a 49	6	3,70	5	2,82	5	2,26	6	2,21	11	3,79	6	2,29	39
50 a 59	5	3,09	5	2,82	6	2,71	9	3,31	7	2,41	3	1,15	35
60 a 69	0	-	1	0,56	3	1,36	5	1,84	4	1,38	6	2,29	19
70 acima	0	-	1	0,56	0	0,00	0	0,00	3	1,03	6	2,29	10
Dado Perdido	4	2,47	18	10,17	34	15,38	62	22,79	37	12,76	34	12,98	189
Total	162	100,00	177	100,00	221	100,00	272	100,00	290	100,00	262	100,00	1384

## APÊNDICE G – Tabela VI

**Tabela VI** – Ocorrências de Tráfico de Drogas na zona urbana de Feira de Santana, 2006 – 2011.  
**Table VI** – Occurrences of Drug Trafficking at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 – 2011.

BAIRRO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
35° BI (5746)	0	0	1	1	3	5	10
Aeroporto (648)	0	0	0	0	0	0	0
Asa Branca (5354)	0	2	0	1	0	0	3
Aviário (11912)	2	4	2	6	3	2	19
Baraúnas (8093)	6	12	16	12	17	22	85
Brasília (21168)	1	4	4	11	20	6	46
Calumbi (19858)	2	3	4	8	5	11	33
Campo do Gado Novo (2471)	0	0	2	0	0	0	2
Campo Limpo (47060)	1	6	3	17	13	15	55
Capuchinhos (3216)	1	0	0	0	1	3	5
CASEB (10982)	0	1	3	1	5	1	11
Centro (11382)	3	6	10	14	20	22	75
Chácara São Cosme (4283)	0	0	0	1	3	3	7
Cidade Nova (9974)	1	1	0	1	1	2	6
CIS (7887)	0	0	0	1	3	2	6
Conceição (21694)	0	4	2	0	2	9	17
Cruzeiro (3104)	1	0	0	0	2	1	4
Gabriela (17618)	1	1	2	6	4	1	15
Jardim Acácia (9009)	0	0	0	2	0	3	5
Jardim Cruzeiro (14694)	1	1	0	2	3	5	12
Lagoa Grande (12229)	0	1	0	1	6	3	11
Lagoa Salgada (5624)	0	0	1	0	0	0	1
Limoeiro (3393)	0	0	0	0	0	1	1
Mangabeira (20819)	1	0	3	7	4	14	29
Muchila (22496)	8	4	2	5	14	7	40
Nova Esperança (1797)	0	0	0	0	0	1	1
Novo Horizonte (3333)	1	0	1	0	0	2	4
Olhos D'Água (5559)	0	1	0	0	2	5	8
Pampalona (6002)	0	0	0	0	0	3	3
Papagaio (6657)	0	1	1	1	0	0	3
Parque Getúlio Vargas (3023)	0	0	0	0	0	0	0
Parque Ipê (16469)	0	1	2	2	3	3	11
Pedra do Descanso (11156)	2	1	2	3	2	3	13
Ponto Central (7221)	0	1	2	2	3	1	9

**Tabela VI (continuação)** – Ocorrências de Tráfico de Drogas na zona urbana de Feira de Santana, 2006 – 2011.

**Table VI (continuation)** – Occurrences of Drug Trafficking at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 – 2011.

BAIRRO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Queimadinha (19203)	2	5	6	13	16	13	55
Rua Nova (13078)	3	6	15	20	26	25	95
Santa Mônica (11617)	0	0	1	2	1	3	7
Santo Antônio dos Prazeres (5566)	0	0	0	0	2	0	2
São João (10239)	1	2	4	5	8	2	22
Serraria Brasil (8368)	0	2	0	2	2	0	6
SIM (2700)	0	0	1	1	0	1	3
Sobradinho (4579)	0	0	1	1	2	0	4
Subaé (3677)	0	0	2	0	0	2	4
Tomba (55007)	2	8	5	15	26	32	88
Total	40	78	98	164	222	234	836

## APÊNDICE H – Tabela VII

**Tabela VII** – Ocorrências de Tráfico de Drogas por mês e ano na zona urbana de Feira de Santana, 2006 – 2011.**Table VII** – Drug Trafficking occurrences by month and year, at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 – 2011.

Mês	2006		2007		2008		2009		2010		2011		Total
	N	%	n	%	n	%	N	%	N	%	n	%	
Janeiro	1	2,50	5	6,41	4	4,08	11	6,71	26	11,71	29	12,39	76
Fevereiro	2	5,00	5	6,41	5	5,10	8	4,88	13	5,86	26	11,11	59
Março	5	12,50	8	10,26	5	5,10	15	9,15	16	7,21	13	5,56	62
Abril	4	10,00	10	12,82	18	18,37	11	6,71	12	5,41	27	11,54	82
Maiο	4	10,00	3	3,85	4	4,08	14	8,54	22	9,91	20	8,55	67
Junho	2	5,00	5	6,41	4	4,08	17	10,37	23	10,36	14	5,98	65
Julho	8	20,00	4	5,13	16	16,33	15	9,15	18	8,11	18	7,69	79
Agosto	3	7,50	12	15,38	10	10,20	9	5,49	24	10,81	19	8,12	77
Setembro	3	7,50	5	6,41	8	8,16	9	5,49	12	5,41	10	4,27	47
Outubro	4	10,00	7	8,97	7	7,14	22	13,41	17	7,66	10	4,27	67
Novembro	3	7,50	9	11,54	7	7,14	19	11,59	18	8,11	26	11,11	82
Dezembro	1	2,50	5	6,41	10	10,20	14	8,54	21	9,46	22	9,40	73
Total	40	100,00	78	100,00	98	100,00	164	100,00	222	100,00	234	100,00	836

## APÊNDICE I – Tabela VIII

**Tabela VIII** – Condições Sociodemográficas e econômicas por bairro de Feira de Santana, 2010.**Table VIII** – Sociodemographic and economics conditions for each neighbourhood of Feira de Santana, 2010.

Bairros	Idade Média	Prop. de Homens	Renda Média	Taxa de Dist. de Água	Taxa de coleta de lixo	Taxa de alfabetização**	Prop. de pessoas negras
35° BI (5746)	30	0.50	0.70	0.43	0.28	74.6	0.91
Aeroporto (648)	29	0.49	0.64	0.42	1.00	85.2	0.89
Asa Branca (5354)	27	0.49	0.61	0.87	1.00	81.1	0.87
Aviário (11912)	31	0.48	1.20	0.91	0.94	90.5	0.76
Baraúnas (8093)	34	0.46	1.76	0.89	0.99	94.4	0.71
Brasília (21168)	28	0.47	0.91	0.97	1.00	91.9	0.78
Calumbi (19858)	27	0.51	0.48	0.55	0.68	71.8	0.91
Campo do Gado Novo (2471)	29	0.48	0.83	0.69	0.97	89.8	0.80
Campo Limpo (47060)	38	0.44	2.80	0.92	1.00	97.6	0.57
Capuchinhos (3216)	32	0.45	1.45	0.89	0.98	94.2	0.75
CASEB (10982)	35	0.45	1.83	0.92	0.99	92.8	0.71
Centro (11382)	33	0.46	1.12	0.99	1.00	92.9	0.79
Chácara São Cosme (4283)	35	0.46	1.78	0.82	0.96	97.4	0.65
Cidade Nova (9974)	26	0.50	0.51	0.94	0.99	85.8	0.85
CIS (7887)	28	0.49	0.98	0.92	0.97	88.1	0.80
Conceição (21694)	33	0.47	1.46	0.91	1.00	93.9	0.69
Cruzeiro (3104)	28	0.48	0.76	0.85	0.97	91.8	0.81
Gabriela (17618)	31	0.47	1.45	0.98	0.89	94.4	0.76
Jardim Acácia (9009)	33	0.47	1.14	0.77	1.00	93.1	0.74
Jardim Cruzeiro (14694)	28	0.48	0.72	0.95	0.99	86.7	0.83
Lagoa Grande (12229)	29	0.48	2.18	0.77	0.79	86.8	0.75

**Tabela VIII (continuação)**– Condições Sociodemográficas e econômicas por bairro de Feira de Santana, 2010.  
**Table VIII (continuation)**– Sociodemographic and economics conditions for each neighbourhood of Feira de Santana, 2010.

Bairros	Idade Média	Prop. de Homens	Renda Média*	Taxa de Dist. de Água	Taxa de coleta de lixo	Taxa de alfabetização	Prop. de pessoas negras
Lagoa Salgada (5624)	29	0.50	0.76	0.80	1.00	83.2	0.84
Limoeiro (3393)	29	0.48	1.12	0.91	0.95	91.0	0.76
Mangabeira (20819)	31	0.47	1.40	0.99	0.97	95.1	0.74
Muchila (22496)	26	0.50	0.50	0.79	1.00	71.5	0.88
Nova Esperança (1797)	27	0.48	0.51	0.91	1.00	81.2	0.81
Novo Horizonte (3333)	33	0.45	1.30	0.95	0.99	93.7	0.78
Olhos D'Água (5559)	30	0.48	0.86	0.41	1.00	90.2	0.82
Pampalona (6002)	27	0.50	0.82	0.71	1.00	84.9	0.83
Papagaio (6657)	34	0.47	1.91	0.92	0.99	92.6	0.71
Parque Getúlio Vargas (3023)	30	0.48	1.28	0.82	0.99	93.6	0.74
Parque Ipê (16469)	29	0.47	2.06	0.98	0.93	93.0	0.75
Pedra do Descanso (11156)	36	0.43	2.20	0.94	0.88	96.4	0.63
Ponto Central (7221)	31	0.46	1.31	0.96	0.98	90.0	0.76
Queimadinha (19203)	30	0.47	0.60	0.97	1.00	85.0	0.88
Rua Nova (13078)	34	0.46	2.56	0.88	0.94	94.3	0.65
Santa Mônica (11617)	28	0.49	0.98	0.92	0.99	87.1	0.85
Santo Ant. dos Prazeres (5566)	34	0.45	1.34	0.84	0.93	93.3	0.73
São João (10239)	37	0.44	1.82	0.93	1.00	96.3	0.72
Serraria Brasil (8368)	30	0.49	2.37	0.71	1.00	92.5	0.72
SIM (2700)	34	0.45	1.58	0.81	0.94	94.3	0.68
Sobradinho (4579)	26	0.50	0.60	0.90	1.00	81.9	0.90
Subaé (3677)	29	0.48	0.89	0.91	0.98	91.3	0.81
Tomba (55007)	29	0.48	0.90	0.90	0.98	91.2	0.84

\* Por taxa de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, com salário vigente de R\$ 510,00.

**APÊNDICE J – Tabela IX**

**Tabela IX** – Análise bivariada no Modelo de Regressão de Poisson para o desfecho taxa de homicídios e preditores socioeconômicos por bairro de Feira de Santana, 2010.

*Table IX* – *Bivariate analysis in Poisson Regression to outcome homicide rate and socioeconomic predictors, by neighbourhood of Feira de Santana, 2010.*

Preditores	Exponencial do		E.P.	P
	Parâmetro	Parâmetro		
Idade média	-0,011	0,989	0,052	0,839
Proporção de negros	2,252	9,510	2,260	0,325
Proporção de homens	3,797	44,552	9,351	0,687
Renda média	-0,143	0,867	0,283	0,616
Taxa de rede geral de distribuição de água	-1,061	0,346	1,062	0,324
Taxa de domicílios com lixo coletado pelo serviço público de limpeza	6,952	1044,719	4,936	0,166
Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade	-0,036	0,964	0,028	0,206

## APÊNDICE K – Tabela X

**Tabela X** – Denúncias realizadas ao Disque Denúncia na zona urbana de Feira de Santana, 2006 a 2011.*Table X* – Denunciations performeds to Disque Denúncia at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 to 2011.

Bairros	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
35 BI (5746)	0	0	0	3	2	7	12
Aeroporto (648)	0	0	0	1	0	0	1
Asa Branca (5354)	0	1	3	1	1	2	8
Aviário (11912)	0	0	1	7	1	18	27
Baraúnas (8093)	0	0	0	0	1	21	22
Brasília (21168)	0	2	7	1	1	31	42
Calumbi (19858)	1	0	3	19	14	56	93
Campo do Gado Novo (2471)	1	1	0	0	1	4	7
Campo Limpo (47060)	1	5	13	15	18	82	134
Capuchinhos (3216)	0	1	1	9	2	15	28
CASEB (10982)	9	19	3	7	6	26	70
Centro (11382)	0	8	4	14	14	26	66
Chácara São Cosme (4283)	0	0	8	0	0	6	14
Cidade Nova (9974)	1	0	0	5	0	10	16
CIS (7887)	0	0	3	5	1	18	27
Conceição (21694)	0	3	2	5	15	39	64
Cruzeiro (3104)	0	0	0	0	0	0	0
Gabriela (17618)	0	0	3	0	2	34	39
Jardim Acácia (9009)	0	0	0	1	1	12	14
Jardim Cruzeiro (14694)	0	2	3	11	5	12	33
Lagoa Grande (12229)	0	0	0	0	0	0	0
Lagoa Salgada (5624)	0	0	0	0	0	0	0
Limoeiro (3393)	0	0	1	1	5	8	15
Mangabeira (20819)	0	2	8	4	7	36	57

**Tabela X (continuação)** - Denúncias realizadas ao Disque Denúncia na zona urbana de Feira de Santana, 2006 a 2011.  
**Table X (continuation)** - Denunciations performed to Disque Denúncia at urban perimeter of Feira de Santana, 2006 to 2011.

Bairros		2006	2007	2008	2009	2010	Total
Muchila (22496)	2	4	2	4	12	39	63
Nova Esperança (1797)	0	0	0	2	0	4	6
Novo Horizonte (3333)	0	0	0	1	1	7	9
Olhos D'Água (5559)	5	0	0	0	0	4	9
Pampalona (6002)	0	2	5	10	1	16	34
Papagaio (6657)	0	0	3	3	2	4	12
Parque Getúlio Vargas (3023)	0	0	3	0	3	8	14
Parque Ipê (16469)	0	0	5	1	4	9	19
Pedra do Descanso (11156)	0	0	0	3	0	14	17
Ponto Central (7221)	1	3	3	6	1	23	37
Queimadinha (19203)	0	4	0	7	9	63	83
Rua Nova (13078)	2	2	2	4	5	32	47
Santa Mônica (11617)	0	0	1	4	2	13	20
Santo Antônio dos Prazeres (5566)	0	0	1	0	2	21	24
São João (10239)	8	0	4	2	6	8	28
Serraria Brasil (8368)	0	0	0	0	0	1	1
SIM (2700)	0	0	4	0	0	2	6
Sobradinho (4579)	0	0	1	3	6	16	26
Subaé (3677)	0	0	0	0	1	8	9
Tomba (55007)	0	9	7	18	17	106	157
Dado Perdido	5	22	22	34	23	117	223
Total	36	90	126	211	192	978	1633

## APÊNDICE L – Tabela XI

**Tabela XI** – Meses de ocorrência das denúncias realizadas na zona urbana de Feira de Santana ao Disque Denúncia, 2006 a 2011.  
**Table XI** – Months of occurrences of denunciations performed at urban perimeter of Feira de Santana to Disque Denúncia, 2006 to 2011.

Meses	2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Janeiro	14	38,89	21	23,33	4	3,17	9	4,27	12	6,25	10	1,02
Fevereiro	6	16,67	5	5,56	11	8,73	28	13,27	10	5,21	15	1,53
Março	0	0,00	5	5,56	14	11,11	9	4,27	15	7,81	20	2,04
Abril	1	2,78	6	6,67	9	7,14	19	9,00	8	4,17	9	0,92
Maiο	0	0,00	4	4,44	21	16,67	21	9,95	16	8,33	6	0,61
Junho	4	11,11	4	4,44	12	9,52	22	10,43	18	9,38	8	0,82
Julho	0	0,00	5	5,56	6	4,76	22	10,43	25	13,02	182	18,61
Agosto	0	0,00	4	4,44	12	9,52	17	8,06	20	10,42	192	19,63
Setembro	0	0,00	4	4,44	8	6,35	24	11,37	12	6,25	155	15,85
Outubro	3	8,33	8	8,89	8	6,35	2	0,95	24	12,50	118	12,07
Novembro	3	8,33	11	12,22	5	3,97	13	6,16	21	10,94	113	11,55
Dezembro	5	13,89	13	14,44	16	12,70	25	11,85	11	5,73	150	15,34
Total	36	100,00	90	100,00	126	100,00	211	100,00	192	100,00	978	100,00

## ANEXO A – Lista de Classes e Tipos de Assunto das denúncias

<i>Disque Denúncia</i>		SSP/ SI & MOV-BAHIA
Relatório de Assuntos		
<b>1 - CRIMES CONTRA A PESSOA</b>		<b>Ativo</b>
1 - HOMICÍDIO CONSUMADO		Ativo
3 - CEMITÉRIO CLANDESTINO		Ativo
4 - GRUPOS DE EXTERMINIO		Ativo
5 - ABORTO		Ativo
6 - LESÃO CORPORAL		Ativo
7 - VIOLÊNCIA CONTRA MULHER		Ativo
8 - VIOLÊNCIA CONTRA IDOSO		Ativo
9 - SEQÜESTRO SIMPLES E CÁRCERE PRIVADO		Ativo
10 - AMEAÇA		Ativo
11 - PESSOAS DESAPARECIDAS		Ativo
109 - ENCONTRO DE CADÁVER		Ativo
110 - SUSPEITA DE CATIVEIRO		Ativo
117 - OMISSÃO DE SOCORRO		Ativo
151 - ROUBO		Inativo
152 - OUTROS		Ativo
157 - AGRESSÃO MORAL		Ativo
161 - SEQUESTRO RELÂMPAGO		Ativo
164 - TENTATIVA DE HOMICÍDIO		Ativo
165 - SUICÍDIO		Inativo
169 - CÁRCERE PRIVADO		Ativo
170 - MAUS TRATOS A INCAPAZ		Ativo
<b>2 - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO</b>		<b>Ativo</b>
2 - TENTATIVA DE HOMICÍDIO		Inativo
12 - EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO		Ativo
13 - EXTORSÃO SIMPLES		Ativo
14 - ROUBO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		Ativo
15 - FURTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		Ativo
16 - FURTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS VEÍCULOS		Ativo
17 - VEÍCULOS ABANDONADOS		Ativo
18 - DESMONTE VEÍCULOS		Ativo
19 - ROUBO DE CARGA		Ativo
20 - ROUBO/FURTO A TRANSEUNTES		Ativo
21 - ROUBO/FURTO A RESIDÊNCIAS		Ativo
22 - ROUBO/FURTO A ESTABELECIMENTOS		Ativo
23 - RECEPI/COMERC PROD ROUBADOS/FURTADOS		Ativo
24 - ROUBO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		Ativo
25 - ROUBO EM TRANSP COLETIVOS		Ativo
26 - ESTELIONATO / OUTRAS FRAUDES		Ativo
27 - FURTO DE COMBUSTÍVEL		Ativo
28 - FURTO DE FIOS DE COBRE		Ativo
111 - BLITZ DE ASSALTANTES		Ativo

## Relatório de Assuntos

112 - ROUBO EM ENGARRAFAMENTO	Ativo
113 - SEQUESTRADO RELÂMPAGO	Ativo
114 - SUSPEITA DE ROUBO	Ativo
153 - OUTROS	Ativo
159 - FURTO DE ENERGIA	Ativo

<b>3 - CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL</b>	<b>Ativo</b>
29 - ESTUPRO	Ativo
30 - ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	Ativo
31 - ATOS OBSCENOS	Ativo
33 - FAVORECIMENTO À PROSTITUIÇÃO/LENOCÍNIO	Ativo
34 - TRÁFICO DE MULHERES	Ativo
35 - ASSÉDIO SEXUAL	Ativo
154 - OUTROS	Ativo
176 - VIOLAÇÃO AO PUDOR MEDIANTE FRAUDE	Ativo

<b>4 - CRIMES C/ CRIANÇA E O ADOLESCENTE</b>	<b>Ativo</b>
36 - PROSTITUIÇÃO INFANTIL (CANCELADO)	Ativo
37 - SEDUÇÃO (CANCELADO)	Ativo
38 - CORRUPÇÃO DE MENORES	Ativo
39 - ABANDONO (C.A.)	Ativo
40 - MAUS TRATOS (C.A.)	Ativo
41 - TRABALHO FORÇADO (C.A.)	Ativo
42 - PRESENÇA DE MENORES CASA NOTURNA	Ativo
43 - VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS À MENORES	Ativo
44 - CRIANÇA E ADOLES. INFRATOR (CANCELADO)	Inativo
45 - TRÁFICO DE MENORES	Ativo
158 - PEDOFILIA (CANCELADO)	Ativo
162 - VIOLÊNCIA SEXUAL (C.A.)	Ativo
163 - AMEAÇA (C.A.)	Ativo
168 - CÁRCERE PRIVADO (C.A.)	Ativo
171 - DESAPARECIDO	Ativo
178 - OUTROS	Ativo

<b>5 - PERTURBAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA</b>	<b>Ativo</b>
46 - BADERNA	Ativo
47 - BARULHO	Ativo
48 - VANDALISMO	Ativo
49 - VADIAGEM	Ativo
115 - INTERFERÊNCIA DE RÁDIO CLANDESTINA	Ativo
116 - ATENTADO A BOMBA/TERRORISMO	Ativo
144 - SOLICITAÇÃO DE POLICIAMENTO	Ativo

## Relatório de Assuntos

6 - CRIMES DE TRÂNSITO	Ativo
50 - PEGA DE VEÍCULOS	Ativo
51 - DIREÇÃO PERIGOSA	Ativo
52 - ESTACIONAMENTO IRREGULAR	Ativo
53 - ÔNIBUS E TÁXI PIRATAS	Ativo

7 - CRIMES C/ SAÚDE PÚBLICA	Ativo
54 - OMISSÃO DE SOCORRO EM HOSPITAIS	Ativo
55 - MAU ATENDIMENTO EST HOSPITALARES	Ativo
56 - VENDA REMÉDIOS PROIBIDOS	Ativo
57 - VENDA SUBST QUÍMICAS PROIBIDAS	Ativo
58 - FALTA HIGIENE EM ESTABELECIMENTOS	Ativo
59 - PRAGA DE RATOS OU INSETOS	Ativo
60 - EPIDEMIAS	Ativo
61 - VENDA ALIMENTOS PERECÍVEIS FORA VALIDADE	Ativo
62 - CRIAÇÃO ANIMAIS DES NORMAS SEGURANÇA	Ativo
131 - RADIAÇÃO	Ativo
174 - REMEDIOS FORA VALIDADE	Ativo

8 - CRIMES C/ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Ativo
63 - CORRUPÇÃO	Ativo
64 - CONTRABANDO	Ativo
65 - JOGOS DE AZAR	Ativo
66 - EST COMERCIAL/INDUSTRIAL SEM ALVARÁ	Ativo
67 - OBRA IRREGULAR	Ativo
68 - USO INDEVIDO DE VERBAS PÚBLICAS	Ativo
69 - USO ILEGAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Ativo
118 - SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS	Ativo
119 - DANOS A PATRIMÔNIO PÚBLICO	Ativo
120 - RÁDIO/TELEFONIA CLANDESTINA	Ativo
125 - OBSTRUÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	Ativo
166 - COMERCIO CLANDESTINO	Ativo

8 - CRIMES C/ ADM DA JUSTIÇA	Ativo
70 - FUGA DE PRESIDIÁRIOS	Ativo
71 - AUXÍLIO A FUGA	Ativo
72 - MOTIM	Ativo
73 - MAUS TRATOS CONTRA PRESIDIÁRIOS	Ativo
74 - LOCALIZAÇÃO DE FORAGIDOS DA JUSTIÇA	Ativo
121 - UTILIZAÇÃO DE RÁDIO-TELEFONIA	Ativo
172 - FUGA DE DETENTO	Ativo

## Relatório de Assuntos

10 - CRIMES C/ MEIO AMBIENTE	Ativo
75 - POLUIÇÃO DO AR	Ativo
76 - POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	Ativo
77 - LIXO ACUMULADO	Ativo
78 - DESMATAMENTO FLORESTAL	Ativo
79 - EXTRAÇÃO IRREGULAR DE ÁRVORES	Ativo
80 - QUEIMADAS	Ativo
81 - BALÕES	Ativo
108 - CAÇA ILEGAL DE ANIMAIS	Ativo
122 - MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS	Ativo
123 - EXTRAÇÃO IRREGULAR DE SOLO	Ativo
167 - TRÁFICO DE ANIMAIS	Ativo
175 - PESCA PREDATÓRIA	Ativo

11 - ARMAS DE FOGO E ART. EXPLOSIVOS	Ativo
82 - POSSE ILÍCITA DE ARMAS FOGO	Ativo
106 - USO ILÍCITO DE ARMAS FOGO	Ativo
107 - COMÉRCIO ILÍCITO DE ARMAS FOGO	Ativo
126 - GUARDA E COMÉRCIO DE MUNIÇÃO	Ativo
127 - BOMBA / GRANADA / MORTEIRO	Ativo

12 - SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	Ativo
83 - TRÁFICO DE DROGAS	Ativo
84 - CONSUMO DE DROGAS	Ativo
124 - TIROTEIO ENTRE QUADRILHAS	Ativo
128 - APOLOGIA AO TRÁFICO	Ativo
156 - DEPÓSITO DE DROGAS	Ativo
173 - PLANTAÇÃO/FABRICAÇÃO DE DROGAS	Ativo

13 - SUBSTÂNCIAS TÓXICAS / EXPLOSIVAS	Ativo
85 - DEPÓSITO CLANDESTINO DE GÁS	Ativo
86 - DEPÓSITO CLANDESTINO DE COMBUSTÍVEIS	Ativo
87 - DEPÓSITO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO	Ativo
129 - VENDA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO	Ativo
130 - VAZAMENTO DE GÁS	Ativo

14 - DEFESA DO CIDADÃO	Ativo
88 - DISCRIMINAÇÃO RACIAL	Ativo
89 - DISCRIMINAÇÃO SEXUAL	Ativo
90 - DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA	Ativo
91 - TORTURA	Ativo
92 - MAU ATEN. ORGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS	Ativo

## Relatório de Assuntos

93 - RECL. ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS	Ativo
94 - RECL. PRODUTOS OU SERVIÇOS DEFEITUOSOS	Ativo
160 - MAU ATENDIMENTO ; DISCRIMINAÇÃO SOCIAL	Ativo
<b>16 - CALAMIDADE PÚBLICA</b>	<b>Ativo</b>
95 - INCÊNDIO E PERIGO	Ativo
96 - ENCHENTES E PERIGO	Ativo
97 - DESLIZAMENTO DE ENCOSTA E PERIGO	Ativo
98 - DESABAMENTO E PERIGO	Ativo
99 - ACIDENTE DE TRÂNSITO E PERIGO	Ativo
<b>18 - CRIMES PRATICADOS POR FUNC. PÚBLICOS</b>	<b>Ativo</b>
100 - ABUSO DE AUTORIDADE	Ativo
101 - DESVIO DE CONDUTA	Ativo
102 - EXTORSÃO	Ativo
103 - CORRUPÇÃO	Ativo
104 - VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS	Ativo
<b>17 - OUTROS (NÃO ESPECIFICADO)</b>	<b>Ativo</b>
105 - OUTROS	Ativo
<b>18 - DAS FALSIFICAÇÕES E ADULTERAÇÕES</b>	<b>Ativo</b>
133 - MOEDA METÁLICA/PAPEL-MOEDA	Ativo
134 - DOCUMENTO PÚBLICO/PARTICULAR	Ativo
135 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS/BEBIDAS	Ativo
136 - PROD COSMÉTICOS/TERAP OU MEDICINAIS	Ativo
137 - OBRAS AUDIOVISUAIS/LITERÁRIAS/ARTÍSTICAS	Ativo
138 - PEÇAS E ACESSÓRIOS DE VESTUÁRIO	Ativo
139 - PRODUTOS DERIVADOS DO TABACO	Ativo
140 - Nº CHASSI/SINAL IDENTIFICADOR DE AUTO	Ativo
141 - ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	Ativo
143 - PRODUTOS DE INFORMÁTICA	Ativo
177 - CLONAGEM DE PLACAS AUTOMOTIVAS	Ativo
<b>19 - CRIMES CONTRA A FAMÍLIA</b>	<b>Ativo</b>
145 - SUBTRAÇÃO DE INCAPAZES	Ativo
146 - OMISSÃO DE SOCORRO	Ativo
147 - ABANDONO DE INCAPAZ	Ativo
148 - ABANDONO DE RECEM-NASCIDO	Ativo
149 - EXTORSÃO/SURPAÇÃO DE BENS	Ativo
150 - VIOLÊNCIA CONTRA GENITORES	Ativo
155 - MAUS TRATOS A INCAPAZ	Ativo

**ANEXO B – Protocolo do Comitê de Ética**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA / CEP-UEFS**

Av. Universitária, S/N – Módulo I – 44.031-460 – Feira de Santana-BA  
Fone: (75) 3161-8067 Fax: (75) 224-8019 E-mail: cep.uefs@yahoo.com.br

Feira de Santana, 14 de março de 2012  
Of. CEP-UEFS nº 37/2012

Senhor (a) Pesquisador (a): Prof. Edna Maria de Araújo

Tenho satisfação em informar-lhe que o seu Projeto de Pesquisa intitulado “**Drogas e homicídio na Bahia: o papel do disque denúncia**”. registrado neste CEP sob **protocolo nº 148/2011 (CAAE nº 0154.0.059.000-11)**, foi apreciado pelos membros do CEP-UEFS e satisfaz às exigências da *Res. 196/96*. Assim, seu projeto foi **Aprovado**, podendo ser iniciada a coleta de dados com os Sujeitos da pesquisa conforme orienta o Cap. IX.2, alínea a – Res. 196/96.

Na oportunidade informo que qualquer modificação feita no projeto, após aprovação pelo CEP, deverá ser imediatamente comunicada ao Comitê, conforme orienta a *Res. 196/96, Cap. IX.2, alínea b.*

Relembro que conforme instrui a *Res. 196/96, Cap. IX.2, alínea c*, Vossa Senhoria deverá enviar a este CEP relatórios anuais de atividades pertinentes ao referido projeto e um relatório final tão logo a pesquisa seja concluída.

Em nome dos membros do CEP-UEFS, desejo-lhe pleno sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e, em tempo oportuno, um ano (**14/03/2013**) este CEP aguardará o recebimento do seu relatório.

Atenciosamente,  Cannety Conceição S. N. Souza  
VICE-COORDENADORA  
Comitê de Ética em Pesquisa -UEFS

Profª Maria Ângela Alves do Nascimento  
Coordenadora do CEP/UEFS

**ANEXO C – Termo de Autorização**

Salvador, 28 de setembro de 2011.

Ilma. Profa. Dra. Edna Maria de Araujo  
Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdades Sociais e Saúde

Prezada Coordenadora,

Na condição de parceiros na execução do projeto intitulado DROGAS E HOMICÍDIO NO ESTADO DA BAHIA: o papel do Disque-Denúncia, submetido ao edital de Segurança Pública 022/2010 e aprovado para financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB), reiteramos o nosso compromisso em disponibilizar os dados necessários para a realização da pesquisa acima citada, de acordo com a metodologia definida. Em face à sensibilidade dos dados, informamos que a coleta será efetuada por pessoas previamente designadas e autorizadas por esta superintendência, através de investigação social e assinatura de um termo de confidencialidade.

Atenciosamente,

**Dayse Dantas Oliveira**  
Coordenadora do Disque Denúncia  
Secretaria da Segurança Pública da Bahia